



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História

---

**U**NIRIO  
*história*

---

**CLARISSA DE SOUZA OLIVEIRA GODOY**

**MULHER EM CENA: O SERIADO MALU MULHER E AS  
POSSIBILIDADES DE FEMINISMOS NA DITADURA  
CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1979/1980)**

**2019**

**CLARISSA DE SOUZA OLIVEIRA GODOY**

**MULHER EM CENA: O SERIADO MALU MULHER E AS POSSIBILIDADES DE  
FEMINISMOS NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1979/1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Linha de pesquisa: Cultura, Poder e Representações.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria da Conceição Francisca Pires.

Rio de Janeiro

2019

G588 Godoy, Clarissa de Souza Oliveira  
MULHER EM CENA: O SERIADO MALU MULHER E AS  
POSSIBILIDADES DE FEMINISMOS NA DITADURA CIVIL  
MILITAR BRASILEIRA (1979/1980) / Clarissa de Souza  
Oliveira Godoy. -- Rio de Janeiro, 2019.  
154

Orientador: Maria da Conceição Francisca PIRES.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em História, 2019.

1. Feminismo. 2. Ditadura Militar. 3. Mídia. 4.  
Televisão. I. PIRES, Maria da Conceição Francisca,  
orient. II. Título.

CLARISSA DE SOUZA OLIVEIRA GODOY

**MULHER EM CENA: O SERIADO MALU MULHER E AS POSSIBILIDADES DE  
FEMINISMOS NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1979/1980)**

Esta dissertação foi julgada adequada para a  
obtenção do título de Mestre em História  
Social e aprovada em sua forma final pelo  
Orientador e pela Banca Examinadora.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição Francisca Pires  
Doutora em História Social (UFF, 2006), UNIRIO

---

Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas (Titular)  
Doutor em História Social (PUC-Rio, 2004), UNIRIO

---

Profa Dra Carla Rodrigues (Titular)  
Doutora em Filosofia (PUC-Rio, 2011), UFRJ

---

Prof. Dr. Carlo Romani (Suplente)

## AGRADECIMENTOS

À minha irmã Nathália, que dentre tantas coisas que me ensinou, o feminismo foi o mais transformador. Agradeço também pela gentileza de ter me cedido Malu Mulher como fonte desta pesquisa.

À minha mãe, Elma, responsável por tornar esse mestrado possível. Por ser feminista e mesmo não sabendo todas as suas dimensões, assim como tantas outras, constrói um mundo mais gentil e justo para aqueles que sonham com dias melhores.

Ao meu pai, Dary, que apesar da divergência política é quem sempre me defende, me cuida e financia todos os meus projetos para me proporcionar felicidade.

À Viviana e todas as mulheres do IPIA, que possibilitaram a minha solidificação enquanto feminista na luta pela mudança estrutural do sistema. Obrigada particularmente pelo encontro com Silvia Federici, cujas ideias passaram a nortear essa dissertação e minha visão de mundo.

À minha orientadora, profa Conceição, que embarcou nessa aventura e acreditou em mim. Obrigada pelas conversas e frases impactantes, quando eu achava que tudo estava perdido. Talvez possa parecer que a força de suas palavras tenha "passado batido" no meu processo de escrita e, por isso, cito uma delas aqui: "Clarissa, esse baque que você sofreu no início da escrita foi um aborto, trágico, mas essa nova gestação está sendo linda, vambora pra frente". E não é que ficou linda mesmo? Obrigada pela força e inspiração enquanto mulher e professora.

Ao professor Pedro Caldas, que tanto me ajudou no início desse mestrado, fazendo possível, as mudanças necessárias para sua conclusão. Obrigada, do fundo do coração.

À professora Carla Rodrigues, que contribuiu generosamente para o desenvolvimento deste trabalho, em especial sobre as perspectivas feministas. Obrigada por me encorajar a seguir adiante mesmo com as dificuldades desse campo de estudo.

À professora Angela de Castro Gomes, que me despertou o interesse pelo estudo das correspondências e me sugeriu analisar as cartas de leitores como fonte complementar desta dissertação. Sem dúvida, este se tornou o diferencial do meu trabalho, obrigada.

Ao Kauê, que sempre terá importância no meu processo de crescimento acadêmico e pessoal.

E por fim, as amigas/irmãs que me ajudaram diretamente nesse processo de elaboração, escrita e raciocínio, atravessados pelas emoções e variações de humor ao

longo desses dois anos: Táís, Vanessa, Tayza, Livia, Thais, Nathália, Juliana, Marina, Angélica e Jennifer. Eu sou muito sortuda por poder contar com os seus brilhantismos. Sem dúvida, o feminismo é mais forte com vocês.

*“Não podemos ser o que não podemos ver”*

*Marian Wright Edelman*

## RESUMO

Esta dissertação examina a relação entre os meios de comunicação de massa, especificamente a televisão brasileira, e os movimentos feministas brasileiros no final dos anos setenta, período em que tais movimentos estavam consolidando suas pautas e demandas no Brasil. Nossa proposta foi discutir a representação do feminismo no seriado *Malu Mulher*, exibida pela Rede Globo de Televisão entre maio de 1979 e dezembro de 1980, buscando entender as possibilidades de contribuição para a divulgação do movimento feminista e qual corrente feminista se tornou protagonista do seriado. Na tentativa de captar algo da repercussão do seriado entre os telespectadores, colocando em relevo as potencialidades dialógicas entre mídia e sociedade, utilizamos como fonte complementar as cartas de telespectadores enviadas para a sessão *Cartas do Jornal do Brasil* durante o ano de 1979, assinalando os temas e aspectos do seriado destacados nessas correspondências.

**Palavras-chave:** Feminismo, Televisão, Ditadura Militar.



## **ABSTRACT**

This dissertation examines the relationship between the mass media, specifically Brazilian television, and Brazilian feminist movements in the late 1970s, when such movements were consolidating their patterns and demands in Brazil. Our proposal was to discuss the representation of feminism in the series *Malu Mulher*, screened by Rede Globo de Televisão from May 1979 to December 1980, seeking to understand the possibilities of contributing to the feminist movement's diffusion and which current feminist became protagonist of the series. In an attempt to capture some of the repercussion of the series among viewers, highlighting the dialogical potentialities between media and society, we used as a complementary source the letters from viewers sent to the session of Letters of the *Jornal do Brasil* during the years of 1979, noting the themes and aspects of the series highlighted in these correspondences.

**Keywords:** Feminism, Television, Military Dictatorship.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. TV E SOCIEDADE: REDE GLOBO NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 O Padrão Globo de qualidade: o entendimento do público de TV na década de 1970.....</b>	<b>22</b>
<b>1.2 Globo e a censura: como produzir Malu Mulher no final dos anos 70? .....</b>	<b>29</b>
<b>1.3 A consolidação do moralismo na sociedade brasileira dos anos 70.....</b>	<b>35</b>
<b>2. O FEMINISMO EM MALU: O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.....</b>	<b>46</b>
<b>2.1 O movimento Feminista no Brasil: formação e mudanças.....</b>	<b>46</b>
<b>2.2 Malu e os Feminismos Brasileiros: temáticas feministas da série.....</b>	<b>65</b>
<b>2.3 “Legítima defesa da honra e outras loucuras”: violência doméstica no cenário brasileiro dos anos 80.....</b>	<b>68</b>
<b>3. “AINDA NÃO É A HORA”: A LUTA PELO DIREITO A INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ.....</b>	<b>81</b>
<b>3.1 O controle dos corpos e das subjetividades femininas.....</b>	<b>81</b>
<b>3.2 O debate sobre o aborto na imprensa e nas cartas dos leitores do Jornal do Brasil 1979: aprofundando a relação entre mídia e a sociedade.....</b>	<b>94</b>
<b>3.3 As opiniões negativas das cartas de leitores: moralização da sociedade brasileira.....</b>	<b>101</b>
<b>3.4 As opiniões positivas nas cartas de leitores: possibilidade de mudança.....</b>	<b>110</b>
<b>3.5 Cartas respostas: diálogo entre os leitores e as subjetividades dos sujeitos históricos.....</b>	<b>118</b>
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>125</b>
<b>5. FONTES.....</b>	<b>132</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>133</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>142</b>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o debate sobre cultura e meios de comunicação de massa se intensificaram a partir da década de 1970, como parte do esforço intelectual de discutir as complexidades que envolvem o crescimento da televisão brasileira, especificamente a Rede Globo de Televisão, durante o período da ditadura civil militar, no mesmo momento em que a censura aos meios de comunicação foi instituída pela Lei nº 1.077/70 e quando há um expressivo investimento por parte da ditadura na indústria das telecomunicações através do programa de integração nacional (FICO, 2003).

Para fundamentar nosso estudo, recorreremos as premissas de pesquisadores dos estudos culturais como Raymond Williams (1979; 2011) e Martín-Barbero (2008) que colocam em relevo as possibilidades de interpretação, cognição e subjetividade dos sujeitos ao receber informações da indústria cultural, relativizando o poder dos meios de comunicação sobre os indivíduos.

Deslocando o foco das críticas à Indústria Cultural propostas pela Escola de Frankfurt, Martín-Barbero resgata o tema da recepção para elaborar sua ideia sobre mediação, ou seja, sobre como os sujeitos sociais são fundamentais para o entendimento da comunicação de massa e não apenas depositários passivos desse meio. Para Martín-Barbero: “entre a produção e a recepção há um espaço em que a cultura cotidiana se concretiza” (2008, p. 233), dessa forma as mediações são os lugares que estão entre a produção e a recepção.

A pesquisa desenvolvida pelo autor discute também o surgimento dos conceitos de povo e massa na modernidade e as raízes das mediações de massa na América Latina, local escolhido para compreender as relações entre massa e mídia através da televisão. Uma consequência do debate proposto pelo autor é a importância do popular como um espaço potente para se compreender os processos comunicacionais e culturais em curso na contemporaneidade. Portanto, as questões referentes ao popular conseguem ser inseridas na grande mídia, mantendo sua tradição e cultura, mostrando uma heterogeneidade nas produções, uma mistura de valores, crenças e formatos que muitas vezes se opõem.

Para Martín-Barbero (2008) a comunicação torna-se uma questão de mediação, onde o primordial nas pesquisas não se encontra entre os meios, mas nas relações sociais que ocorrem no processo de recepção. Levando esses estudos de mediação para a televisão, o autor defende que ela não deve se restringir apenas a um assunto de comunicação. A televisão é primeiramente cultural e, assim, poderia ser considerada como determinante nas discussões sobre política cultural.

Com base na noção de mediação de Martín-Barbero fundamentamos a análise que realizamos das cartas de telespectadoras enviadas ao *Jornal do Brasil* em 1979 e que abordam os temas do seriado *Malu Mulher* selecionados para análise. No Brasil a telenovela se constitui como um dos produtos mais importantes da televisão para a construção de uma identidade nacional. A telenovela fica em um patamar importante, porque ela é produtora de símbolos que influenciam identidades nacionais e individuais. Uma vez que a identidade é um produto de interações, que pode acontecer tanto face a face como pelas mediações, é através dessa mediação que a telenovela funciona como uma evasão do cotidiano, na medida em que permite sonhar novos universos e ainda oferece um ponto de partida para as discussões de assuntos polêmicos ou pouco discutidos em sociedade. As cartas possibilitaram conhecer como os temas abordados em *Malu Mulher* repercutiram entre uma parcela da sociedade carioca à época e que se correspondia publicamente sobre a série através do jornal.

O segundo referencial importante para essa pesquisa são as premissas desenvolvidas por Raymond Williams ao abordar a relação entre mídia e sociedade através do materialismo cultural, descrito como “uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico” (WILLIAMS, 1979, p. 12). Como não é possível pensar o marxismo sem a ideia de determinação, Williams concebe o materialismo cultural como alternativa à questão base/superestrutura, pensando que a cultura é produto e produção de um modo de vida determinado, e não apenas reflexo de uma base socioeconômica.

O autor se preocupa em olhar os conceitos não como determinação ou codificações fechadas, mas como movimentos históricos que podem levar a formulações conflitantes. Portanto, conforme essa concepção a sociedade é constituída e constituinte da cultura. Então, o que se pretende é “definir a unidade qualitativa do

processo sócio histórico contemporâneo e especificar como o político e o econômico podem e devem ser vistos nesse processo” (WILLIAMS, 1979, p. 146-147).

Dois conceitos são fundamentais para a formulação do materialismo cultural: a cultura no contexto de uma totalidade social em processo. Raymond Williams atenta que a teoria de hegemonia de Gramsci abre grande possibilidade para o estudo da cultura no âmbito da política. Segundo Gramsci, “as ideias só se tornam efetivas se, ao final, elas se juntarem a uma constelação particular de forças sociais”<sup>1</sup>. Nesse sentido, a luta ideológica faz parte de uma luta social geral por controle e liderança, ou seja, pela hegemonia.

Assim, Williams usa o conceito de hegemonia de Gramsci para continuar elaborando seu conceito de materialismo cultural. Para o autor, a melhor forma de se conceber a relação entre ideias dominantes e classes dominantes é em termos de processos de dominação hegemônica. Nesse sentido, no que se refere ao desempenho dos meios de comunicação na construção da hegemonia, há a sugestão de que:

a partir de sua teoria marxista ampliada do Estado - permite-nos meditar sobre o desempenho dos meios de comunicação. Devemos analisá-los não apenas como suportes ideológicos dos sistemas hegemônicos de pensamento, mas também como lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social (MORAES, 1997, p. 100).

O segundo conceito fundamental é o de estrutura de sentimento que busca dar conta da relação dinâmica entre experiência, consciência e linguagem. Segundo Millner, “As estruturas de sentimento são, antes, precisamente aqueles elementos particulares dentro da cultura mais geral que ativamente antecipa subseqüentes mutações da cultura geral em si, isto é, elas são completamente contra hegemônicas” (MILLNER, 1994, p. 55).

Relacionando tal conceito com a fonte desta dissertação, que em ficção e na realidade se passava em 1979 no Brasil, período ainda regido pela ditadura civil-militar, nos questionamos se a transmissão de *Malu Mulher* pode ser interpretada como uma produção “contra hegemônica”? Esta questão é interessante pois estamos tratando de um produto da indústria cultural que abordou temas polêmicos para a época, em especial para o regime político vigente, assinalando assuntos referentes à mulher e ao movimento feminista - assuntos silenciados durante a ditadura assim como outras lutas dos movimentos sociais, sob o argumento da defesa da “ordem e da família brasileira”

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci>> Acesso em: 01 mar. 2019

(FICO, 2003). Dessa forma, seria possível pensar *Malu Mulher* contra um sistema político opressor que não garantia voz às mulheres e aos feminismos em voga, contribuindo, desse modo, para divulgação das pautas feministas?

Williams nos auxilia ao refletir mais profundamente sobre as brechas existentes na superestrutura, para tentarmos responder as questões citadas, mostrando um movimento de interlocução e possibilidade de diálogo, qualidade, crítica e reflexão dentro da grande mídia. Os Estudos Culturais colaboram para essa pesquisa na medida em que consegue positivar os meios de comunicação como veículos de reprodução de sentidos, da lógica social e de ressignificação do popular. O diálogo com as raízes Marxistas e da Escola de Frankfurt são fundamentais para refletir sobre os conceitos base-superestrutura e, assim, atentar para a agência dos sujeitos históricos, neste caso, da sociedade em interagir, interpretar e ressignificar os produtos oferecidos pela grande mídia.

Assim, o conceito de estrutura de sentimento é a articulação de uma resposta, uma possibilidade, a mudança na organização social. Para Williams, experiência é sempre social, material e histórica. Portanto, os conceitos de hegemonia e estrutura de sentimento colaboram para o diálogo mídia e sociedade, justificando as complexidades das produções artísticas envolvidas na superestrutura.

Finalmente, um terceiro autor que dará suporte a esse estudo é John B. Thompson cujo livro “A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia” se propõe a “entender as formas complexas e múltiplas pelas quais a mídia passou a moldar o mundo em que hoje vivemos” (THOMPSON, 2009 p.8). O autor apresenta uma trajetória histórica dos meios de comunicação centrada nas sociedades modernas para desenvolver uma abordagem que privilegia a comunicação como parte integral de contextos mais amplos da vida social.

Dessa forma, propõe a existência de três formas de interação: a *face a face*, que seria a forma tradicional de interação entre os sujeitos, a *mediada*, ou seja, as pessoas conseguem se comunicar por um meio de comunicação, como o telefone ou cartas e a interação *quase mediada*, em que os indivíduos apenas recebem as informações dos meios massivos de comunicação como os livros, a televisão e o rádio, não tendo como interagir. Assim os meios teriam apenas uma direção e seriam desprovidos de reciprocidade.

Thompson (2009) continua seus estudos sobre o conceito da *recepção*, tão caro para as pesquisas no campo da comunicação, expondo questões sobre as relações entre a comunicação mediada e os contextos sociais práticos nos quais ela é recebida e entendida. Para o autor a recepção da mídia precisa ser entendida como uma rotina, já absorvida e integrada no dia-a-dia dos indivíduos. Assim o autor apresenta uma análise dos veículos de comunicação de massa a partir do processo de recepção e da apropriação das mensagens da mídia que estão envolvidas diretamente na formação do indivíduo, tendo cada vez mais importância com as grandes possibilidades de acesso a tais meios.

A partir de tais referenciais teóricos esta pesquisa propôs examinar o diálogo estabelecido entre os meios de comunicação de massa, especificamente a televisão brasileira, e os movimentos feministas brasileiros no final dos anos setenta, período em que tais movimentos estavam consolidando suas pautas e demandas no Brasil. Especificamente, analisamos como a representação do feminismo no seriado *Malu Mulher*, exibida pela Rede Globo de Televisão entre maio de 1979 e dezembro de 1980, contribuiu para a divulgação do movimento feminista, pontuando qual a corrente feminista se tornou protagonista do seriado. O período selecionado foi o mesmo de consolidação das pautas e demandas do movimento feminista no Brasil, assim como o de início da abertura política da ditadura civil militar.

Os trabalhos associando o enfoque sobre mídia, recepção e sociedade foram escritos no Brasil nos anos de 1970 e 1980, denotando um caráter inovador e ousado para a época (LEAL, 1986; SARQUES, 1986). A partir dessas matrizes, outros estudos ampliaram essa temática inserindo a questão de gênero e centrando a análise no seriado *Malu Mulher*, como a dissertação de Cristiane Ferreira de Sá intitulada “A mulher na ordem do dia: estudo de temas em *Malu Mulher* (1979/80) e *Mulher* (1998/1999)”. Nesse estudo, a autora propôs, através de uma crítica feminista e sob uma perspectiva de gênero, analisar os temas e discursos que envolvem os personagens principais dos seriados *Malu Mulher* (1979/1980) e *Mulher* (1998/99) produzidos pela Rede Globo de Televisão. Unindo os estudos críticos feministas e a Análise de Discurso Crítica, Sá procura identificar a ideologia presente nos discursos das protagonistas das séries, assim como analisar as questões de gênero, possibilitando perceber as relações de poder entre homens e mulheres.

O trabalho da autora é pautado na comparação entre os dois seriados escolhidos em dois momentos históricos distintos, com enfoque na questão do comportamento das mulheres entre as décadas de 1970 e 1990. A autora identifica mudanças positivas e negativas no recorte selecionado pelos meios de comunicações de massa como revistas, jornais e televisão no que diz respeito aos temas referentes as mulheres. Porém, ao longo dos vinte anos que afastam os dois seriados, a pesquisadora percebe um retrocesso no comportamento das mulheres e em suas representações na grande mídia televisiva.

O texto “Gênero e sexualidade na mídia: de “Malu” a “Mulher” apresentado no 31º Encontro Anual ANPOCS 2007, pela socióloga Heloisa Buarque Almeida, também compara os seriados *Malu Mulher* (1979) e *Mulher* (1998) apresentando certas mudanças e permanências no discurso feminista na grande mídia ao longo deste período. A autora analisa “os temas das pautas feministas que foram incorporados à produção hegemônica de televisão” (2007, p.01), como a questão da sexualidade foi apresentada nas duas séries e a questão feminina a partir dos discursos de gênero que se inserem os programas. Neste caso o melodrama é o estilo diagnosticado que conduz os roteiros de *Malu Mulher* e *Mulher*. Para a autora a mídia atua como um campo que produz representações sociais, refletindo sobre as “negociações de sentido” (GLEDHILL, 1988).

Por outro lado, o artigo “A expansão do "feminino" no espaço público brasileiro: novelas de televisão nas décadas de 1970 e 80” da ensaísta, crítica e professora de comunicação da USP, Esther Hamburger faz uma revisão bibliográfica das principais discussões sobre novelas brasileiras que abordam a partir do gênero melodramático, a temática do “feminino”. Como Almeida (2012), Hamburger também se preocupa com a representação midiática e a construção de representações nacionais, redefinindo os espaços entre público e privado e as articulações na representação das questões raciais e de gênero.

A autora apresenta alguns estudos críticos de inspiração feminista, como os ensaios de Laura Mulvey, cineasta e ensaísta inglesa, publicados em meados dos anos 1970, até produções mais contemporâneas. Posteriormente, atenta para a trajetória das telenovelas brasileiras, principalmente dos anos 1970 e 1980, como exemplo da expansão da presença feminina no espaço público. Assim como muitos teóricos da



comunicação, Hamburger destaca a questão da recepção e comenta que os primeiros estudos sobre recepção de novela levavam em conta uma “natureza feminina” quase que inevitável destes programas, como se não houvesse recepção sem a audiência do público feminino. Esses estudos mostraram-se fundamentais para alicerçar nossa pesquisa, fortalecendo nossa premissa de que houve, por parte da grande mídia televisiva, um esforço em se mostrar atenta com as ações e debates promovidos por movimentos sociais importantes para o período, como o feminismo.

A série *Malu Mulher* foi idealizada por Daniel Filho e escrita por Manoel Carlos, Armando Costa, Lenita Plonczynski, Renata Palottini, e Euclides Marinho, e dirigida por Daniel Filho, Denis Carvalho (que também atuava no seriado como Pedro Henrique, ex-marido de Malu) e Afonso Grisolli. No total o seriado teve 76 capítulos que foram divididos em duas temporadas: a primeira em 1979 e a segunda em 1980. Cada capítulo tinha cerca de 45 minutos de duração e era exibido às quintas-feiras, no primeiro ano, e as segundas-feiras, no segundo, sempre no horário das 22h.

A primeira ideia para criar o seriado *Malu Mulher* e sua personagem principal veio de Daniel Filho ao assistir ao filme norte americano *Unmarried Woman*, escrito e dirigido por Paul Mazursky em 1978 (SÁ, 2011). A princípio o seriado seria uma comédia, como o filme de Mazursky, mas os diretores gerais da Rede Globo acreditavam que com a abertura política os temas do seriado deveriam ter uma conotação mais dramática, em tom de denúncia, ou seja, trazer para a programação popular tais temas polêmicos (SÁ, 2011).

Outro ponto importante a ser destacado refere-se ao contexto histórico em que o seriado foi ao ar, ou seja, em 1979, ainda sob a ditadura civil-militar e com a censura controlando os meios de comunicação apesar da aprovação da Lei de Anistia aos exilados políticos e a promessa de abertura (HAMBURGER, 2005, p. 34-35). Na TV Globo, as telenovelas foram censuradas, assim como programas de música, gerando modificações drásticas nos roteiros de programas que já estavam no ar. Não foi diferente com *Malu Mulher*, cujos temas centrais - o aborto, a traição, o desquite, a independência financeira, a violência doméstica, o assédio e sexualidade- não eram bem vistos pela censura por causa do discurso da moral e dos bons costumes. Um exemplo foi o capítulo “Rainha da boca do lixo”, em que a protagonista se disfarçava de prostituta para uma pesquisa no campus da USP. Os jornais da época noticiavam o caso

de um delegado acusado de espancar prostitutas, por isso a censura vinculou os fatos e proibiu sua exibição<sup>2</sup>. Apesar desse cerceamento, a repercussão do seriado foi positiva tanto em âmbito nacional como internacional, sendo vendido para mais de 50 países, incluindo premiações artísticas e a viagem da atriz e protagonista da série Regina Duarte e do diretor Daniel Filho à Cuba, convidados e recebidos por Fidel Castro que se apresentava como fã do programa e empático às causas feministas.

A trama girava em torno da vida da personagem Malu, protagonizada pela atriz Regina Duarte, uma mulher de classe média, paulistana, socióloga e disposta a ajudar quem lhe procurasse. Era também mãe de Elisa, interpretada por Narjara Turetta, insatisfeita com o seu casamento, e por isso pede o desquite do então marido Pedro Henrique, interpretado por Denis Carvalho.

A abordagem pioneira do seriado ao tratar de temas que desafiavam o padrão “moral brasileiro” foi importante para a história da televisão brasileira, além de colaborar para uma nova forma de representar a mulher ao mostrar suas complexidades ao lidar com situações adversas. Nem sempre os temas abordados pelo seriado eram vividos por Malu, mas em sua maioria por personagens itinerantes, interpretados por atores e atrizes convidados, que cruzavam pelo seu dia-a-dia. Em muitos capítulos, a protagonista figurou como uma mediadora das situações difíceis que aconteciam ao seu redor. As decisões, muitas vezes complexas, eram tomadas de forma impulsiva no intuito de ajudar as mulheres que a cada episódio orbitavam ao seu redor. Este ponto poderá ser observado nos capítulos selecionados para análise nessa dissertação: “Ainda não é a hora”, exibido em 14 de Junho de 1979, e “Em legítima defesa da honra e outras loucuras”, que foi ao ar em 22 de Setembro de 1980, foram episódios em que Malu encarnou esse papel de mediadora dos conflitos apresentados por outras personagens.

A personalidade de Malu foi sendo consolidada ao longo dos capítulos quando diversos acontecimentos e pessoas ora reafirmavam ideias já legitimadas pela personagem nas primeiras falas do seriado, ora a ensinavam como ela poderia ou deveria lidar com os fatos de forma diferente das planejadas. Para a construção da personagem foram necessárias reuniões e pesquisa de campo com a própria atriz sob

---

<sup>2</sup> Informação retirada do site oficial Memória Globo sobre o seriado *Malu Mulher*. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/malu-mulher.htm>> Acesso em: 07 mar. 2019.

coordenação da antropóloga paulista Ruth Cardoso, cujos estudos estavam se consolidando e ganhando maior visibilidade acadêmica e notoriedade internacional no final dos anos 1970 (ALMEIDA, 2012).

É interessante observar como a personagem buscou representar as ideias de parte da classe média intelectualizada e politizada, preocupada com questões sociais e de cunho democrático, mesmo sob a ditadura civil militar. Esse aspecto se torna evidente pela preocupação da produção do seriado em realizar entrevistas com grupos de mulheres, a maioria estudante de sociologia da UNICAMP, sobre seus desejos, expectativas e oportunidades de trabalhos empregando esse material para a composição da protagonista (SÁ, 2011).

Os privilégios vividos por Malu devem ser elucidados para uma análise histórica comprometida com o diálogo entre os movimentos sociais e as produções de veículos de comunicação de massa, identificando as particularidades de um momento da História do Brasil em que a liberdade de expressão era reprimida, mas certas brechas podiam ser preenchidas através das subjetividades dos sujeitos históricos. Nesse caso a luta contra a ditadura se misturava com as reivindicações populares, em especial da juventude escolarizada, agitada pelas causas dos movimentos sociais internacionais que passaram a ganhar maior proporção no Brasil no início da década de 1970, reafirmando os privilégios de quem podia se conscientizar e reivindicar direitos.

Para além de Malu ser caracterizada como uma mulher branca, intelectualizada e de classe média, demarcadores culturais importantes para o período, é importante destacar que a série se debruçou sobre as premissas do movimento feminista dos anos 1980, organizando assim sua personalidade e seu posicionamento político. Ainda que o seriado apresentasse as reivindicações do movimento dos anos 1970, ou seja, a luta por maior independência financeira e igualdade de salários entre homens e mulheres, as pautas da geração posterior ganharam destaque no seriado. Portanto, acreditamos que a personagem pode ser pensada como uma forma de popularizar, ainda que muitas vezes de forma equivocada, via meio de comunicação de massa, as lutas femininas dos movimentos feministas dos anos 1980.

Alguns aspectos tornam visíveis a realidade sócio econômica de Malu: o primeiro é o destaque dado pela própria emissora durante a divulgação da segunda

temporada. Duas páginas completas do caderno *Televisão do Jornal do Brasil*, em 30 de março de 1980, abordou o retorno de *Malu Mulher*, anunciando o novo horário e a mudança de estabilidade econômica da personagem, que passa agora a ter um trabalho fixo numa empresa de pesquisa ganhando 25 mil cruzeiros por mês e mais 12 mil de pensão paga pelo ex-marido, e mostrando a rotina de gravações da segunda temporada.

O segundo ponto, mais sutil, é a decoração de seu apartamento, pois também em pesquisa de campo a equipe de produção visitou casas de professoras universitárias e estudantes de sociologia. Assim, a decoração do apartamento de Malu não é só datada, mas buscava refletir o meio social em que a personagem vivia e para o qual ela falava. Pode ser observado grande quantidade de plantas samambaias pelo apartamento, assim como cerâmicas decorativas, vitrolas, tapeçarias e quadros “pop”. Estas construções visuais, são demarcadores culturais importantes para serem analisados pois a empatia do público com a personagem vem, dentre muitas esferas, da construção do “mito” apresentado e representado em seu cotidiano, com fraquezas, tormentas, tristezas, sendo humanizado, tornando-se “gente como a gente”, tal qual abordado por Napolitano (2005).

Por isso, os figurinos de Marília Carneiro e Helena Gastal, auxiliaram na construção de uma imagem da “nova mulher brasileira”. Desapegando da moda “hippie” que embalava os jovens de classe média característicos dos anos 1970 e início de 1980, essa nova mulher que a protagonista tentava representar desconstrói a silhueta feminina com peças amplas e sem formas específicas. A caracterização de Malu, com pouca maquiagem, trazia naturalidade ao contexto de vida da personagem que, assim como muitas mulheres, não se maquiava para tomar o café da manhã e sair para trabalhar.

A partir de tais aspectos, esta pesquisa buscou analisar o feminismo representado pelo seriado através da análise de alguns capítulos cujos temas foram importantes para as pautas do movimento dos anos 1980: a interrupção voluntária da gravidez e a violência doméstica. Estes temas foram abordados nos episódios “Ainda não é a hora”, escrito por Euclides Marinho, dirigido por Denis Carvalho e exibido no dia 14 de junho de 1979 e “Legítima defesa da honra e outras loucuras” escrito por Armando Costa, dirigido por Denis Carvalho e exibido em 22 de setembro de 1980.

Ao focar nas questões pertinentes às mulheres, como sexualidade, contracepção e violência doméstica, o movimento feminista no Brasil se deslocou das premissas de igualdade de direitos entre homens e mulheres propostos pela geração dos anos 70, possibilitando que questões específicas da vida privada da mulher tomassem a esfera pública. Portanto, entendemos que estes episódios são importantes para fundamentar nossa hipótese de que o seriado reverberou as pautas do feminismo dos anos 80 e, principalmente, as premissas do feminismo liberal.

Transitando do social ao individual, do público ao privado, evitamos reduzir todos os aspectos da personagem a um denominador comum. Malu era uma personagem fictícia, que representava uma classe, um gênero e uma cor. Demonstrava agência, possibilidades de transgressões, ditava novas leis mediante as instituídas e muitas vezes já engessadas socialmente. Ela era a representação de um feminismo explorado por seu contexto histórico, assim como a recepção do público com a série, sendo demarcadores de identidades interessantes ao se pensar a sociedade brasileira ainda sob uma ditadura civil-militar.

A dissertação está dividida em três capítulos e mais uma conclusão. O primeiro aborda as questões referentes a produção de veículos de comunicação de massa, especificamente a televisão brasileira e sua relação com a ditadura civil militar. Dessa forma, discutimos as possibilidades e intersecções que favoreceram a produção e exibição do seriado *Malu Mulher* durante o período da ditadura no Brasil, uma vez que o programa em questão abordava temas feministas que não condiziam com a moral propagada pelo regime. Analisamos a organização e exibição da grade de programas da Rede Globo durante os anos 1970, assim como parte de sua estrutura administrativa. Apresentamos a conjuntura histórica da ditadura civil militar nos anos 1970 e 1980, confrontando-a com a luta dos movimentos sociais e a construção do discurso conservador evidenciado no Brasil do mesmo período.

O segundo capítulo trata sobre os feminismos brasileiros nos anos de 1970/1980 e sua relação com o seriado *Malu Mulher*. Apresentamos as principais correntes feministas no Brasil e suas implicações para a política pública voltada para as mulheres. Distinguimos os tipos de feminismos existentes no país entre as duas décadas citadas e explicamos os motivos que levaram o enaltecimento de uma das correntes do movimento. O capítulo também apresenta uma análise do episódio “Em legítima defesa

da honra e outras loucuras” exibido em 22 de setembro de 1980 que trata sobre a questão da violência contra a mulher, mostrando certo diálogo com as pautas feministas dos anos 80. Essa análise conta com o auxílio de reportagens da imprensa feminista, representada pelo *Nós Mulheres* e por notícias sobre a questão da violência doméstica veiculadas no *Jornal do Brasil* do mesmo ano.

O terceiro capítulo se debruça sobre o tema do episódio “Ainda não é a hora” exibido pela Rede Globo em 14 de junho de 1979 e que trata da interrupção voluntária da gravidez. Para isso, utilizamos uma bibliografia específica sobre os direitos reprodutivos atrelada a veiculações da imprensa feminista, através do *Nós Mulheres*. Selecionamos este episódio por ser um dos únicos a representar a questão do aborto em um programa de televisão no Brasil até aquele momento. Além da questão da interrupção voluntária da gravidez ser pauta basilar para o movimento feminista dos anos 80 é importante refletirmos como a política de controle do corpo feminino é fundamental para a manutenção do sistema.

Para aprofundar nossa análise no âmbito social, recorreremos, como fonte complementar, as cartas de telespectadoras enviadas para a sessão *Cartas do Jornal do Brasil* em 1979 sobre o episódio “Ainda não é a hora”. Tentamos captar algo da repercussão do seriado entre as telespectadoras, colocando em relevo as potencialidades dialógicas entre mídia e sociedade, no intuito de verificar quais os temas e aspectos do seriado foram destacados pelas telespectadoras nessas correspondências.

## **1. TV E SOCIEDADE: REDE GLOBO NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA**

As questões referentes a produção de veículos de comunicação de massa, especificamente a televisão brasileira e sua relação com a ditadura civil militar, são fundamentais para a compreensão dos objetivos finais desta dissertação. Analisaremos a organização e exibição da grade de programas da Rede Globo durante os anos 1970, período de exibição do seriado selecionado para análise, assim como parte da estrutura administrativa da empresa Globo.

Neste capítulo, também apresentaremos a conjuntura histórica da ditadura civil militar nos anos 1970 e 1980, confrontando-a com a luta dos movimentos sociais. Para isso, mostraremos como o discurso conservador evidenciado no Brasil do mesmo período foi construído e consolidado.

### **1.1 O *Padrão Globo de qualidade*: o entendimento do público de TV na década de 1970**

Em meados dos anos de 1960, quando a Rede Globo iniciou sua primeira transmissão, foram exibidos folhetins importados de países como Argentina, Venezuela, Colômbia e Cuba que eram gerenciadas por equipes estrangeiras de diretores e roteiristas. As novelas eram produzidas por companhias de produtos de higiene e limpeza norte-americanas, que instigaram o desenvolvimento de uma indústria de redação, adaptação e produção de histórias melodramáticas (HAMBURGUER, 2007).

Até 1969, a Globo exibiu tais adaptações, quando então construiu seu próprio departamento de criação de novelas, rompendo com o modelo norte-americano. Sob direção da cubana Glória Magadan, o departamento de criação produziu conteúdos que renderam boa audiência para a emissora, porém os cenários e os nomes de personagens estrangeiros não agradavam mais ao público e aos produtores, causando um apelo por obras mais “realistas”, pensadas e vividas pela realidade brasileira (HAMBURGER, 2005). Tais formas de escritas mais reais foram encontradas nos textos de brasileiros como Janete Clair e Dias Gomes, por exemplo, mas, segundo Hamburger, os textos de Clair sob a direção de Daniel Filho se destacaram à época:

Seguindo o caminho aberto por Betto Rockefeller, a dupla consolidou um novo estilo, a novela-crônica do cotidiano, inspirada no cinema, fiel à tradição melodramática do gênero, mas com ênfase no contemporâneo, o que acentuava sua vertente folhetinesca. As novelas passaram a utilizar diálogos coloquiais e a se referir a eventos e questões capazes de provocar debate de conversação. (HAMBURGER, 2005, p. 85).

Sob as modificações estruturais propostas pela Globo estavam a contratação de roteiristas e diretores de outras áreas da cultura como o teatro e o cinema. Este novo corpo de funcionários vinha, em sua maioria, do pensamento de esquerda, contrário a ditadura civil militar e as produções da indústria de cultura de massa. Ao mesmo tempo, a censura contra a cultura, impedia a continuidade de exibição de peças de teatro, um dos locais mais ativos das ideias de esquerda. Dessa forma, a migração para a TV foi uma das saídas econômicas para estes artistas manterem suas produções e suas vidas. Muitos, como o roteirista e dramaturgo Dias Gomes, acreditavam que era possível criar programas que fugissem da lógica da indústria cultural, assumindo um papel mais crítico:

Gomes (1998) alegava ter visto a sua atuação na televisão como uma alternativa para continuar e ampliar o seu projeto iniciado no teatro. Para ele, a ação de intelectuais engajados poderia colaborar para estabelecer uma real e genuína consciência política, denunciando os problemas do regime vigente. Bastava para isso encontrar caminhos que permitissem driblar as exigências do sistema, como, por exemplo, a linguagem alegórica experimental. (BRAGA, 2017, p. 14).

A ideia de “driblar as exigências do sistema” através da linguagem, da estética, da ironia, foram fundamentais para manter a programação no ar, pois entendia-se que esse sistema de telecomunicação atingia um número de público muito maior que o teatro ou cinema. Portanto, a possibilidade de estar dentro da esfera da indústria cultural, criando conteúdos críticos a este sistema, era uma oportunidade desse discurso acessar as massas. Dessa forma, os roteiros eram escritos de maneira a carregar a ideologia anti-ditadura, sem tratar com obviedade dos temas sensíveis à causa e, assim, foram, em sua maioria, aprovados pela censura. A produção do cenário, figurino e maquiagem também contribuía para consolidar as ideias presentes nos novos roteiros, uma vez que enalteciam certos realismos antes não apresentados na televisão, como o uso de cenários naturais da cidade do Rio de Janeiro, o cotidiano na cidade e pontos



turísticos. Assim, a Rede Globo passa a ganhar maior audiência, chegando a liderança de 100% do Ibope em 1970 (HAMBURGER, 2005).

É interessante salientar que no início da década de 1970 a censura reprovava programas de televisão interpretados como populares, como por exemplo, os programas de auditório e por isso demandava uma programação voltada para a família brasileira e que ressaltasse os valores da moral. A desvalorização da cultura popular em relação a uma possível erudita, acontecia quando a primeira era vista como simplista e vulgar, não merecendo destaque no horário nobre da televisão, enquanto que a segunda era civilizadora, culta, formadora de padrões importantes para a família tradicional brasileira. Nessa conjuntura os diretores gerais da Globo conseguiam manter sob sua tutela o emprego dos roteiristas e diretores advindos de ideologias de esquerda do teatro e cinema, uma vez que eram personalidades intelectuais, reconhecidas pela sociedade brasileira pela qualidade de seus trabalhos (HAMBURGER, 2011). Assim, mesmo contrariados, os censores permitiam a produção de seriados e novelas visando a qualidade clássica que estes intelectuais poderiam oferecer ao povo brasileiro.

Criava-se então o chamado *padrão Globo de qualidade* (ORTIZ, BORELLI E RAMOS, 1991) com o uso de novas tecnologias, aperfeiçoando equívocos das transmissões televisivas no Brasil, como as improvisações e baixa audiência. Junto com a reformulação do quadro de funcionários a emissora passou a estabelecer uma grade fixa de exibição de sua programação, baseada nas telenovelas e telejornais que iam ao ar no horário nobre, entre às 18:00 e 22:00 horas, sendo o último considerado um horário experimental (BORELLI, ORTIZ e RAMOS, 1991). A escolha da divisão da grade de horários e dos tipos de programas para irem ao ar, fazem parte do objetivo de ampliar a audiência de acordo com a rotina da família brasileira:

O Daniel [Filho] tem uma gradação muito inteligente sobre as novelas. Às seis horas é o campo dos meninos. Às sete horas começa o que chamamos horário cor-de-rosa. Aí temos o fenômeno da catarse (alívio das tensões pela identificação com o personagem) da telespectadora com a novela. Depois vem o jornal. Às oito aumenta um pouquinho a intensidade da ação da novela. Às dez você tem mais liberdade para fazer uma novela de costumes, de crítica social, de realismo etc. A catarse é típica de cada horário e tem etapas de intensidade. Às sete a coisa se prepara para a catarse das oito. (SÁNCHEZ, apud, HAMBURGER, 2005, p. 51).

A reorganização da grade também fez parte de um projeto maior de estabelecer laços de fidelidade do telespectador com a programação da emissora e, assim, manter a

audiência, consecutivamente os lucros, revestidos em mais investimento de produtos da Rede Globo.

Para produzir telenovelas de sucesso de audiência, a Globo criou um Departamento de Pesquisa que colaborou diretamente com a nova forma de fazer novela, onde os pesquisadores de opinião traziam para o diretor geral, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, a opinião do público sobre as produções da Globo (FILHO, 2001).

A pesquisa de audiência e de opinião sobre os conteúdos exibidos nas séries melodramáticas passaram a ser um termômetro para criação de novos programas e reformulações de antigos. Dentro do Departamento de Pesquisa a emissora também organizou grupos de discussão para cada novela, pois perceberam que a pesquisa de audiência, baseadas na teoria da recepção, eram importantes para o sucesso de uma nova novela, mas não suficiente para compreender quem era o público, em especial as famílias, que assistiam a programação. Por isso a emissora investiu em pesquisas socioeconômicas para entender a variável “classe social” com o intuito de compreender o consumo da televisão de acordo com as diferentes classes econômicas de diferentes regiões do país (HAMBURGER, 2005).

Nessa conjuntura de análise do público, o principal conceito da teoria da recepção se fez fundamental quando se confirma que o telespectador é ativo na interpretação do que vê, ou seja, ele tem o poder de desligar a televisão se não gostar da programação. Por isso o cuidado na produção passa a ser dobrado, com pesquisas, entrevistas e grupos de debate, para confirmar o *padrão Globo de qualidade*, garantindo a fidelidade do público com a emissora. Dessa forma, a equipe de roteiristas deveriam estar antenados com as sugestões do público, nas conversas de cada esquina, ou bar o que sugere que escritores e pesquisadores circulem pela cidade, meios de transporte público, feiras, para se atualizar das ideias presentes na esfera pública. Assim, o bom roteirista era aquele que é empático com as questões populares e que expressavam as inquietações do público em seu trabalho artístico. A telenovela se tornou então “protointerativa” como afirma Marlyse Meyer (1996), ou seja, quando dialoga com a sociedade, proporcionando a interatividade que as tecnologias instigam e permitem.

A partir dessa relação público e mídia, é possível compreender como a pesquisa de audiência e de opinião alimentaram a relação entre a emissora, no caso a Rede Globo, e o telespectador. A emissora permite o ajuste dos programas de acordo com as

expectativas do público, fortalecendo o vínculo com ela, num processo que gera um pacto não oficial, mas praticado cotidianamente. Um exemplo dessa troca é a busca por verossimilhança nas produções de seriados televisivos que estimula as pesquisas de campo feitas por parte dos escritores, atores e diretores. São imersões nas situações sociais que envolvem as narrativas produzidas, como por exemplo ocorreu com a equipe de *Malu Mulher* quando pesquisaram dados para o cenário e figurino do seriado com universitárias da Universidade Federal de Campinas, classificadas popularmente como “esquerdas”, característica esta, que norteava os princípios básicos da protagonista interpretada pela atriz Regina Duarte (HAMBURGER, 2005, p. 61).

A partir dessa lógica a produção de telenovelas foi acelerada, gerando maior cobrança da equipe técnica, atores, roteiristas e diretores, no objetivo de atender certas demandas das pesquisas de opinião. O processo de criação artística, nesse momento, parecia com o modelo de produção industrial Fordista norte-americano, quanto mais tempo gasto, menos lucro adquirido pelo empresário. Concomitante, o sistema de avaliação do Ibope foi atualizado, pois o acesso a aparelhos e televisão no Brasil aumentou, principalmente pela abertura de crédito concedido pelo governo e então os critérios de avaliação da audiência modificaram-se e algumas produções também.

As pesquisas de audiência até o início dos anos 1990 eram desenvolvidas por cruzamento de dados que envolviam questões socioeconômicas e apenas feitas em regiões metropolitanas como Rio de Janeiro e São Paulo. Esta pesquisa colaborava para a Rede Globo classificar hierarquicamente o público que assistia sua programação. As classes iam de A à D, podendo chegar a E, considerada menos favorecida economicamente e, por isso, não utilizada em seus parâmetros na maioria das vezes. A classe C passa a ser a média de avaliação para a programação da Globo, uma vez que seu grupo era formado principalmente por mulheres, donas de casa, de classe social intermediária. A perspectiva do consumo de seriados televisivos apenas por mulheres se modificou no decorrer da década de 1970, quando alguns temas referentes teoricamente ao universo masculino foram explorados, como o futebol.

A pesquisa do Ibope tentava quantificar o público que assistia televisão e consecutivamente que detinha essa nova tecnologia em casa. Alguns cálculos eram feitos baseados nas rendas familiares, instrução dos membros da família, em especial ao do homem, e assim concluía-se que o grupo social que mais consumia a programação da Rede Globo eram famílias de classe social A e B, sendo a C e D classes mais humildes,

que também consumiam, porém em menor escala que a primeira. Esta conclusão se dava por cálculos do poder aquisitivo das famílias e consecutivamente sua instrução intelectual que garantiam a possibilidade da compra do aparelho televisor no início dos anos de 1970. Como era uma tecnologia nova e cara, pressupunha-se que apenas famílias abastadas ou com estabilidade econômica poderiam adquirir o aparelho. A pesquisa não contava com a possibilidade de aquisição por outros meios como a herança, doação, venda de segunda mão, e por isso o resultado confirmava a hipótese equivocada em que a maioria dos consumidores eram de classe A e B.

Alguns autores, como Hamburger (2005), comentam sobre o interesse de grandes empresas em manter sigilosa a conclusão equivocada dos dados da pesquisa Ibope. A finalidade era manter o espaço da propaganda de seus produtos no ar, afinal, eram marcas destinadas às classes A e B e corriam o risco de perder espaço de divulgação caso confirmado que o público atingido era outro.

Dentro dessa lógica econômica, a estrutura ideológica da indústria cultural se reafirma, ao mesmo tempo que abre, imprevisivelmente, a permanência de conteúdos televisivos ditos como de “maior de qualidade”. Entre os anos 1970 e 1980 a Rede Globo fica conhecida internacionalmente pela qualidade nas produções de suas telenovelas e em especial pela narrativa construída por aqueles roteiristas de corrente esquerdista contratados pela emissora. As críticas nacionais também colaboravam para enaltecer as produções e ressaltar a positividade social que certas séries debatiam, como é o caso do *Jornal do Brasil* em maio de 1979 ao publicar reportagens sobre o seriado *Malu Mulher* (JORNAL DO BRASIL, 1979i). Dessa forma, os programas que a Globo exibia durante este período, supervalorizavam o nível de instrução e poder aquisitivo do telespectador. Por serem considerados de elite, as criações da emissora deveriam fazer jus a tal público, o que posteriormente é questionado e modificado ao confirmar que a população de baixa renda era a que mais assistia televisão, dentro desse grupo, as mulheres, donas de casa permaneciam sendo sua maioria.

A superestima do telespectador também possibilitou a legitimação e difusão de repertório de apenas uma pequena e privilegiada parcela da sociedade brasileira na televisão, com um idioma, geração, gêneros e regiões geográficas definidas. Assim é possível refletir que a televisão e as telenovelas tendo o parâmetro de consumo de classe média como critério de classificação social, pode ter contribuído para legitimar a noção

de inclusão social plena que aconteceria através do consumo. Ou seja, os costumes representados pelas novelas e seriados, mesmo não correspondendo ao padrão da maioria da classe social que o assistia, estimulou o consumo desses hábitos, assim como os padrões estéticos publicizados.

Desse modo, uma sociedade desigual, como a brasileira, que viveu e vive reflexos do sistema de opressão capitalista, cujo preconceito racial e o analfabetismo são permanências nos dias atuais, ainda tem de lidar com a pretensa superioridade cultural que domina os meios de comunicação de massa. A todo o momento, tais veículos, reafirmam padrões socioculturais a serem seguidos, mas que não necessariamente condizem com a vontade ou necessidade de grande parcela da população brasileira. A partir desse contexto, a televisão surge como possibilidade de informação, assumindo papel estratégico para quem quer aprender e dominar códigos sociais sem o auxílio de aparatos governamentais. Para Hamburger (2005) a função pedagógica da indústria cultural e da Rede Globo através das novelas tornaram-se um espaço importante para a propaganda e ajudam a educar telespectadores como consumidores e, assim, fluir a lógica capitalista.

Retomando à questão do “nivelamento por cima” dos telespectadores, as telenovelas reproduzem uma escala social imaginada pelos pesquisadores da emissora, e o que aparece para o telespectador seria uma representação verossímil da sociedade brasileira. Portanto, na realidade, as telenovelas são consumidas por telespectadores de diversas classes sociais, ou seja, um repertório privilegiado para mediar diferenças. Esta ideia fica clara através de pesquisas de opinião feita sobre um mesmo programa por telespectadoras de classes sociais diferentes.

A opinião de mulheres de classes e realidades de vida distintas, são exemplos potentes para tal ideia. Quando um seriado televisivo exibia uma personagem rica que decidia se divorciar por insatisfação no casamento e se apaixonava pelo vizinho, mecânico, personagem pobre, em geral as telespectadoras da classe média se identificavam e se divertiam ao assistir a trama, enquanto que telespectadoras de classes populares rejeitavam por considerar preocupação de mulheres “endinheiradas”. Assim, esse mesmo grupo de mulheres também critica o excesso de cenas de sexo, consideradas como impróprias, enquanto as mulheres de classe média não se incomodam com a abordagem dessas cenas (HAMBURGER, 2005).

Dessa forma, é possível perceber o conservadorismo advindo das classes mais populares, teoricamente menos escolarizadas ou informadas o que nos relembra a função muitas vezes didática que a televisão proporcionava para suas telespectadoras. Muitas mulheres afirmavam que aprendiam com as telenovelas, como manusear certos objetos, maneiras de se comportar em público, modas da época e, por isso, o sentido educativo conquistava mais espectadoras.

## **1.2. Globo e a censura: como produzir *Malu Mulher* no final dos anos 70?**

No decorrer dos primeiros meses em que *Malu Mulher* estava no ar, o comportamento da personagem principal se mostrava em muitas vezes inconstante. Para além de uma insegurança “natural” a partir das mudanças em sua vida como o desquite e a luta no mercado de trabalho, Malu, em alguns momentos parecia perdida de suas afirmações enquanto pessoa e mulher.

Muitas leituras são possíveis a partir dessa prévia análise da inconstância da personalidade da personagem, incluindo as envolvendo questões emocionais e psicológicas, mas segundo o criador da série, Daniel Filho, em entrevista ao programa Roda Viva no ano 2001,<sup>3</sup> o seriado ainda sofria interferências da censura brasileira e muitos roteiros foram adaptados para ir ao ar. A censura alegava que alguns comportamentos ou as falas da personagem poderiam influenciar erroneamente as famílias brasileiras que assistiam ao programa. Desta coerção a produção artística criou-se uma personagem Malu, durante o primeiro ano da série, inconstante e muitas vezes ingênua em contraste com a Malu do primeiro capítulo da série “Acabou-se o que era doce” sobre sua decisão em desquitar-se<sup>4</sup>. Em alguns capítulos do final da primeira temporada a personalidade forte, em busca de justiça, de Malu, são mais evidentes,

---

<sup>3</sup>Memória Roda Viva: entrevistas. Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/550/entrevistados/daniel\\_filho\\_2001.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/550/entrevistados/daniel_filho_2001.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2018.

<sup>4</sup> Vale ressaltar que a lei do desquite no Brasil foi introduzida no código civil em 1916 como forma de separação dos corpos, de forma amigável, mas o vínculo matrimonial permanecia, ou seja, não era permitido casar novamente. Apenas em 1977 através de emenda constitucional a lei do divórcio foi aprovada garantindo a dissolução do matrimônio e possibilitando que ambas as partes se casassem juridicamente apenas mais um vez.

porém somente com o retorno da série em 1980 é que foi permitida a Malu seguir mais segura, errando e acertando e assim construindo uma personagem mais humanizada na busca de seus princípios.

A censura rondava de fato as produções da Rede Globo e especialmente *Malu Mulher*. Em reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil* no dia 1º de setembro de 1979, por Ciléa Gropillo, intitulada “Autocensura pode transformar Malu numa mulher sem problemas”, a jornalista apurou o boato sobre uma possível autocensura dentro da Rede Globo. A matéria questionava os malefícios que este fato poderia causar pra o seriado, como por exemplo a transformação da personagem Malu em uma mulher sem problemas, cuja atividade principal seria o trabalho doméstico e não mais sua atividade como socióloga.

A principal suspeita para esta questão da autocensura foi a contratação de Wilson Aguiar pela Globo como assessor geral do sistema Globo de novelas. Em entrevista ele se defendeu dizendo que “realmente já ocupei o cargo de diretor da Censura Federal em Brasília, mas isso foi em 1970. E apenas pelo tempo de uma gestão, no fundo não sou censor”, acrescentou que durante o período da gestão em Brasília, não cortou nenhuma produção pois “acho que ninguém tem o direito de colocar a mão numa obra de arte para podá-la” e lembrou que “meu trabalho é essencialmente técnico. Quem assiste aos capítulos gravados, depois de ler todos os textos, é a Censura Federal. Desconheço qualquer autocensura na Globo” (JORNAL DO BRASIL, 1979j). Esta reportagem é importante para ilustrar como a censura estava presente na Globo, mesmo ela sendo uma das principais aliadas da ditadura. Ainda que nesse exemplo a autocensura da emissora fosse um boato, representa a complexa ligação entre a ditadura e a Globo, refletindo pejorativamente nas produções de suas novelas e seriados.

No decorrer desta reportagem, Gropillo entrevista um dos autores de *Malu Mulher*, Felipe Marinho, que reafirmou que nunca sofreu autocensura pela emissora e que seria um grave problema se a própria censura federal, que já interferia na rotina da produção, quisesse transformar seu conteúdo em menos crítico. Ao longo da produção do primeiro ano do seriado a possibilidade de uma criação artística mais aberta trouxe benefícios para todos os envolvidos no trabalho, e o resultado vinha pelo sucesso nos números do IBOPE que atingia marcas importante de audiência, porém, todos os roteiristas sentiam que apesar dessa liberdade criativa, trabalhavam ao mesmo tempo

com “a faca na nuca” tentando não se autopoliciarem. Nesse sentido, Daniel Filho, criador de *Malu Mulher* acrescenta “seria lamentável que, além da Censura federal, tivéssemos de lutar também contra nossa própria censura” (JORNAL DO BRASIL, 1979j).

O relato de Daniel Filho retrata, mais uma vez, a rotina de preocupação em torno da questão da censura. Mesmo os roteiristas tendo certa liberdade de criação, havia um conflito interno, tanto pessoal quanto institucional, sobre as possibilidades dessa criação, ou seja, até que ponto poderiam escrever um capítulo sem serem censurados? De certa forma, os relatos trazidos pela reportagem geram reflexões sobre até que ponto a potência da criação artística do seriado *Malu Mulher* foi suprimida não só pela censura institucional, aquela exercida pelo SCDP, mas também pelo próprio autopolicamento dos roteirista? Certamente, enquanto a censura aos veículos de comunicação de massa foi uma prática legal, ou seja, um artifício da estrutura, essa base, as vezes frágil frente aos diversos braços da estrutura, não foi capaz de permanecer rompendo suas barreiras. Aqui me refiro a estrutura como sistema que interfere e manipula diretamente na base, ou seja, um mecanismo que está, voluntaria ou involuntariamente, sob alguma tutela desse sistema.

Dessa forma, a produção artística de *Malu Mulher*, por mais transgressora que aparentasse, não era suficiente para romper com a barreira censória da ditadura civil militar sobre os veículos de comunicação de massa. Assim, por mais que os temas tratados pelo seriado fossem progressistas, sua potência como veículo artístico e da cultura não era pura expressão do trabalho crítico que a arte e os artistas da esquerda se propunham a fazer. Lembrando que tanto Daniel Filho quanto Dias Gomes eram esses autores de esquerda contratados na década de 70 pela Globo. Portanto, enquanto a censura atuou sobre a produção de *Malu Mulher*, e mesmo que ela tenha sido em alguns momentos branda, o processo de escrita e execução por parte dos criadores da série estava sob uma vigilância velada, própria do inconsciente criativo ainda amarrado ao medo da repressão.

Outro ponto importante para tratar sobre a relação mídia e sociedade dentro da TV Globo é quanto aos personagens que criaram o seriado. Os atravessamentos dentro da indústria cultural referente aos sujeitos históricos que compõem essa estrutura são



fundamentais para entendermos mais profundamente o que possibilitou a criação do seriado e seu desdobramento.

Na criação de um seriado com a temática feminista no final da década de 1970 no Brasil era de se esperar que seus roteiristas e diretores fossem homens, ou que a liderança partiria deles, afinal, programas de TV fazem parte de empresas de telecomunicações e naquele momento de tensão política os direitos das chamadas minorias – negros, mulheres, homossexuais – não eram assegurados, muito menos o espaço no mercado de trabalho. O interessante no caso de *Malu Mulher* é que o corpo de roteiristas era formado por três homens e duas mulheres; para além dos talentos como roteiristas e escritoras, Lenita Plonczynski e Renata Palottini, escreviam para uma série sobre temas próximos de suas realidades de vida, principalmente por serem mulheres, trabalhadoras, mães, donas-de-casa e intelectualizadas. A presença de mulheres na escrita dos textos, assim como na equipe técnica, foi imprescindível para compor as singularidades da personagem.

Esta questão foi pauta de polêmica no fim do primeiro ano da série quando Palottini já não fazia parte do grupo e Plonczynski pediu sua saída também. Insatisfeita com as mudanças que iriam ser impostas sobre a personagem Malu e com o rumo que a série ia seguir, não interessava mais a roteirista continuar no projeto. Em entrevista para o Jornal do Brasil de 2 de dezembro de 1979, Lenita Plonczynski dizia “Acho grave um programa sobre mulher escrito agora apenas por homens: não entendo com Regina Duarte ainda aceita o papel” (QUEM, 1979, p. 6).

A partir de então o comando e escrita da série passou a ser só dos homens, tomando os rumos de uma série que tinha se tornado tão popular por trazer à tona temas velados pela sociedade brasileira sobre a vida da mulher. As pautas feministas dos anos 1970 reivindicavam muitos direitos, dentre eles a igualdade de salário e de oportunidades de trabalho, movimento contrário ao que direção do seriado tomou em não contratar outras roteiristas mulheres para ocupar o lugar de Lenita e Renata.

Para amenizar os debates nas mudanças de roteiristas a publicização do seriado focou nos bastidores, composto todo por mulheres, justificando que elas eram as responsáveis por continuar criando Malu, reconstruindo a personagem a partir das mudanças exigidas pela direção da Rede Globo (ALMEIDA, 2012). A matéria foi

também publicada no Jornal do Brasil em 30 de março de 1980 e conta a rotina de gravações da segunda temporada. Duas páginas completas do caderno “Televisão” do Jornal do Brasil eram sobre o retorno de *Malu Mulher*, anunciando o novo horário, agora seria exibido as segundas feiras e não mais as quintas, como na primeira temporada, permanecendo sua exibição as 22 horas. A matéria contava sobre a mudança de estabilidade econômica da personagem que passaria agora a ter um trabalho fixo numa empresa de pesquisa ganhando 25 mil cruzeiros por mês e mais 12 mil de pensão paga pelo ex-marido. O debate financeiro das mulheres desquitadas toma proporções maiores nesta segunda temporada e transborda para a equipe técnica, formada por mulheres, em sua maioria desquitadas também, mas que vivem situações próximas as de Malu.

A reportagem faz uma breve comparação de salários entre diretores, roteiristas, atores e equipe técnica da Rede Globo e mostra com suposições – já que a Rede Globo não se pronuncia sobre salários – o quão alto era o salário de Regina Duarte em comparação com outros atores. No encerramento da reportagem uma foto de Regina Duarte e Narjara Turetta com as 6 mulheres que compunham a equipe técnica do seriado com a seguinte legenda:

Os homens escrevem e dirigem, mas a presença de Malu no vídeo seria impossível sem o trabalho das mulheres: Marília Rodrigues (figurinista); Graça Motta (assistente de direção); Regina Duarte; Narjara Turetta (Elisa); Marta (continuista); Cristina Médicia (pesquisadora de arte); Denise Serraceni (assistente de produção); Cristina, a mais jovem componente da equipe. (JORNAL DO BRASIL, 1980i)

A justificativa utilizada pela Rede Globo sobre a ausência de roteiristas mulheres a partir da segunda temporada reforçava o padrão institucional de uma empresa que servia ao mercado e para o mercado. Ou seja, na tentativa de suavizar o problema de um seriado que falava sobre temas referentes a vida da mulher mas que passava a não ser mais escrito por elas, a Globo só reforçou o problema existente e reafirmou sua posição como detentora de poder servindo para um sistema liderado por homens, não contribuindo para a questão da desigualdade de gênero ou com as pautas feministas que o seriado abordava. Essa questão era fundamental se este veículo de comunicação de massa quisesse realmente trazer a luz as pautas de desigualdade entre mulheres e

homens e proporcionar mudanças consistentes sobre o problema, a começar por mudar suas prioridades na contratação de mais profissionais mulheres.

Portanto, a partir dos apontamentos apresentados é possível perceber como a Rede Globo de televisão utilizou os braços da indústria cultural para se consolidar no cenário nacional. Em um período de ditadura civil militar, no início dos anos de 1970, quando este é conhecido como os mais violentos na perseguição contra manifestantes do regime, a emissora conseguiu permanecer ativa e produzindo alguns conteúdos críticos, indo ao encontro dos ideais da ditadura.

Um dos exemplos desse tipo de produção é a exibição de *Malu Mulher* durante 1979 e 1980. Um seriado melodramático, ou seja, construído sob a fórmula narrativa já experimentada pela Rede Globo, porém com temas referentes à mulher ainda não exibidos na televisão. Os veículos de comunicação que mais divulgava as causas feministas no Brasil eram os impressos, mais especificamente as revistas acadêmicas. A possibilidade de as temáticas feministas à época irem à público através da ficção foi uma forma mais lúdica e didática para a questão acessar diversos públicos, mesmo a produção sendo feita direcionada para um tipo específico de público, não se perde o caráter comunicacional que os melodramas da Rede Globo atingiam.

O que possibilita o questionamento central deste texto e, posteriormente, a reflexão é a maneira como a emissora dialogou com os aparatos censores e com artistas de esquerda, engajados politicamente. Para além desse ponto nevrálgico a criação de sua programação com um padrão Globo de qualidade, baseado na produção vertical, capitalista e de produção acelerada fez a empresa Globo ganhar espaço e poder para continuar exercendo suas atividades durante a ditadura civil militar, obedecer a algumas sanções e, fundamentalmente, manter relações estreitas com os dois polos políticos à época. A consolidação de sua hegemonia está nessa tensão política que somente um aparato tecnológico de comunicação de massa, como a televisão, poderia mediar. O poder da imagem e o elo criado entre telespectadores e a Rede Globo, construído estrategicamente, possibilitou sua manutenção na liderança de audiência.

Ao analisar os processos de modificação da estrutura produtiva da Rede Globo, na contratação de novos funcionários, na mudança de diretores de telenovelas, na nova perspectiva de aperfeiçoamento estético e, fundamentalmente, na reorganização da

grade de exibição da emissora é possível entendermos porque o seriado *Malu Mulher* foi criado. A reorganização da grade, a partir do horário cotidiano da família brasileira, estabelecendo através de pesquisas e as faixas etárias que mais assistiam à programação e em qual horário. Assim como a percepção da brecha no horário das 22h, onde a possibilidade de programas mais experimentais ou engajados poderiam ir ao ar, na medida que teoricamente haveria pouca audiência. Essas leituras do telespectador brasileiro, com classe e cor definidos, sua rotina e hábitos, possibilitaram a inclusão do seriado em sua grade, na medida que não chamava muito a atenção por ser um horário que a família tradicional brasileira não assistia e, portanto, não comprometeria com os valores da moral e dos bons costumes defendidos pela censura.

### **1.3. A consolidação do moralismo na sociedade brasileira dos anos 70**

Os pilares da repressão durante os anos de ditadura eram a espionagem, a polícia política, a censura, a propaganda política e o julgamento sumário de supostos corruptos (FICO, 2004). Eles foram construídos ao longo do regime, sendo os anos 1970 os de maior desempenho de suas organizações e de consolidação no poder, atendendo ao projeto de repressão global fundamentado na ideia da “utopia autoritária” (D’ÁRAUJO, CASTRO, SOARES, 1994). Segundo Carlos Fico, esse termo colabora para designar o “cimento ideológico” capaz de agregar todas as instâncias repressivas, ou seja, a base fundacional para justificar as medidas do regime e completa:

para muitos analistas, esse papel teria sido desempenhado pela chamada “doutrina de segurança nacional” [...]. Talvez possamos dizer que a ‘utopia autoritária’ seja uma forma menos elaborada e intelectualmente diluída da doutrina. Mas é preciso não perder de vista que a antiga tradição brasileira de pensamento autoritário inspira ambas e que a propaganda anticomunista precede em muito a ditadura militar. (FICO, 2004, p. 38)

Essa ideia baseava-se na crença dos militares de serem superiores aos civis em relação ao patriotismo, ao conhecimento da realidade brasileira e da integridade moral, cabendo a eles a tarefa de extinguir todos os obstáculos que impedissem de alcançar o objetivo permanente da nação - que envolviam os interesses e aspirações vitais que subsistissem durante longo tempo, variando de acordo com as mudanças de conjunturas intrínsecas ao processo político do Brasil – além do objetivo de inserir o Brasil no grupo

das grandes potências mundiais e de garantir a manutenção da segurança nacional (GURGEL, 1975). Quanto a “tradição brasileira de pensamento autoritário” comentada por Fico (2004) entendemos que o autor se refere à trajetória da história brasileira de luta por emancipação ou reivindicação de direitos numa esfera controlada e comedida. Isso ocorre por consequência direta das marcas de opressão sofrida ao longo de séculos pelo sistema. Assim, também podemos dizer que a tradição autoritária brasileira é fruto da exploração e alienação da população brasileira que não teve o direito de conhecer outra forma de sistema que não a capitalista e por assim, assumir sua lógica cruel e desumana como a única possibilidade de vida.

Posto isto, é importante entendermos a lógica político ideológica durante os anos 70 no Brasil, por exemplo, onde houve a intensificação da censura aos meios de comunicação de massa, questão importante desta dissertação.

O medo do comunismo não era a única preocupação para os militares após o golpe de 1964. A revolução dos costumes que vinha ocorrendo deste o início da mesma década colocava em xeque valores ímpares para a tradição militar, como a família e a religião. A modernização dos hábitos veio através do desenvolvimento de novos meios de comunicação como a televisão, possibilitando maior acesso a informação e a produtos mais tecnológicos que também estimularam o consumo. Outra novidade foi o advento da pílula anticoncepcional, que possibilitou o início da liberação sexual para as mulheres e os movimentos culturais na música, como o rock n’roll, e no cinema, questionando o padrão normativo de sociedade até aquele momento.

Essas transformações incomodavam não só militares, mas uma elite tradicional brasileira que passavam a ver seus valores morais ameaçados. Nesse sentido podemos ler por “valores morais ameaçados” o medo da perda de privilégios, pois entendemos a moral como ferramenta política dessa mesma elite tradicional. Portanto, não seria demais afirmar, em se tratando da ditadura civil militar, que política e moral são duas faces complementares de um mesmo projeto de repressão como Quinalha (2017) completa:

os valores e comportamentos propagados por determinada moral são, sempre e necessariamente, de natureza política. A hegemonia de determinados padrões de conduta que define o que é aceitável é fruto de determinada distribuição social do poder. Deste modo, ainda que com outra linguagem, a moral é profundamente política [...]. Em segundo lugar, sob um regime

autoritário com pretensão de controle total da vida social, é possível pensar que a moral é politizada a um nível ainda mais acentuado, alçada a instrumento direto e sem mediações da violência estatal. (QUINALHA, 2017, p. 41)

Diante do descostume de ver e ouvir notícias sobre a liberalização do corpo feminino, da afirmação mesmo que tímida de homossexuais e transexuais, o discurso da moral surge como política transcrita na ordem propagada pela ditadura através da “moral e dos bons costumes”. Iniciou-se uma propaganda massiva sobre os perigos que as “ideias subversivas”, que chegavam ao Brasil através do comunismo internacional, poderiam causar contra a família tradicional. Dessa forma o sentimento anticomunista foi intensamente mobilizado para caracterizar a subversão moral como uma ferramenta que o movimento comunista internacional usaria para destruir as instituições ocidentais. De acordo com essa visão, atentar contra a moral e os bons costumes seria estimular ideias influenciadas por comunistas que tentariam promover uma revolução anticapitalista através do enfraquecimento de instituições basilares da sociedade brasileira, ou seja, a religião cristã e a família. Um exemplo de tal pensamento por parte dos militares é a postura do ex-ministro da Justiça Alfredo Buzaid, ex-reitor da USP e Ministro da Justiça em 1970, ao dizer:

o Estado se viu na contingência de executar [a legislação repressiva], a fim de preservar a integridade da família brasileira e a sua moralidade tradicional, combatendo destarte o comunismo internacional, que insinua o amor livre para dilacerar as resistências morais da nossa sociedade. (BUZOID, 1970, p. 41)

A repressão e a censura eram justificadas formalmente pelo discurso da ameaça comunista, porém Quinalha (2017) explica que por mais que a conjuntura global em torno da Guerra Fria justificasse tal discurso, “os ideias da Revolução de 1964” – termo que militares e civis que apoiaram o golpe utilizavam para se identificar – eram os reais motivos para as medidas repressivas. Um dos motivos que nos fazem entender essa lógica são os relatórios de monitoramento dos meios de comunicação e das artes, feitos pela ditadura, que destacavam o caráter “psicossocial” da propaganda comunista, assim como outras possibilidades subversivas, como as reivindicações e formas de atuação do movimento trabalhista e do estudantil (QUINALHA, 2017).

O autor reafirma a questão sobre a liberalização dos costumes como uma das principais justificativas para o discurso da moral e dos bons costumes propagado pela ditadura. Lembra que havia um forte movimento civil a favor da moralização, comprovado pelas “numerosas cartas enviadas por cidadãos comuns ao presidente ou aos órgãos censórios pedindo um endurecimento do controle moral” (QUINALHA, 2017, p. 44). Portanto, o ponto da liberalização dos costumes se relacionava com o medo comunista, mas não dependia necessariamente dele para existir. O maior exemplo desta ideia é a postura de parte da sociedade que expressou uma reação as mudanças causadas pela revolução sexual dos anos 1960 e não a ameaça comunista. Ou seja, o ponto da revolução sexual, que interferia diretamente sobre a vida das mulheres, foi um dos principais motores, mesmo que camuflado sob o discurso do medo comunista, para legitimar o endurecimento da repressão política e da censura aos meios de comunicação durante a década de 70.

A partir da exposição do ideal de moral e dos bons costumes, a ditadura se preocupou em aprofundar as justificativas para sua prática através dos termos legais. Ainda que simplistas e muitas vezes esvaziados de sentido, foram criados vários dispositivos normativos para explicar o uso da brutalidade pelos militares contra os opositores ao regime (QUINALHA, 2017). Um dos exemplos das medidas legais tomadas pela ditadura foi a implementação do artigo nº153, parágrafo 8, da Constituição Federal. Este foi o principal marco de sustentação da legalidade autoritária no campo específico dos costumes, que completa o tripé regulatório da censura, termo utilizado para exemplificar as três principais determinações jurídicas sobre a censura no Brasil, sendo o primeiro o Decreto nº20.943 de 1946, o segundo a Lei nº 5.5538 de 1968 e o terceiro o Decreto-Lei nº 1.077 de 1970 (KUSHNIR, 2004).

Vale atenção para o texto do artigo nº 153, parágrafo 8:

A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 8º É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade. Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. (Art. nº153 do Decreto-Lei nº 1.077, 1970)

Portanto, o tripé censório, ou seja, a consolidação das proibições em forma de lei depois de 1968, surge tanto para legalizar as medidas repressoras que já vinham sendo tomadas pela ditadura, quanto validar a radicalização do regime frente os opositores políticos. Por isso, o artigo acima reforça a censura aos veículos de comunicação, em especial as publicações que ferissem a moral e os bons costumes. Baseado nesse artigo, Alfredo Buzaid escreveu uma detalhada argumentação jurídica e política para embasar à teoria da defesa da moral e dos bons costumes, e assim ganhar maior legitimidade frente a opinião pública.

Por ser um jurista, Buzaid soube instrumentalizar os termos jurídicos e construiu um discurso convincente sobre a necessidade da censura política em defesa da moral e dos bons costumes. Em seu texto, fez referência a autores estrangeiros de regimes autoritários, comparando-os com o caso brasileiro e apresentando as normas constitucionais e infracionais que delineavam a regulação moral e sexual da época (BUZOID, 1970). Dessa forma, o regime linha-dura foi ganhando racionalidade e sustentação jurídica ao que se referia a restrição das liberdades de expressão e de pensamento. Assim, a manipulação das leis, materializada pela combinação da repressão judicial e extrajudicial, atrelada ao embasamento teórico construído sobre a moral, estabeleceu o predominante processo de endurecimento político gerido pela ditadura civil militar (TELES, 2014). Por mais frágil que pareça, essa foi a fórmula encontrada para sintetizar o programa conservador que a ditadura empregou na área dos costumes, da propaganda, do entretenimento e da censura.

A censura aos veículos de comunicação de massa é um ponto imprescindível para esta dissertação, pois a entendemos como um dos braços principais da repressão política e da reafirmação dos costumes morais na sociedade brasileira. A interferência na produção do seriado *Malu Mulher* foi uma das formas de sua atuação durante a década de 70, mas é importante deixar claro que a prática da censura não foi inaugurada pela ditadura militar e, portanto, “nunca foi difícil censurar no Brasil” (FICO, 2003, p. 188). Por aqui, o poder executivo sempre pode manipular grandes verbas publicitárias, determinar sindicâncias contra órgãos de imprensa, negar financiamento através de bancos estatais e nos casos durante uma ditadura, pôde-se apreender toda uma tiragem de publicação ou, nos casos de programas de televisão, cancelar toda a produção que



eventualmente já tinha sido gravada, gerando altos custos para os donos de emissoras. Dessa forma, não podemos falar de um estabelecimento da censura durante a ditadura civil militar no Brasil porque aqui, ela nunca deixou de existir.

O governo brasileiro sempre censurou as diversões públicas de maneira legalizada, principalmente através de instrumentos reguladores: leis da imprensa, classificação etária, atentado a moral e aos bons costumes. Segundo Fico (2003), a possibilidade do mecanismo censório contava também com o benefício da legitimação por larga parcela da sociedade, que os consideravam “naturais”, garantindo à ditadura, mais uma adequação ao costume censor, do que sua criação.

A instituição do Ato Institucional nº5 permitiu uma atividade da censura mais sistemática por parte dos militares contra a imprensa (FICO, 2003). Ela era o principal meio em que as ditas propagandas subversivas poderiam ser disseminadas, especialmente na década de 1970 como advento da televisão no Brasil e o aumento significativo de venda de aparelhos no país (HAMBURGER, 2005). Por isso, tanto os programas de TV, quanto de rádio, assim como as publicações de revistas e jornais foram os primeiros e principais alvos da censura política e moral por parte da ditadura. Contudo, no início dos anos 1960 não havia um instrumento legal e específico para regularizar as atividades censórias. Somente com o Decreto-Lei nº 1.077 em 1970 se formalizou a censura de publicações contrárias à moral e aos bons costumes, baseada nas leis de segurança nacional.

O primeiro órgão de atividade censória legal foi o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), criado em 1945 e atrelado ao Departamento Federal de Diversões Públicas (DFDP), inaugurado em 1944 ainda sob o governo de Getúlio Vargas. No SCDP trabalhavam funcionários públicos concursados para o cargo de técnico de censura, subjugados ao DFDP. O SCDP foi a estrutura organizativa apropriada pelos militares para consolidar a censura em termos práticos, centralizado na capital federal a partir de 1969, passou então a atuar em todo o território nacional. Foi modernizada pela ditadura para tornar sua ação mais eficiente e atuante, de acordo com a demanda de uma indústria cultural que passou a produzir para um público em escala mundial. De acordo com o Decreto que deu origem ao SCDP, competia a ele censurar previamente e autorizar:

I - as projeções cinematográficas; II - as representações de peças teatrais; III - as representações de variedade de qualquer espécie; IV - as execuções de pantomimas e bailados; V - as execuções de peças declamatórias; VI - as execuções de discos cantados e falados, em qualquer casa de diversão pública, ou em local frequentado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento; VII - as exposições de espécimes teratológicos; VIII - as apresentações de prêmios, grupos, cordões, ranchos, etc. e estandartes carnavalescos; XIX - as propagandas e anúncios de qualquer natureza quando feitos em carros alegóricos ou de feição carnavalesca, ou, ainda, quando realizados por propagandistas em trajes característicos ou fora do comum; X - a publicação de anúncios na imprensa ou em programas e a exibição de cartazes e fotografias, quando se referirem tais anúncios, cartazes e fotografias aos assuntos consignados nos números anteriores deste artigo; XI - as peças teatrais, novelas e congêneres emitidas por meio de rádio; XII - as exposições de televisão<sup>63</sup>. (Art. 4o do Decreto nº 20.493, 1946)

O Serviço de Censura de Diversões Públicas ficava responsável por censurar os espetáculos públicos como: teatro, música, casas de espetáculo. Assim como a programação do cinema, do rádio e a partir dos anos 1950 da TV.

Já a censura à imprensa ficou a cargo, de forma mais sistemática, do ex-ministro da justiça Alfredo Buzaid. Dessa forma, a imprensa teve uma pressão censória também de cunho político, mas sobretudo moral. Assim, a partir do Decreto-lei n. 1.077 de 1970 foi institucionalizado a censura prévia de periódicos e livros que abordassem questões consideradas ofensivas à moral e aos bons costumes.

A censura se configurou como um dos instrumentos políticos mais eficazes do projeto repressivo adotado pelos militares a partir de 1968, pois interferiam diretamente nas atividades culturais do país, como os espetáculos artísticos e as publicações da imprensa. A ação censória destinada especificamente para estes setores veio da crença dos militares em que eram os meios preferenciais de organização estratégica da fragilização do governo por seus opositores, assim como, pela infiltração comunista.

Se por um lado a censura de diversões públicas era antiga e praticada pelo SCDP, por outro a censura à imprensa foi feita de maneira acobertada, sem regulamentação por órgão específico durante os 21 anos de ditadura. No entanto, o caráter velado e pouco regulamentado desta forma de censura não significou desorganização ou inconstância em sua prática. Estudos recentes como os de Carlos Fico (2004), Marcos Napolitano (2014) e Douglas Marcelino (2006), que tratam sobre a censura baseados em documentos sigilosos da ditadura, evidenciam que as atividades

ensórias eram regulamentadas e sistematizadas pelos militares responsáveis. Esses estudos desmistificam a imagem construída anteriormente de que a ação do censor ocorria de acordo com o seu humor, ou seja, que podia variar de acordo com sua vontade, as vezes motivadas por interesses pessoais ou não, caracterizando, portanto, certa leviandade sobre a prática censória.

Outro exemplo de censura e que é caro para esta dissertação foi a praticada na televisão. A censura prévia foi a mais executada neste veículo de comunicação que era visto pelos militares como grande arma de propaganda tanto da ditadura quanto dos grupos “subversivos” caso não fossem devidamente fiscalizados. A censura prévia na televisão podia acarretar grandes prejuízos econômicos, maiores que nos veículos impresso, pois o valor de investimento para as produções era maior e a suspensão de algum programa incidiria na perda de todo aquele investimento. Nem a Rede Globo, que se beneficiou financeiramente da ditadura, conseguiu superar a censura prévia de sua programação. Um dos principais exemplos foi o programa TV Mulher, cuja preocupação da censura era com as análises sobre sexualidade feita por Martha Suplicy, sendo consideradas permissivas e contra os valores do regime (FICO, 2003).

É necessário esclarecer que a ação censória em prol da moral e dos bons costumes, assim como toda ação repressora da ditadura, não se tratou apenas de opor um estado de fato ao de direito ou de sobrepor a lei pela força, mas de manipular órgãos públicos como o legislativo e o administrativo de acordo com os interesses políticos do regime, legitimando, assim, as medidas repressoras para a população brasileira, que via nas instituições a garantia dos seus direitos como cidadãos. Não é difícil entender o posicionamento conservador de grande parte da população brasileira que apoiou as medidas da ditadura quando viam estas aprovadas pelo senado federal ou pelo congresso. A importância destas instituições políticas deve ser considerada, uma vez que foram criadas para assegurar o direito político dos cidadãos brasileiros e não para tira-los. Dessa forma, quando a censura agia tanto na área das diversões públicas, mas especialmente na imprensa, onde as notícias políticas deviam passar pelo crivo dos militares, a informação que chegava a população era um discurso de normalidade. Portanto, se por um lado houve a construção de um medo em comum por parte dos militares que seria o comunismo que vinha para destruir os valores da família

tradicional brasileira, por outro, veio a manipulação das instituições públicas para atuarem a favor da ditadura e garantir a aparência de normalidade política.

No bojo dessa construção de ideias a população brasileira foi convocada a se comportar como “legítimos cidadãos”, em defesa dos princípios morais que caracterizavam essa identidade, segundo a ditadura. O chamado *consentimento ativo* garantiu a colaboração por parte dos brasileiros com a repressão, quando reivindicavam por censura à moral e aos bons costumes (FICO, 2002). No texto que formula o conceito de moral e bons costumes, Buzaid adverte que os temas relacionados ao sexo deveriam permanecer exclusivamente na intimidade e por isso não deviam ser publicizados na rádio ou televisão pois seriam uma “publicidade escandalosa” que possibilitaria “insuflar a ideia de uma liberdade” que para ele estava relacionado a uma “campanha insidiosa” (BUZAID, 1970, p. 42).

O posicionamento conservador de parte da população brasileira veio de um pânico em torno da mudança de costumes que acontecia no mundo todo a partir da década de 1960 e que foi exacerbado pela ditadura como o trecho a seguir retrata:

Mães preocupavam-se com seus filhos expostos a revistas pornográficas nas bancas de jornais, famílias se indignavam com as telenovelas com cenas eróticas invadindo seus lares, religiosos se revoltavam com setores cada vez mais amplos da juventude buscando prazer fácil e fugaz nas tentações mundanas. Mães, famílias, religiosos e outros cidadãos não agiam, necessariamente, por repulsa à ameaça comunista, mas antes por um sentimento quase atávico de autoproteção dos papéis sociais e dos valores tradicionais que cultivavam diante de mudanças culturais que estavam no horizonte. (QUINALHA, 2017, p. 44)

A ditadura estimulou o comportamento censor na população que fez com que parte dela se identificasse com o padrão normativo propagado pela ditadura. A disciplina dos corpos e das mentes, que veio de uma tradição opressora como a sociedade brasileira, haja vista a nossa história, é um dos resultados de maior sucesso do sistema de exploração político e econômico que vivemos. Através da força, o sistema garantiu o silenciamento dos oprimidos de maneira tão violenta que hoje quase não existe memória sobre sua condição de explorado. Chega ao ponto desta parcela da população não questionar ou não saber a razão de seguir certos padrões morais e repressivos na sociedade, quando na verdade estes só legitimam os hábitos e o poder de uma elite.

Portanto, o poder da manipulação da verdade, feito pelos militares, foi fundamental para a legitimidade do discurso da moral e dos bons costumes durante a ditadura militar. Enquanto a população não sabia exatamente o que estava escrito na constituição, juristas conservadores apoiaram o discurso da ditadura, usando de dialetos jurídicos afim de trazer o caráter legal das novas medidas que vinham sendo tomadas. Um dos principais exemplos é o livro escrito por Alfredo Buzaid que escreveu argumentações suficientemente convincentes para àqueles que não haviam desenvolvido a habilidade crítica da interpretação de texto, e assim, foram convencidos das considerações sobre à defesa da moral e dos bons costumes.

É importante destacar que a revolução sexual, que interferia diretamente sobre a vida das mulheres, foi fundamental para legitimar o endurecimento da repressão política e da censura aos meios de comunicação durante a década de 70.

Aprofundando esse ponto é possível compreendermos a chave da questão sobre a reafirmação do conservadorismo da sociedade brasileira onde o medo da independência feminina justificou a repressão sobre seus direitos. Se a revolução sexual possibilitou certa libertação sexual para as mulheres, que poderiam passar a utilizar a pílula anticoncepcional para evitar a gravidez e assim desfrutar de uma vida sexual desvinculada da questão reprodutiva, ao mesmo tempo desencadeou a reação conservadora de parte da sociedade que acreditava que tal desassociação era uma afronta as funções sociais e morais da mulher para com a sociedade.

A manutenção de uma ordem vigente - e aqui falamos de um sistema capitalista que no Brasil dos anos 70 era representada por uma ditadura militar - foi garantida, sobretudo, através da força. Durante a mudança proporcionada pela revolução dos costumes, os direitos reprodutivos foram os mais questionados por ordens religiosas e por entidades governamentais. O discurso da moral social, associada a questões religiosas foi uma das ferramentas principais para tentar derrubar a legitimidade do direito das mulheres sobre seus corpos e no Brasil, essa lógica é consolidada através da repressão promovida pela ditadura. Assim, reafirmavam padrões normativos próprios a serem seguidos especialmente por mulheres, para garantir a estabilidade de uma ordem social brasileira. No entanto, os benefícios desse tipo de ordem social, permaneceria apenas para aqueles que já desfrutavam dela e não perderiam assim, tal privilégio. Por isso, a garantia de poder, e isso quer dizer o direito sobre as decisões reprodutivas das

mulheres, era e é questão de disputa política que não cabia a esfera privada, como os temas referentes as mulheres eram comumente tratados, mas a esfera pública.

Dessa forma, o direito da mulher administrar sua vida reprodutiva, evitando a gravidez ao usar a pílula, não era interessante para aqueles que dependiam diretamente desta função reprodutiva para se manterem no poder, ou seja, o capitalismo que se transverte em vários sistemas políticos no mundo e na ditadura civil militar no Brasil deste momento.

## **2. O FEMINISMO EM *MALU*: O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Neste capítulo trataremos da formação e consolidação do movimento feminista no Brasil entre as décadas de 1970-80 e sua relação com a produção e exibição do seriado *Malu Mulher*. Dessa forma, apresentaremos as principais correntes feministas no Brasil e suas consequências para a política voltada para as mulheres; distinguiremos os tipos de feminismos existentes no país entre as duas décadas citadas e explicaremos os motivos que levaram o enaltecimento de apenas uma das correntes do movimento por parte do seriado analisado.

O capítulo também apresentará como a pauta feminista sobre a violência doméstica contra a mulher foi abordada no episódio “Em legítima defesa da honra e outras loucuras”, veiculado em 22 de setembro de 1980, que traz em seu título uma referência a tese jurídica utilizada até os anos 80 para defender os crimes passionais cometidos por homens contra suas companheiras.

Para aprofundar esta análise utilizamos reportagens do Jornal do Brasil que noticiou durante todo o ano de 80 as consequências do julgamento do caso Doca Street, assassino da socialite Ângela Diniz. Embora o crime tenha ocorrido em Búzios, no Rio de Janeiro, chocou a sociedade brasileira à época e colaborou para o aumento na divulgação da pauta feminista sobre a violência doméstica.

### **2.1. O movimento Feminista no Brasil: formação e mudanças**

A defesa do caráter político da opressão vivenciada cotidianamente pelas mulheres passou a ser levantada pelos movimentos feministas europeus no final da década de 1960, alcançando o Brasil em meados da década de 1970. A noção de que “o pessoal é político” partia do princípio de que os problemas experienciados pelas mulheres no ambiente privado teriam raízes no social e, portanto, precisavam ser discutidos de forma coletiva. Essa perspectiva se opunha a corrente marxista-leninista que entendia que as questões referentes a mulher/gênero diziam respeito ao ambiente

privado, familiar, ou seja, não eram, assim, questões importantes que interferiam na esfera política e coletiva (VARIKAS, 1996).

Varikas (1996) nos apresenta como a institucionalização da família foi um dos paradigmas para o aprisionamento da mulher fora da vida pública. Ao ser gestora do lar, garantindo o bem-estar de todos que ali conviviam, a mulher também não expunha as angústias e dificuldades que envolvia este trabalho doméstico. A hierarquia dentro da família proporcionava silenciamentos para mulheres da elite e da esquerda, cujo papel de força e igualdade pregado pelas correntes marxistas não alcançavam o espaço privado. Ao declarar “o pessoal é político” as feministas chamam a atenção para a hipocrisia que cercavam as diretrizes da esquerda quanto a condição da mulher na sociedade. Em suas palavras:

Esta afirmação insistia, ao contrário, sobre o caráter estrutural da dominação expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático tinha sido precisamente obscurecido, como se fosse o produto de situações pessoais. Não se tratava de escolher entre mudar as “mentalidades” e mudar as “instituições”, pois esta “escolha” implica numa concepção do privado e do público que as feministas denunciavam precisamente como uma mistificação. Tratava-se sobretudo de mostrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e assegurada através de poderosas instituições como a família, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuada do trabalho e do emprego. (VARIKAS, 1996, p.8)

No Brasil, a criação, em 1975, do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas se tornou um marco para a expansão do movimento feminista, que já vinha se mobilizando de forma mais organizada desde a década de 1960. É importante ressaltar que o Ano Internacional da Mulher é um recorte temporal aqui utilizado para ilustrar as reivindicações feministas que haviam ganhado projeção global. O que não quer dizer que anteriormente não houvessem grupos de mulheres no Brasil se organizando e discutindo as pautas do movimento feminista.

Por conta do clima de medo e repressão causado pela ditadura civil militar no Brasil, o crescimento do feminismo se dava sobretudo através dos grupos de mulheres oriundas das duas maiores cidades da região sudeste do país, cujos encontros tinham caráter privado e as participantes eram, em geral, mulheres da elite e classe média. Um dos primeiros grupos de mulheres que se tem notícia foi criado em São Paulo, em 1972, por duas mulheres que haviam morado nos Estados Unidos e na Europa e que, sem



formalização de organização interna e sem pautas pré-determinadas, buscaram discutir desde Virginia Woolf à Anis Nin, dentre outras intelectuais feministas. Um segundo grupo de destaque surgiu no Rio de Janeiro, também em 1972, fundado por Branca Moreira Alves que também tinha retornado dos Estados Unidos. Era um grupo informal, composto inicialmente por amigas e mulheres de grupos católicos, mas que a partir de 1973 passou a ser constituído apenas por mulheres jovens e suas discussões envolviam temas como a sexualidade e a contracepção (MANINI, 1996).

Segundo Pinto (2003) estes não eram os únicos grupos de mulheres no país naquele momento, mas tais exemplos mostram o pioneirismo de mulheres que estavam associadas politicamente e que permaneceram resistindo e tentando contribuir para o debate em tempos de repressão no país.

O evento mundial, criado pela ONU, influenciou a criação, em 1975, do Seminário “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” promovido por grupos de mulheres de São Paulo e Rio de Janeiro que, diante da sensação de vazio político proporcionado pelo governo Médici e da desarticulação dos movimentos de esquerda, buscaram se reunir para desenvolver reflexões coletivas. A partir do Seminário outras iniciativas foram tomadas como a criação, também em 1975, do “Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileiras” na cidade do Rio de Janeiro. Seu objetivo principal era a criação de um jornal que abordasse os problemas vividos pelas mulheres cotidianamente, promovendo, dessa forma, uma consciência entre as mulheres de sua condição social de opressão em todas as camadas sociais. Destaca-se também a criação do “Movimento Feminino Pela Anistia” liderado por Terezinha Zerbini em 1975, e a publicação dos principais periódicos que divulgavam ideias feministas como o *Brasil Mulher*, a partir de 1975 e o *Nós Mulheres* a partir de 1976.

O panorama histórico brasileiro à época não era favorável para divulgação de ideias consideradas transgressoras, por isso o feminismo brasileiro foi construído num primeiro momento por influência de movimentos estrangeiros e por grupos de mulheres brasileiras exiladas. Alguns exemplos destes grupos são: o *Grupo Latino-americano de Mulheres*, liderado por Danda Prado entre 1972 e 1976; o *Comitê da Mulher Brasileira*, comandado por Zuleika D’Alambert, em 1972; e o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, em 1975 (SOIHET, 2006). As principais ideias desenvolvidas por estes grupos e outros espalhados dentre Estados Unidos e Europa chegaram ao Brasil a partir de trocas

de correspondências e publicações dos jornais publicados no exterior com pautas feministas. As brasileiras que estavam no exterior se deparavam com um movimento feminista forte e influente, bem como com uma imprensa feminista atuante. Certamente as democracias vividas por tais países possibilitavam o crescimento e a expressão da luta pelos direitos das mulheres, enquanto no Brasil, vivia-se os piores anos do regime de exceção, o que dificultava a abrangência do movimento, a começar pela proibição de reuniões de grupos, considerados conspiradores.

Nos anos seguintes aos de 1970, o movimento social de resistência à ditadura militar seguiu ampliando-se. Novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, como por exemplo, os dos negros e homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores e aos clubes de mães começaram a focar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches e trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou em todas as grandes cidades brasileiras e assumiu novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade.

Podemos caracterizar o movimento feminista brasileiro da década de 1970 como parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade e com as lutas pelo fim da ditadura civil militar. Assim, o Estado militarizado passava a ser o problema central que devia ser combatido pelas lideranças de esquerda e os discursos estratégicos, como os das pautas feministas, eram arquivados. Algumas reivindicações centrais deste momento para o movimento eram:

ter uma política centrada em um conjunto de assuntos de interesse específico das mulheres, aderir a determinadas normas de organização (como por exemplo, participação direta, informalidade nos procedimentos, ou ausência de funções especializadas) e atuar nos espaços públicos específicos como as organizações feministas autônomas ou do movimento de mulheres mais amplo. (ÁLVAREZ, 2001, p. 25)

Esta questão da autonomia das discussões da agenda feminista foi um eixo problemático e definidor para a mudança do que era o movimento até o final da década de 1970. Reclamavam uma autonomia em termos organizativos e ideológicos frente aos partidos políticos e outras organizações que insistiam em preterir suas demandas em

prol do lema da redemocratização. A defesa da autonomia como um princípio organizativo do feminismo não implicava uma prática que impedisse a articulação e o diálogo com outros movimentos sociais. As lideranças feministas acreditavam na importância de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias que só seria frutífero quando respeitado esse ambiente composto por mulheres. No trecho à seguir do Movimento de Mulheres no Brasil, publicado pela Associação de Mulheres, em 1979, podemos compreender melhor esse conceito da autonomia reivindicada por elas.

[...] acreditamos que esse movimento deve ser autônomo porque temos a certeza de que nenhuma forma de opressão poderá ser superada até que aqueles diretamente interessados em a superar assumam essa luta". (COSTA, 1981, p.102)

É importante frisar que mesmo com a repressão da ditadura civil militar, as resistências permaneceram na luta pela redemocratização. Alguns momentos foram importantes para o avanço destas resistências como a crise econômica do final dos anos 1970, que fragilizou algumas alianças políticas entre os militares e a parcela da sociedade civil ainda aliada ao regime, dando força para o partido MDB sair vitorioso nas eleições internas e a vitória da oposição nas eleições parlamentares de 1974. Somado a estes episódios a aprovação da Lei de Anistia em 1979, trouxe ao Brasil os exilados políticos, em especial para este trabalho, as exiladas feministas.

Em março de 1979 foi organizado o Encontro Nacional de Mulheres no Rio de Janeiro com a presença de 400 mulheres de 8 estados diferentes, promovido pelo Centro da Mulher Brasileira (CMB). Em São Paulo no mesmo ano aconteceu o II Congresso da Mulher Paulista com a participação de mulheres ativistas do MR-8. O III Congresso da Mulher Paulista, ocorrido em Março de 1981, foi um dos eventos principais desse novo ciclo de debate proposto pelas feministas retornadas do exílio afim de consolidar um movimento feminista brasileiro focado nas pautas pertinentes de suas demandas enquanto mulheres e ativistas, desprendendo-se do caráter partidário que o movimento havia se tornado até aquele momento. Outro fator que colaborou para consolidação de novas ideias foram os surgimentos de grupos feministas temáticos, como os acadêmicos, principalmente os ligados a *Fundação Carlos Chagas - FCC* em São Paulo, assim como o Núcleo de Pesquisa em Estudos da Mulher, que reunia pesquisadoras da área das ciências humanas e da educação.

A relação do movimento feminista com os partidos políticos de esquerda brasileiro foi fundamental para a nova diretriz que o movimento seguirá nos anos de 1980. Muitas integrantes do movimento possuíam um histórico de vidas parecidos, ou seja, experiência na militância, na luta armada, nas prisões e torturas, suas críticas uniam-nas pelo ideal contra à ditadura civil militar e ao regime capitalista, na tentativa de colaborar por um país melhor. Por outro lado, mesmo com estas ideias as feministas não tiveram aliados diretos dos partidos de esquerda, uma vez que estes argumentavam que as propostas feministas eram de menor importância para aquele momento histórico, questões “pequeno-burguesas” que não atenderiam aos interesses das mulheres trabalhadoras e, portanto, desnecessárias para a conjuntura social e política que o Brasil vivia. Dessa forma, podemos entender a afirmação de Melo (1993) de que as feministas brasileiras deste período se organizaram à margem da esquerda.

Mesmo reivindicando novas pautas a partir da década de 1980, as feministas fizeram pressão junto ao governo para que suas necessidades básicas como trabalhadoras fossem atendidas. As reivindicações para construção de creches nas fábricas e indústria que tinham mão-de-obra feminina passou a vigorar, além da construção de creches públicas em vários locais do país. Um exemplo dessa medida foi no município de São Paulo que se comprometeu em 1979 a construir 830 creches sendo construídas 141 até 1982, mostrando que para além de políticas assistencialistas, as questões de gênero estavam tendo expressão na arena política. Outra conquista deste momento foi em relação a questão salarial, uma vez que em alguns setores produtivos os salários passaram a ser equivalente para homens e mulheres que faziam a mesma atividade, além da permissão do trabalho noturno para as mulheres com acréscimo no pagamento por trabalharem neste horário.

O movimento feminista também se organizava para lançar críticas contundente à ditadura civil militar. Receberam a adesão do Movimento Feminino Pela Anistia, passando a exigir a liberdade de presos políticos e o retorno de exilados. A imprensa feminista daquele momento publicava depoimentos de mulheres que tinham sido presas ou exiladas e que pediam o retorno de pessoas que ainda passavam pela mesma circunstância.

A Igreja Católica também foi um forte aliado para a consolidação de alguns grupos de mulheres que não podiam se encontrar em qualquer lugar e recebiam o

acolhimento de alguns párocos para poderem discutir as questões pertinentes ao seu bairro ou a condição da mulher. Este é o caso do Clube de Mães que lutava por melhores condições de vida, reivindicando melhores transportes públicos, habitação, moradia, atendimento à saúde e educação.

Apesar do movimento centrar na condição das mulheres trabalhadoras e principalmente nas questões políticas do Brasil que vivia uma ditadura civil militar, estas pautas foram se enfraquecendo por não atender mais aos interesses da maioria das suas integrantes. Uma vez que muitas das reivindicações estavam sendo atendidas por órgãos superiores do governo, as feministas começaram a se interessar em debater assuntos específicos sobre a condição da mulher, por exemplo a questão da sexualidade, do prazer, da maternidade, direito ao corpo, violência contra a mulher, interrupção voluntária da gravidez e etc., desligando-se de um discurso classista, produzido na maioria por intelectuais.

Os rachas dentro da própria consolidação do movimento existiam desde suas primeiras reuniões. Feministas radicais discordavam das pautas das feministas liberais, em especial pelas demandas por maior assistência governamental para a construção de mais creches e maior inserção no mercado de trabalho. Tais pautas não resolviam a supremacia do patriarcado, ponto nevrálgico para as radicais. A associação do movimento com os partidos políticos de esquerda cada vez mais limitava a explanação de suas ideias, uma vez, que o foco principal da esquerda naquele momento era lutar pelo fim da ditadura. Estas divergências internas ao movimento e diretamente com a esquerda partidária levam o novo grupo de ativistas a reivindicar a autonomia do movimento.

As feministas que chegavam do exílio traziam novas questões importantes à causa que não diziam respeito apenas a redemocratização da nação como meio para alcançarem seus objetivos. As novas pautas reivindicavam o direito reprodutivos, a sexualidade da mulher e ao combate à violência doméstica contra a mulher. Neste momento, a luta a favor do direito de escolha e autonomia sobre o próprio corpo tornam-se as grandes bandeiras do feminismo brasileiro.

A grande diferença do feminismo na década de 1980 é a valorização da diferença entre homens e mulheres, deixando de lutar pela igualdade de direitos em

relação ao sujeito masculino. Parte-se para uma valorização de uma cultura feminina afim de afirmá-la dentro do universo patriarcal. Dessa forma, lutar pela igualdade de direitos a partir de uma perspectiva classista não seduzia mais as feministas que vivenciaram a experiência da luta dentro da ideologia marxista dita revolucionária, mas que secundarizava suas demandas (COSTA, 2005).

Algumas mídias são interessantes para ilustrar a mudança de mentalidade das gerações feministas no Brasil, como por exemplo a diferença dos discursos dos periódicos *Brasil Mulher*, de 1975, e o *Mulherio*, de 1981. Enquanto no primeiro identificamos a defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, o segundo apresentou as novas ideias feministas buscando valorizar as atitudes e capacidades femininas deslocadas dos estereótipos relacionados ao gênero. Na Televisão brasileira também podemos perceber reflexos desse processo de transformação no próprio seriado *Malu Mulher*, cuja segunda temporada traz temas caros a essa nova leva feminista. Também se destaca a criação do programa TV Mulher, no ano de 1980, que explorava temáticas feministas e questões referentes ao universo feminino através de entrevistas com personalidades famosas ou importantes para o movimento.

Para esse grupo feminista que está reformulando suas reivindicações, o importante para a mulher era a valorização de suas capacidades, assim como a atenção para as questões afetivas, se sentirem amadas e felizes. Por isso a exibição de novos programas, publicações de jornais e revistas voltadas para essa “nova mulher” brasileira ganham espaço na mídia nacional.

Algumas conquistas deste momento são importantes de serem elucidadas, como a ampliação de direitos e garantias práticas referentes à saúde da mulher. A partir da mudança de perspectiva do movimento a atenção volta-se para a sexualidade e saúde da mulher, em especial para mulheres que necessitam de atendimento e instrução. Assim desenvolvem projetos de prestação de serviços através da profissionalização de suas integrantes ou pela contratação de mão-de-obra especializada na área. Estas ideias passam a ser concretizada graças ao apoio financeiro de instituições governamentais.

Determinadas questões importantes em relação a maternidade são requeridas pelo movimento para o apoio estatal em oferecer assistência pré-natal às mulheres de

baixa renda, assim como a exigência do cumprimento da lei de licença-maternidade, possibilitando levantar a bandeira de uma maternidade livre e consciente.

Os temas referentes ao planejamento familiar são problemáticos no Brasil que passava por um período de ampla divulgação do uso de anticoncepcionais, assim como a garantia dos mesmos gratuitamente para mulheres de baixa renda, porém, não desenvolvia um acompanhamento ginecológico, causando muitas vezes esterilidade ou gravidez indesejada. Este ponto se relaciona com outra pauta do movimento muito importante para a época e até hoje em debate no Brasil que é a questão da interrupção voluntária da gravidez. A proposta de uma maternidade consciente e livre que as feministas queriam divulgar também incluía a problematização do aborto. Sua ilegalidade era debatida pelas ativistas que relatavam as condições precárias que muitas mulheres se submetiam para fazer o procedimento. O movimento pedia a legalização, o que não foi obtido, porém alguns projetos de lei ampliaram as possibilidades de sua prática.

Outra conquista deste momento foi a criação do S.O.S MULHER, em 1981 para dar assistência jurídica às mulheres vítimas de violência. Muitas destas conquistas foram possíveis em virtude do reconhecimento, por parte dos partidos políticos, da abrangência alcançada pelo movimento feminista naquele contexto de redemocratização, o que os levou a lançar propostas feministas como plano de ação para suas campanhas eleitorais, aproximando-as da esfera política e candidatando-se a cargos políticos para garantir a efetivação de tais propostas. Assim, a institucionalização das propostas feministas acontece por meio dos Conselhos que eram órgãos financiados pelo Estado e dirigido por mulheres para colocar em prática tais objetivos. Uma questão problemática se instaura neste momento pois os Conselhos eram submetidos ao Estado que estrategicamente cede esse espaço de liderança para as mulheres, mas impede o avanço e crescimento de suas propostas por questões referentes a institucionalização dessas demandas. Os movimentos sociais lutam pela melhoria da condição de vida dos grupos chamados de minoria e não para institucionalizar-se dentro do sistema. Esse efeito de incorporação do feminismo pelas instituições gerou mais rachas dentro do movimento e pouca efetivação das pautas por via de política pública (PINTO, 2003).

No entanto, a partir destes Conselhos foram criados em 1983, por exemplo, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), voltado para o

tratamento da saúde feminina e os Conselhos Municipais e Estaduais da Condição da Mulher, para discutir as propostas feministas por setores políticos locais. Já em 1985 cria-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) para a discussão das questões feministas pelos órgãos Executivo, Legislativo e Judiciário e no mesmo ano as Delegacias de Atendimento às Mulheres que abordavam as questões das mulheres vítimas de violência doméstica praticada por seus companheiros.

Por isso para legitimar o movimento feminista como prática política de defesa da cidadania, as feministas da ala legalista, ou centro esquerda, dos anos 1980 se aproximam do Estado, expondo as situações de um grupo social que demandava e reivindicava melhorias sociais. A redemocratização foi o pano de fundo para esta aproximação, contribuindo para a problematização das questões de gênero no país.

Faz-se necessário atentar também para as múltiplas faces do feminismo no Brasil, como o feminismo “bem-comportado” e o “malcomportado” (PINTO, 2003, p.119). O primeiro refere-se ao movimento sufragista que ganhou destaque entre o final do século XIX e a década de 1930; enquanto o segundo, já com o caráter questionador, apresentava como objetivo principal a problematização e a luta pela transformação da condição de opressão à qual as mulheres estavam submetidas. Assim, conforme Pinto (2003), o novo feminismo no Brasil se consolidou nos anos 1970, dentro e fora do país, exatamente pelo papel desempenhado na luta contra o regime político vigente associado as outras formas de opressão das mulheres.

Para Goldberg (1987), militante e ativista contemporânea dos anos 1970, a situação política e econômica do país ao longo da década de 1970, interferiu de forma incisiva na expansão do projeto feminista no Brasil, criando condições de consolidação de determinadas tendências feministas e enfraquecendo outras. É importante reafirmar a posição política deste trabalho quanto a articulação do movimento feminista e a ditadura civil militar no Brasil, uma vez que o feminismo existia independente da ditadura. A condição ditatorial contribuiu para que o feminismo ampliasse suas pautas abarcando o espectro político nacional, e não só questões relacionadas as demandas das mulheres. Isso é importante porque pode-se dar a entender que o feminismo só se desenvolveu por causa da ditadura. E não foi o caso. A ditadura faz parte de um contexto histórico que retardou em aspectos políticos e sociais as vitórias dos feminismos no país ao longo de décadas.



Na perspectiva dessa autora o movimento feminista é liberalizante e gerado num contexto peculiar de modernização da sociedade brasileira e consolidação do regime autoritário. A autora distingue o movimento feminista do movimento de libertação da mulher, ponto chave para a compreensão da corrente feminista escolhida para liderar o movimento no Brasil. O primeiro defendia o fim do patriarcado e do modelo masculino de exercício de poder e era subdividido em duas correntes: o feminismo radical e o feminismo socialista; O movimento de libertação da mulher argumentava pela igualdade entre homens e mulheres através de reformas sociais na educação, no trabalho, na legislação e outros fóruns.

Outros feminismos são importantes no processo de consolidação do projeto feminista brasileiro como o radical que enfatizava a centralidade da questão da mulher nos anos 70, em detrimento de outras questões consideradas burguesas ou moralmente inadequada, como a sexualidade, o aborto e a contracepção. O feminismo radical era divulgado por mulheres que colocavam sua própria condição de mulher no centro da discussão, abordavam a opressão vivida pelas mulheres de forma aberta e não apresentavam uma plataforma coletiva para justificar sua própria militância. Já o feminismo marxista tinha natureza política voltada para a questões da esquerda e tendia a ver os problemas enfrentados pelas mulheres como questões coletivas, ou seja, com uma dimensão que extrapolava a luta específica da mulher, tendendo a reduzir a luta das mulheres à luta de classes. Quanto ao feminismo liberal era também de natureza política, porém com propensão a reduzir a luta das mulheres à luta por direitos individuais (GOLDBERG, 1987).

Mais um exemplo é o feminismo negro que propõe enfrentar o complexo entendimento das relações entre as classificações biológicas, a construção social de raça e gênero como categorias de análise, as condições materiais que acompanham as mudanças nas construções sociais, e a consciência das mulheres negras sobre estes temas. Assim, o pensamento feminista negro consiste no especializado conhecimento criado por mulheres negras que explica um ponto de vista de, e para mulheres negras, ou seja, que o feminismo negro oferece compreensões teóricas e políticas da realidade das mulheres negras por aquelas que vivem tal realidade.

A construção de um feminismo negro no Brasil advém de dois fatores principais, o primeiro a partir do silenciamento que as ativistas negras sofriam dentro do próprio

movimento feminista. Composto predominantemente de mulheres brancas, a questão racial era invisibilizada e as especificidades e as múltiplas opressões a que as mulheres negras estavam submetidas eram desconsideradas. Nos escritos da ativista e filósofa Sueli Carneiro, tal perspectiva é elucidada quando questionava que mulher o feminismo tradicional brasileiro se referia e sobre os seus esquecimentos a respeito da força das mulheres negras. Propõe também pensar qual é a mulher que o feminismo representa quando o mesmo orienta que devemos combater o papel de rainha do lar, se a mulher negra continua longe dos estereótipos da mulher para casar, além da maioria não conseguir cuidar de sua casa e filhos porque, muitas vezes, está em trabalhos precarizados.

Frente a essas diferenças é que se fez necessário o surgimento de um feminismo negro, onde mulheres negras pudessem buscar uma militância que levasse em consideração suas experiências como mulher e como negra. Podemos dizer que o pensamento feminista negro é “um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu e da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras.” (BAIROS, 1995, p. 463).

Segundo a antropóloga e feminista Lélia Gonzalez as concepções do feminismo no Brasil sofriam duas dificuldades para as mulheres negras:

de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo. (GONZALEZ, apud, BAIROS, 2000, p. 57).

Lélia Gonzalez foi a primeira ativista a falar sobre a tripla condição de desigualdade da mulher negra brasileira, em que a questão racial, social e sexual fazia delas a classe mais oprimida na sociedade. Uma das grandes preocupações da antropóloga estava em frisar que os feminismos deveriam dar atenção às múltiplas

formas de opressão que recaem sobre as mulheres. Na década de 1970, Gonzalez indagava para as desvantagens e os privilégios quanto ao sexo, à raça e à classe social, além, é claro, de uma nova percepção do feminismo que transcendia o modelo branco e burguês. Propunha então um feminismo “afrolatinoamericano”, que buscava a aproximação de diversas contribuições culturais e políticas de mulheres de ascendência africana e indígena, nas práticas e no pensamento de matriz hegemônica do feminismo.

O segundo ponto surge pelo movimento negro que através do Movimento Negro Unificado (MNU), uma das principais organizações daquele período, não entendia que as bandeiras das mulheres deveriam ser defendidas pelo coletivo. Em função disto, as questões referentes à vida da mulher negra eram preteridas por questões gerais e, assim, suas pautas permaneciam invisibilizadas em nome de uma luta que via mulheres e homens negros de forma homogênea. Contudo, gradativamente, elas passaram a reivindicar que as suas demandas (combate à violência de gênero, exercício de direitos reprodutivos, construção de creches etc.), que não eram abordadas ou eram secundarizadas, fossem levadas para as instâncias de decisão.

Tais ações promoveram o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Este processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional; de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são estudados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial. Alguns exemplos das ações do feminismo negro podem ser visto na criação da Associação de Pesquisa de Estudos da Mulher (APEM), no Rio de Janeiro em 1980, assim como a aprovação das pautas das mulheres negras no Congresso da Mulher Fluminense também realizado em 1980, além da criação dos dois grupos feministas intitulados “Luiza Mahin” e “Aqualtime” que iniciaram seus encontros em 1980 e a produção de uma imprensa alternativa para mulheres negras através da criação do periódico “Nzinga” a partir de 1985. (GONZÁLES, 1982 p.100)

A célebre frase “Em nenhum lugar do mundo pode-se falar de feminismo no singular” de Heleieth Saffioti (2001), nos ajuda a reafirmar as diferentes tendências

ideológicas feministas existentes no Brasil ao longo dos anos 70, o que contribui para a formação de um movimento mais heterogêneo. Colabora também para investigar quais feminismos são presentes na construção da personagem principal do seriado *Malu Mulher*.

É paradoxal a formação do movimento feminista brasileiro, em especial ao tratarmos da sua consolidação na década de 1970, período mais crítico quanto as liberdades sociais. O Movimento de Libertação das Mulheres, ligado a corrente do feminismo liberal, foi estabelecido no Brasil pela eficiente utilização do discurso da “modernidade” trazido pela ditadura civil militar durante os anos 70. Muitas ativistas passaram a viver em um país com uma maior facilidade de acesso à tecnologia e que, por sua vez, era incorporada ao cotidiano de forma cada vez mais rápida, experienciando, dessa forma, certos benefícios do liberalismo ao longo dos anos 70. Por outro lado, o endurecimento da ditadura civil militar incentivou o alistamento de mulheres politizadas e simpatizantes das ideias do movimento feminista internacional contrários a ditadura militar e defensor da abertura política.

Assim, o projeto feminista brasileiro da primeira fase, ou seja, na década de 1970, surgiu da existência de alguns embriões do movimento já existentes no país e influenciado pelo período de endurecimento da ditadura civil militar no Brasil.

Para as feministas socialistas, mulheres deslocadas para a ala da esquerda do movimento, as pautas reivindicadas eram voltadas para a luta por uma sociedade melhor para todos, que só seria possível com o fim da ditadura civil militar e a implantação de uma sociedade socialista. Assim, conforme essa perspectiva, o feminismo “bom para o Brasil” seria aquele que as mulheres deixariam de lado suas pautas para se dedicar a oposição à ditadura.

Outras manifestações do feminismo era o liberal que ganhou força graças aos discursos de igualdade social e da sensação de confiança que o “milagre econômico” proporcionava à classe média brasileira, garantindo certo crescimento e espaço para as mulheres, como a ampliação das vagas na educação superior, assim como a circulação de revistas que falavam sobre temas referentes ao “privado”, a intimidade feminina. Neste contexto sócio político a televisão brasileira também exibia programas com temas

nunca explorados antes, como o nosso objeto de pesquisa, o seriado *Malu Mulher* e o programa *TV Mulher*.

Um dos principais objetivos das feministas liberais era assegurar a igualdade entre homens e mulheres na sociedade por meio de reformas políticas e legais. O feminismo liberal advogava a premissa que as mulheres podiam vencer a desigualdade das leis e dos costumes gradativamente, combatendo situações injustas pela via institucional e conquistando cada vez mais representatividade política e econômica por meio das ações individuais. Por isso, a ascensão de mulheres a posições em instituições como o congresso, os meios de comunicação e as lideranças de empresas são vitais para esta visão do feminismo.

O feminismo liberal tomou emprestados conceitos do liberalismo clássico, como “direitos naturais” e liberdade do indivíduo, estendendo-os às reivindicações das mulheres. Nessa concepção, se o Estado não promover a igualdade de oportunidades, equiparando direitos e condições aos homens, as mulheres continuarão como grupos oprimidos (SCHOLZ, 2010). Assim, levantaram bandeiras exigindo reformas derivadas do Estado, pois a estrutura estatal tem um peso significativo na vida das pessoas, no sentido de representar a legalidade dos direitos e poder efetiva-las. Por outro lado, estas feministas não criticaram a fundo as opressões sofridas e ao tomar um conceito de direitos no bojo dos valores democráticos liberais, essas feministas também adotaram um conceito particular de Estado. Para elas, o Estado é garantidor dos direitos e liberdades individuais e mediador dos conflitos de interesse. Se o Estado age de forma enviesada, favorecendo homens e prejudicando mulheres, é porque empiricamente age dessa forma.

Assim, é como se o Estado fosse um juiz subornado desde sua origem por um grupo particular de homens brancos e heterossexuais. Esses homens estariam super-representados na estrutura estatal, cabendo ao movimento feminista diluir suas influências. A questão de gênero, em torno das opressões às mulheres, estaria centrada ao preconceito, a intolerância e a discriminação proveniente dos homens. Em consequência, a resposta torna-se o combate ao sexismo, a promoção do orgulho da mulher e o discurso da igualdade.

Riscos maiores surgem na medida em que o pensamento liberal dá margem a um feminismo pequeno-burguês, no qual as mulheres lutam por uma ascensão social dentro de um sistema desigual e opressor como o capitalista. Quando, na verdade, há pouco de feminista em um movimento que simplesmente alavanque mulheres a posições de liderança em corporações, a cargos públicos em partidos conservadores ou que permita dedicação integral ao seu trabalho, enquanto uma outra mulher – geralmente de classe popular – faz o serviço doméstico para o qual a primeira não tem tempo.

Portanto, o feminismo liberal reivindica questões base para uma sociedade igualitária de direitos, mas não é sensível as subjetividades pertencentes as demais feministas, o que garante fissuras dentro do grupo, em especial no caso brasileiro entre liberais e radicais. A luta voltada para a legalidade das reivindicações através da institucionalização do movimento, não seria aceita pelas radicais que enxergavam o aparato estatal como máquina de repressão ao movimento e solidificação do patriarcado.

Os anos de 1980 trazem uma nova configuração para o feminismo brasileiro e as correntes que emergiram são decorrentes da virada política do país a partir das eleições de 1982. Com as campanhas eleitorais, determinadas alas dos partidos incorporam questões feministas e, posteriormente, algumas reivindicações protestadas pelas mulheres feministas passam a ser institucionalizadas pelo Estado. Nasce desta conjuntura os grupos feministas temáticos, voltados para a questão da saúde da mulher e da violência contra a mulher.

A geração dos anos 1980 já tinha conseguido mudar o alvo de suas lutas focando em pautas pertinentes diretamente à mulher como a sexualidade, a violência, o aborto e a contracepção. Faltava, por parte desta nova conjuntura política, a institucionalização dessas demandas. A institucionalização do movimento pelo Estado é algo problemático e divisor para o que vai seguir como movimento feminista. Serão criados Conselhos formados por mulheres feministas que trabalhavam nesses órgãos. O primeiro Conselho da Condição Feminina, foi criado pelo governo do Estado de São Paulo, logo após as eleições de 1982. A partir de então criou-se também delegacias especiais para mulheres, serviços de atendimento às vítimas de violência e programas de saúde das mulheres em diversas cidades do Brasil (MORAIS, 2012). A institucionalização de qualquer movimento social e suas pautas, a órgãos governamentais é paradoxal, uma vez que a luta do primeiro é completamente diferente da maneira de fazer política do segundo.

Assim o movimento passa a adotar medidas estatais para que a implantação das pautas fosse cumprida, e assim as rixas entre o Estado, como instituição legal, e o movimento só se acirraram.

Desse modo, em 1985 foi fundado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres com fim consultivo, posteriormente surge o chamado feminismo de prestação de serviços, que se desdobrará no que conhecemos atualmente como as Organização Não Governamentais (ONGs) que trabalhavam para melhorar a saúde da mulher e auxiliavam na política pública para o projeto de planejamento familiar.

Na década de 1980 as feministas foram fundamentais na luta pelas questões da saúde da mulher com a criação de grupos que buscavam formas alternativas de atendimento à mulher, como a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde em 1983. Também surge o “SOS Corpo Recife” e o “Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde” em São Paulo, que eram grupos voltados para a questão da violência contra a mulher e sua saúde. Tais grupos foram importantes para a consolidação estatal das demandas feministas pois eram grupos de discussão que elaboravam documentos e demandavam políticas públicas. Por outro lado, faziam uma espécie de assistência social qualificada para as mulheres de baixa renda.

Outra expressão importante do feminismo neste momento histórico é o acadêmico. Muitas mulheres, ainda nos anos 70, que discutiam o feminismo eram professora universitárias, mulheres intelectualizadas. Um conjunto de concurso para pesquisa sobre a mulher foi promovido pela *Fundação Carlos Chagas* e financiado pela Fundação Ford entre 1978 e 1998. Foram realizados 8 recursos que financiaram 170 projetos, cuja publicação veio em forma de coletânea. Foi também na FCC que, em 1981, surgiu o *Mulherio* financiado pela Fundação Ford, sendo uma das mais importantes publicações feministas na época. Outro espaço significativo de produção de conhecimento sobre a mulher foi a *Associação Nacional de Pesquisa em Educação - ANPOCS*, a *Associação Nacional de Pesquisa em Educação - ANPED* e *Associação de Pesquisa em Letras - ANPOL* (PINTO, 2003, p.85-87).

A partir de tal apresentação, podemos construir um perfil feminista da personagem Malu afim de apontar qual corrente ela apresenta maior afinidade.

Mesmo a personagem Malu não se assumindo claramente feminista ou contra a ditadura civil-militar, o seriado era repleto de diálogos afirmativos em prol dos direitos das mulheres e de uma democracia que garantisse por lei os direitos dos cidadãos. Em entrevistas posteriores, os autores da série assumiram que era um programa feminista, influenciado pelas lutas dos movimentos hippies e feministas ocorridos na França e Estados Unidos no final da década de 1960 (ALMEIDA, 2012).

A personagem é uma mulher de classe média, branca, escolarizada e dona de casa. Ao conciliar diversas atividades dentre a vida profissional e pessoal, Malu mostra sua visão de mundo através dos seus discursos e suas atitudes. O mundo que a cerca nos diz sobre sua criação familiar, rede de amigos e a relação afetiva com as pessoas em torno dela. Socióloga por formação, se sustenta pela pensão recebida do ex-marido e por alguns freelances que conseguia na área da sociologia. Sua posição política é demarcada por discursos a favor da democracia e da igualdade entre todos os brasileiros. Quando os temas referentes à mulher são explorados pelo seriado, Malu é questionadora e inconformada com as desigualdades sofridas pelas mulheres como, por exemplo, sua experiência muitas vezes frustrada no mercado de trabalho ou quando presencia violência doméstica sofrida por sua vizinha. De qualquer forma, todas as situações vivenciadas por Malu, ou por personagens que passam por sua vida, são apontadas com críticas, de maneira que o telespectador compreenda que aquela personagem é a favor dos direitos iguais entre homens e mulheres e da democracia.

Em alguns episódios, como “Ainda não é a hora”, em que a questão da interrupção voluntária da gravidez está sendo apresentada, Malu se indigna com a situação que as mulheres têm que se submeter para fazer um aborto e no fim de seu discurso ressalta que a sociedade deveria ser igual para todos, com direitos iguais para homens e mulheres. A personagem não se assume feminista em nenhum episódio do seriado, mas sua postura diante de diversas situações referentes a vida da mulher mostra sua empatia pela causa.

Além do seu discurso, o seu próprio estilo de vida demarca uma posição política crítica em relação a condição da mulher na sociedade brasileira. Ao se divorciar do marido e decidir viver com sua filha, nos mostra que era uma mulher esclarecida e que conhecia os direitos pertinentes as mulheres desquitadas, especialmente na questão financeira. Até a possibilidade de refletir sobre a separação e chegar as vias de fato,



representa uma mulher que para além da inteligência tinha uma rede de apoio familiar lhe amparando.

Malu era uma mulher culta, elegante e vaidosa. Sua caracterização mostra que uma mulher inteligente também podia ser bonita e ativa, ou seja, uma feminista não precisava ser o estereótipo de mulher descuidada. Assim, é possível identificar a personagem como uma representação de feminista liberal, uma vez que os discursos da mesma recaem sobre a questão da igualdade de direitos entre homens e mulheres, sem pontuar diretamente a luta das mulheres em uma sociedade desigual como a brasileira. O seu próprio estilo de vida a caracteriza como uma mulher consciente das desigualdades, mas perpetuando a opressão sobre mulheres economicamente mais pobres, como por exemplo, o fato de ter uma empregada doméstica.

Portanto, Malu era um exemplo do feminismo liberal que ganhava espaço cada vez maior no país e assim ocupava posição privilegiada na teledramaturgia também. Segundo Goldberg (1987), as mesmas mulheres que lutavam a esquerda do movimento, passaram a experimentar os benefícios de uma sociedade brasileira mais tecnológica, avançada, consumista e moderna. O discurso de um movimento feminista que atentava para causas particulares, mais individuais, chamava a atenção destas mulheres que pela primeira vez experimentavam os benefícios de uma sociedade mais liberal. A sedução capitalista chegava através da mídia, da publicização de cosméticos em revistas femininas e outros produtos produzidos especificamente para a mulher. Atrelado a isso, a complexidade entre as convicções políticas e a luta por ascensão no mercado de trabalho feminino passaram a ganhar espaço tornando o projeto de movimento feminista brasileiro mais heterogêneo.

Em paralelo a esta reflexão podemos pensar sobre o interesse da Rede Globo em produzir uma personagem feminista liberal e não de outra corrente do movimento como uma socialista ou radical. Em primeiro lugar devemos considerar que o projeto feminista em voga àquele momento era o liberal e que o veículo de comunicação de massa em que o seriado era exibido se aproximava de tais princípios. Em segundo, o ideal da empresa Globo não era socialista, então sua personagem irá divulgar, para além da corrente feminista cada vez mais crescente, àquela que lhe representa. Dessa forma, o seriado representa o feminismo mais publicizado no momento a partir de uma personagem mulher, interpretada por uma atriz conceituada da emissora e respeitada

pelo público, possibilitando a legitimação do discurso utilizado no seriado, assim como dos temas abordados.

Assim, podemos caracterizar a personagem Malu como uma feminista liberal, correspondendo ao crescimento desta corrente na sociedade brasileira. O regime de exceção brasileiro servia para unir mulheres na esquerda, como também para o desenvolvimento do feminismo liberal. Podemos reparar que o processo de modernização da liberdade sexual e da profissionalização das mulheres acontecem dentro de uma perspectiva individualista. Tais ideias são reforçadas por uma mudança de mentalidade decorrida do milagre econômico brasileiro, já citado neste texto, do estatuto jurídico da mulher casada e dos novos hábitos de comportamento social divulgados pela nova imprensa voltada para o público feminino.

## **2.2. Malu e os Feminismos Brasileiros: temáticas feministas da série**

As lutas referentes as pautas feministas podem ser percebidas ao longo do seriado, assim como os reflexos de uma sociedade vivida sob a ditadura civil militar. Não são poucos os episódios em que Malu comenta em tom irônico “Não vivemos em uma democracia? Não é isso que os jornais dizem? Então temos que cobrar” fazendo referência a ditadura civil militar que suprimia os direitos democráticos dos cidadãos, mas insistiam em divulgar e propagandear que o Brasil vivia um regime democrático de direito. A entonação proferida pela personagem referindo-se a falsa democracia que o país vivia reforça o tom crítico a ditadura

No contexto de luta pela democracia nacional Malu se aproxima do discurso das feministas da década de 1970 que aliam suas pautas primeiras em prol da igualdade entre homens e mulheres e ao combate o inimigo comum, no caso em questão a ditadura. Segundo essa teoria, somente com a democracia reestabelecida seria possível resolver as questões classistas de desigualdade. Por outro lado, muitos temas apresentados pelo seriado reivindicam questões específicas que viriam a ser consolidadas pelas feministas da década de 1980 como os direitos sobre o próprio corpo, liberdade sexual e direito ao aborto. É a partir destas pautas que se fará a análise dos capítulos, investigando juntamente a posição política e feminista da personagem.

Portanto para além do tom combativo em relação a situação política do Brasil naquele momento, o seriado explora assuntos fundamentais da agenda feminista da década de 1980. Neste trabalho selecionamos dois temas dos quais julgamos importantes sobre o debate à época, nos possibilitando investigar de que maneira *Malu Mulher* apresenta estas questões, contribuindo ou não com reverberação do feminismo.

A partir dos capítulos selecionados para análise é possível concluirmos que a representação feminista feita por *Malu Mulher* reivindicou pautas do movimento dos anos 1980. É importante ressaltar que o seriado foi criado no final da década de 70 e foi ao ar no início de 1979, portanto sua postura feminista ecoava vozes de uma geração que reivindicava pautas específicas sobre a condição de vida da mulher, mas não abandonou reclamações básicas ainda da geração anterior como a igualdade salarial e mais creches públicas para as mães trabalhadoras.

O discurso de Malu era repleto de críticas sociais, em especial à ditadura civil militar. Sua posição não era assumida feminista, talvez para contrabalançar com a questão da censura e com o próprio feminismo que ela reivindicava (ALMEIDA, 2012). Os discursos generalizantes como “não têm que ser questão de raça, nem feminista, mas de gente. Todos têm que ter direitos iguais” ou “não tem que ter distinção entre homem e mulher, tem que ter direitos iguais pra todo mundo, independente do sexo”, são presentes ao longo do seriado, inclusive nestes episódios selecionados, reafirmando um posicionamento político que silencia certas identidades.

Sobretudo, a presença de um discurso do apaziguamento político, é marcante em *Malu Mulher*, dado pelo momento histórico que o Brasil vivia. Segundo o historiador Daniel Arão Reis (2014), nos anos finais da ditadura civil militar, a ala conservadora da classe média passa a almejar o fim da repressão política. Atentando para as mulheres desse grupo conservador brasileiro, Cordeiro (2016) aponta o surgimento de discursos pró democracia, fortalecendo, assim, parte da luta das feministas de esquerda e chegando ao “momento do consenso político” (REIS, 2000). Ou seja, não era mais interessante a manutenção da ditadura para a direita e já não era há décadas para a esquerda, portanto o posicionamento político do seriado, através das falas da personagem, também representa esse momento de coesão política entre as duas correntes. As falas generalizantes de Malu podem ser interpretadas como a mediação

dessas mulheres de direita, que passam a se posicionar contra a tortura praticada ao longo da ditadura e apoiar o retorno a democracia.

Por outro lado, é preciso lembrarmos de forma crítica que as reivindicações das feministas dos anos 70, apesar de ouvidas e boa parte acatadas pela sociedade e por gestões governamentais, não foram plenamente solucionadas. Esta crítica foi feita ainda por feministas dos anos 80 que reconheciam falhas na conclusão daquela pauta, mas ainda assim, viam necessário mudar o foco do movimento para as questões referentes apenas a mulher, seu corpo e sua saúde, ao invés de permanecerem à margem da esquerda, lutando, por exemplo, por melhores oportunidades de trabalho (GOLDBERG, 1987).

Assim, *Malu Mulher* representa um feminismo liberal, que foi uma corrente do movimento mais popularizada, que norteou um padrão feminista no Brasil desde meados dos anos 1970 até se concretizar na década de 1980, e a série colaborou para popularizar suas ideias e não outras formas de feminismos, como o radical ou o socialista. O lema “o pessoal é político” se consolida no Brasil apenas nos anos 1980 em especial pela mudança de pauta das próprias feministas e pela mudança política do país que inicia a abertura da ditadura civil militar. No final dos anos 70, quando o Brasil já havia passado por uma certa prosperidade econômica, além do acesso aos ideais liberais por grande parte da sociedade, inclusive de grupos de mulheres e feministas, a corrente escolhida para prosperar os anseios do movimento serão os liberais.

Não seria inteligente da Rede Globo de Televisão exibir um programa de cunho feminista que não legitimasse a corrente do movimento que ela apoiava. Enquanto veículo de comunicação de massa, a emissora colaborou com a publicização do feminismo, mas antes ela determinou que ideologia feminista ela iria propagandear. Assim, ela também elegeu que tipo de mulheres feministas queriam para o Brasil, principalmente quando convocaram a atriz Regina Duarte para ser a protagonista. Era uma profissional respeitada pelo público da Rede Globo, famosa pelo título “queridinha do Brasil”, por coincidência, em sua vida particular passava por um divórcio, tema do primeiro capítulo do seriado, legitimando assim os temas abordados pelo seriado, construindo um público para o seriado, já fiel aos trabalhos anteriores da atriz (ALMEIDA, 2012). Por isso, as feministas interessantes para a mídia eram àquelas escolarizadas, bonitas, vaidosas, independentes financeiramente e em busca de sua

liberdade sexual. Estas características básicas das liberais são o estereótipo que Malu representa e que, conseqüentemente, silencia outras correntes do movimento e outras possibilidades de ser feminista. Dificulta, portanto, que o público conheça as diferentes formas de feminismo para escolher aquele que mais lhe representa perante a sociedade.

A nossa crítica é fundamental para nos posicionarmos politicamente diante da relação feminismo e mídia brasileira. Reconhecer as articulações pré-estabelecidas pelos veículos de comunicação de massa para divulgar seus interesses políticos é ainda um privilégio na sociedade brasileira atual. Portanto, desenvolver análises minuciosas sobre a produção midiática no Brasil deve ser de maior reivindicação do campo da história, para, assim, colaborar com outros campos do conhecimento que se debruçam há mais tempo sobre o problema, na tentativa de chamar atenção para a questão que permanece formando cidadãos não críticos ao sistema. É necessário desenvolver discussões sob uma perspectiva histórica, mostramos a formação do movimento feminista brasileiro, assim como sua consolidação enquanto movimento liberal e sua legitimação através de um veículo de comunicação de massa.

Portanto, entendemos que o seriado *Malu Mulher* contribui para a divulgação das pautas de um movimento feminista brasileiro. Ele colabora ao trazer popularidade ao termo “feminismo”, assim como trazer para a esfera pública questões como a interrupção voluntária da gravidez, ainda discutidas no Brasil contemporâneo. Colabora com o debate referente a violência contra a mulher ao divulgar os grupos de apoio promovidos por feministas e com a questão da sexualidade feminina vistos com pudor à época. Mas ainda assim, publiciza e enfoca o feminismo liberal como a melhor opção de expressão do feminismo, uniformizando o movimento a uma única corrente, quando na verdade, sua heterogeneidade é a melhor forma para a nossa compreensão dele.

### **2.3. “Legítima defesa da honra e outras loucuras”: violência doméstica no cenário brasileiro dos anos 80**

O primeiro episódio analisado é “Em legítima defesa da honra e outras loucuras”, escrito por Armando Costa, dirigido por Denis Carvalho e exibido em maio de 1980. Dividido em dois núcleos principais, cujo primeiro é centrado em Malu, que

interage com Elisa, sua filha e uma moradora de seu prédio, e o segundo focando no casal de vizinhos Clarice e Duca, um casal de vizinhos interpretados por Marília Pera e Gianfrancesco Guarniere.

A história começa com Malu e Elisa incomodadas com o barulho da briga vinda do apartamento ao lado. A relação que mãe e filha compartilham é de muita cumplicidade, construída especialmente pelo tipo de educação que Malu quis proporcionar a filha. Elisa é uma pré-adolescente com opiniões coerentes que são estimuladas cotidianamente pela mãe. A relação de troca entre as duas fortalecem-nas enquanto mulheres, especialmente para a filha, que está em processo de amadurecimento.

Elisa se desespera e pede para a mãe ajudar a vizinha que estava apanhando do marido. Malu, tão indignada quanto a filha, pondera que é uma situação delicada, não podendo entrar na privacidade do casal, mesmo o caso sendo dramático. No instante seguinte, Clarice pede abrigo no apartamento da amiga. Alarmada e desorientada, ela não consegue se expressar com clareza, ora afirmando que o marido era um covarde, ora defendendo-o por ser um bom companheiro.

Clarice e Duca são casados há muitos anos e vizinhos de porta de Malu desde que Elisa era bebê. Ela é uma dona de casa, de mais ou menos 30 anos, que deseja maior independência, apesar de não ter renda própria. Ele aparenta ser um pouco mais velho que a esposa, trabalha fora de casa e assume o papel de provedor financeiro do lar. Clarice tem uma postura acuada e tímida, um tom de voz baixo e um discurso conciliador, dito com a cabeça meio para baixo. Suas roupas são simples, comuns as de uma dona de casa que vive para o marido, que não tem independência para comprar ou usar o tipo de roupa que quiser. Enquanto Duca é um homem grosseiro, que expressa sua opinião através da ironia, desdenhando do posicionamento de mulheres independentes, como é o caso de Malu. Seu tom de voz é áspero, usa roupas como camisa e calça social. A violência está presente no suor constante do personagem, no rubor do rosto quando é contrariado por Malu e pelo toque repressor no ombro da esposa quando estão na presença da vizinha.

Vale ressaltar que legítima defesa da honra e da dignidade era uma tese que consistia no fato de que a infidelidade de um dos cônjuges afrontava os direitos do outro

e um insulto à sua honra e moral. Segundo o código penal brasileiro a ofensa à honra é capaz de desencadear uma série de efeitos emocionais sobre a pessoa do ofendido, precisamente no que diz respeito à honra conjugal. Numa leitura feminista, democrática, a tese da legítima defesa da honra é a construção do discurso que sobrepõe a honra do homem sobre o direito de viver garantido a mulher, portanto não deve ser considerada como justificativa para homicídio ou tentativa do mesmo.

O conflito emocional da vítima é notado pela incoerência de seu discurso e pela insegurança em falar sobre as agressões que sofre pelo marido. A personagem mal consegue verbalizar que é agredida cotidianamente, numa mistura de sentimentos que vai desde a vergonha ao medo. A tentativa de apaziguamento é interrompida por Duca, o agressor, ao convidar a mulher a retornar para a casa, garantindo para Malu que tudo não passava de um mal-entendido, que na realidade a esposa tentara trocar uma lâmpada e se machucou. Nesse momento o ângulo da câmera muda, com um close na mão do marido pressionando o ombro da esposa. Ele continua falando que tudo não passou de um acidente enquanto a câmera dá um segundo close em sua mão que permanece pressionando o ombro da mulher. Esse conjunto de closes representa a ameaça que Clarice sofre, principalmente naquele momento para confirmar sua versão dos fatos, ou seja, para manter a esposa coagida em frente da vizinha. Malu confronta Duca afirmando com ironia que Clarice estava constantemente machucada e que devia trocar menos as lâmpadas de casa.

A situação da violência doméstica é representada pelo seriado de maneira cirúrgica. É mostrado desde os primeiros argumentos incoerentes de quem é agredida e ainda está em estado de choque, passando pela orientação de outros personagens que divulgam os grupos de auxílio às mulheres vítimas de violência, ao ciclo de agressão que é retomado dentro do lar e terminando com uma situação drástica que aparentemente encerra o problema.

Na cena seguinte, Clarice adentra o apartamento de Malu em busca de refúgio por causa de uma nova agressão do marido. A sala está aparentemente escura, a câmera mostra em primeiro plano uma luminária acesa, que fica sobre a mesa de jantar, e é possível enxergar a personagem de Marília Pera em segundo plano, sob a penumbra da sala. Ela chora, se culpa por ter deixado a situação chegar a tal ponto e lamenta por não saber o que fazer, afinal de contas “eu sou só uma mulher” afirma a personagem,

mostrando a fragilidade física diante da covardia do marido. O ângulo da câmera muda, mostrando agora Malu, iluminada sob a luz da luminária. Ela reafirma solidariedade à Clarice, oferece sua casa como morada, alerta sobre a necessidade de falar sobre o ocorrido e principalmente sobre denunciar para a polícia. A posição de Malu nesse momento é, para além da amizade, é de uma mulher ciente sobre a circunstância da violência doméstica. Tal ideia é reafirmada pelo jogo cênico escolhido para narrar a cena, ou seja, a oposição sombra e luz em que cada personagem é colocada. Representa assim, para o telespectador, que Clarice era uma mulher vítima de violência sem recursos psicológicos para sair de tal situação, enquanto Malu era a mulher esclarecida que a ajudaria resolver o problema.

O roteiro deste capítulo tem uma preocupação interessante em reproduzir os discursos do senso comum sobre a violência doméstica e ao mesmo tempo critica-lo de forma contundente. Ao conversar com o agressor, Malu tenta entender o que lhe motiva a agredir a esposa. Neste momento, os argumentos mais rasos e vazios são apresentados pelo marido, como o fato de a mulher querer ter um carro, usar batom vermelho ou sair para dançar só com amigas mulheres. Duca menospreza a esposa dizendo que ela quer ser uma “mulher liberada graças aos programas de TV que colocam ideias maldosas em sua cabeça”, como se Clarice fosse um ser insignificante, incapaz de se posicionar como as “mulheres liberadas de hoje”. Para ele, “liberada” é a mulher que quer ser independente e vai em busca de seus sonhos, mas continua sendo financeiramente dependente do marido, a quem ela deve respeito. O agressor não se conforma com as aspirações de liberdade da esposa e por isso agride. Malu enfrenta o posicionamento reacionário de Duca, dizendo-lhe sobre a hipocrisia e covardia de seu ato.

No dia seguinte, ela encontra com outra vizinha, interpretada por Dorinha Durval, também indignada com a violência doméstica e a mesma fala sobre os grupos de ajuda às mulheres vítimas de violência doméstica. Essa personagem aparece em uma cena crucial para elucidar algumas questões sobre violência doméstica. Seu tom de voz é alarmante referindo-se à condição da vida de Clarice. Segura algumas pastas e papéis com uma mão e, com a outra, a porta do elevador do prédio enquanto fala com Malu, caracterizando-a como uma mulher atarefada, mas engajada na causa por melhorias na vida das mulheres. É uma mulher ocupada com as atividades profissionais e alerta sobre a importância em convencer Clarice a frequentar os grupos de apoio. Aponta que os



grupos também ajudam aos maridos agressores, para tentarem mudar seu comportamento. Finaliza comprovando que muitas mulheres não permanecem frequentando os grupos, por medo ou vergonha e a situação dentro de casa volta ao ciclo de violência.

Esse é um ponto interessante do capítulo pela divulgação das ações do movimento feminista em ajudar mulheres vítimas de violência, assim como a exposição de soluções legais sobre o assunto, na medida que as mulheres podem e devem denunciar judicialmente as agressões. Malu pondera que mesmo não havendo solução imediata com as denúncias em delegacias, que esta era uma ferramenta importante para mostrar as autoridades o grave problema que muitas mulheres vivem dentro da própria casa.

A reconciliação do casal no seriado acontece como previsto, ou seja, mesmo depois de inúmeras agressões a mulher retorna ao lar e, infelizmente, ao ciclo de agressões. Em geral elas voltam para o lar na tentativa de melhorar a relação ou em muitos casos por não terem para onde ir nem ter como se sustentar. Portanto, Clarice convida Malu e Elisa para um jantar em sua casa em comemoração ao retorno da harmonia de seu casamento. No final da noite, Duca, que já tinha bebido demais, se descontrola mais uma vez, agredindo a esposa na frente da Malu e da filha, que intercedem por Clarice e são ameaçadas por ele com uma faca. A cena trágica termina com a presença da polícia, Clarice decide não prestar queixa contra o marido e os policiais consentem dizendo “que se toda noite prendessem pessoas naquela situação a delegacia não teria espaço”, confirmando assim a inadimplência dos órgãos oficiais.

No início dos anos 1980, O SOS Mulher foi criado em São Paulo, logo em seguida em Campinas e no Rio de Janeiro. Em Minas foi criado o Centro de Defesa da Mulher. Todas as entidades eram autônomas e tinham como objetivo atender a mulher vítima de violência, com um serviço de voluntárias que incluía psicólogas e advogadas. Em reação aos casos de homicídios ocorridos no ano de 1980, foi criado pelas feministas mineiras o slogan “Quem ama não mata”. Além de atender a mulher, faziam grupos de reflexão sobre a violência e procuravam os meios de comunicação para promover o debate junto à opinião pública.

As feministas questionavam também a ideia de que a violência conjugal era um assunto das mulheres (ou homens) pobres, negras, ignorantes e de famílias desestruturadas. Outro questionamento importante à época foi o da absolvição dos assassinos de mulheres sob alegação de que teriam agido em legítima defesa da honra. Graças à pressão feminista e de alguns advogados esclarecidos, o poder judiciário passou a dar um novo tratamento à questão.

Podemos dizer que o movimento no Brasil elegeu duas estratégias: a ação direta no primeiro momento e a reivindicação de políticas públicas em seguida. O movimento feminista brasileiro tem como uma marca própria a sua articulação com a reivindicação dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação das mulheres (DINIZ, 2006).

Nas eleições de 1982, algumas feministas vinculadas ao PMDB, partido que ganhou as eleições estaduais naquele ano, reivindicaram a formação de um Conselho Estadual da Condição Feminina. Criado em 1983, apresenta quatro prioridades: creche, saúde, trabalho e violência. Foi criado o COJE (Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico), em 1985, e foi criada a primeira Delegacia Policial de defesa da Mulher, em 1986. Essas iniciativas vão se estendendo por todo o país, como parte de uma agenda de reivindicações do movimento feminista, organizadas ou não em partidos, com ênfases e formatos diversos quanto aos serviços reivindicados.

Mesmo com todo o investimento feito nas respostas do Estado, sempre houve uma interlocução dos grupos feministas com pessoas relacionadas a política. Isso contribuiu para que muitos dos modelos de trabalho desenvolvidos pelo movimento fossem posteriormente incorporadas como políticas públicas. Um exemplo de “modelo” que se inicia em grupos feministas e passa a ser incorporado pelo Estado brasileiro é o atendimento às mulheres que foi inicialmente proposto por grupos como os SOS Mulher. O atendimento individual ou em grupo, a escuta solidária da história das mulheres agredidas, a afirmação do direito a viver sem violência, o trabalho interdisciplinar e em redes de serviços, a democratização das informações ditas técnicas (legais, assistenciais, médicas, etc.), entre outras, foram inovações desenvolvidas pelo movimento feminista, que puderam posteriormente ser incorporadas pelos organismos governamentais e saberes acadêmicos.

Podemos citar exemplos de grupos que partiram para a ação direta nos casos de violência, como o SOS de São Paulo e de Campinas e o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Em 1988, como resultado da redemocratização do Brasil, entra em vigor a Constituição Federal, que estabeleceu em seu texto a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres em todas as esferas, inclusive no casamento. A partir da Constituição, o homem deixa de ser o chefe da família, tendo a mulher o mesmo poder de decisão.

Perante todas essas conquistas que foram resultado das lutas dos movimentos feministas tanto nacionais quanto internacionais, que lutavam também pelo reconhecimento da mulher como um ser de direito, passou a ser questionado aos juízes, advogados, promotores, enfim, aos agentes jurídicos até quando a honra masculina valeria mais que a vida de uma mulher para o judiciário? Até quando a mulher seria a responsável direta em resguardar a honra de um homem? Através dessas reivindicações, da criação das primeiras delegacias de mulheres, a jurisprudência brasileira começou a ser menos tolerante com a alegação de legítima defesa da honra usada de forma arbitrária nos tribunais do júri.

Um dos casos mais importantes para o debate e a redefinição da jurisprudência brasileira em relação aos crimes contra a mulher foi o assassinato da socialite, mineira, Ângela Diniz pelo seu namorado Raul Doca Street, em 30 de dezembro de 1976, na casa de praia dela na cidade de Búzios, região dos lagos do Rio de Janeiro. O crime foi intensamente noticiado pelos veículos de comunicação gerando uma comoção nacional. As descrições do crime enalteciam as posturas pouco tradicionais de Ângela Diniz, como o hábito de consumir bebida alcóolica, fazer uso de drogas entorpecentes, ser uma mulher desquitada e que não possuía a guarda dos filhos, ou seja, a imagem construída pós assassinato foi baseada em valores morais na tentativa de desqualificar seu caráter. Enquanto o namorado, Doca, justificou a ação como um impulso de raiva causado por uma suposta traição de Ângela. Em entrevistas concedidas à TV Globo no início de 1977, ele assumiu o crime, afirmou que a amava muito e que sentia ciúmes por ela ser uma mulher muito bonita, independente, mas depois de uma briga em que Ângela queria terminar o relacionamento, inconformado, ele a assassinou com 3 tiros a queima roupa.

Doca Street foi julgado em 17 de outubro de 1979 pelo júri de Cabo Frio, cidade de que Búzios era distrito. A defesa foi feita pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Evandro Lins e Silva, que conduziu a retórica em torno da legítima defesa da honra. Esse argumento foi aceito pelo júri popular que praticamente absolveu Doca do crime de assassinato, sendo condenado apenas a 2 anos e 2 meses de reclusão que nunca foram cumpridos por força de sursis (SOIHET, 2007). Após a decisão do júri iniciou-se uma mobilização popular pedindo a anulação de tal julgamento. As lideranças feministas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais mobilizaram-se através do slogan “quem ama não mata”, referindo-se ao crime passional que acarretou na morte de outras duas mulheres por seus maridos na cidade de Belo Horizonte. A economista e professora Hildete Pereira de Mello contou a época sobre a grande mobilização que se deflagrou depois do primeiro julgamento, em que foi pedido a revisão de pena, pela justificativa de que a impunidade seria uma grande ameaça para a sociedade brasileira (SOIHET, 2007). Dessa forma, o julgamento de Doca demonstrava a maneira pela qual a sociedade brasileira resolvia as relações de poder entre os sexos, ou seja, o masculino poderia impunemente assassinar uma mulher que não correspondesse ao seu papel tradicional, transformando assim a vítima em culpada pelo crime.

No ano seguinte, a cobertura pelos jornais, em especial pelo Jornal do Brasil, sobre o caso Doca Street, foi intensificada, enquanto as reivindicações nas ruas por sua condenação continuavam. Nos meses de agosto e setembro de 1980 o JB teve uma maior frequência de notícias em relação aos outros meses do ano sobre o caso Doca Street. Provavelmente, o volume de conteúdos aumentou neste período devido aos outros dois casos de mulheres assassinadas por seus maridos em BH e que também passaram a ser intensamente noticiados.

Em 17 de Junho de 1980 o jornal publicou uma reportagem sobre o lançamento do livro “A defesa tem palavra” de autoria do advogado de defesa Evandro Lins e Silva. O livro conta o duelo de oratória, acrescida de documentos, notas e comentários sobre a defesa de Evandro especificamente no caso Doca Street. Assim, é possível perceber a importância desse caso para a justiça brasileira à época, pois após a decisão do júri e as manifestações contrárias a ele, instaurou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, iniciou-se um debate institucional sobre a eficiência do júri popular no Brasil. A mobilização do movimento feminista foi fundamental para iniciar a discussão em torno

do discurso da defesa da honra, e garantir a reflexão jurídica em torno dos casos de violência contra a mulher.

No final de julho de 1980 outros dois crimes estimularam as reivindicações das mulheres. Eloisa Ballasteros Stancioli e Maria Regina Santos de Souza Rocha foram assassinadas por seus respectivos maridos na capital mineira. Ambos, justificaram suas ações pela traição de suas mulheres. Em depoimento, Eduardo Rocha confessou o crime e explicou que “não permitia a mulher de fumar, vestir determinadas roupas, ou assistir programas de televisão como *Malu Mulher*” (JORNAL DO BRASIL, 1980b). As privações citadas pelo marido da vítima são exemplos de relações pautadas pela opressão. Assim, reforça que muitos casamentos aparentavam estabilidade por seguir normas e condutas aceitas por um padrão de sociedade, mas em seu interior, quando as relações de poder e dominação do marido eram subvertidas pela esposa, as consequências eram desastrosas para a mulher.

Por isso, é necessário lembrar que o medo da subversão é causado pelo temor da perda de privilégios. Quando o marido de Maria Regina Rocha a proíbe de assistir o seriado *Malu Mulher* ele reforça esse medo. A série apresenta temas cruciais para a pauta do movimento feminista dos anos 80 em especial o episódio “em legítima defesa da honra e outras loucuras” em que é representado o caso de violência doméstica. Antes, outros temas já haviam causado polêmica como “Ainda não é a hora” sobre o aborto e “A amiga” sobre homossexualidade. Dessa forma, impedir a esposa de assistir um programa de TV que fala sobre a mulher moderna e as possibilidades de sua emancipação, pode também ser entendido como o medo de perder seus privilégios garantidos pelo patriarcado. Nesse caso, o incômodo causado pela possibilidade de subversão da mulher a seu marido acabou tragicamente com a sua vida. Esses não foram os primeiros casos de esposas assassinadas por seus maridos, mas foram os de maior repercussão na imprensa, que levaram a pauta feminista sobre a violência adiante, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas em defesa da mulher ao longo da década de 80.

A mobilização de mulheres continuou intensa e em 19 de agosto foi realizado um ato no final da tarde na escadaria da Igreja São José, no centro de Belo Horizonte, para protestarem contra o machismo na sociedade e, em particular, contra os assassinatos de Eloisa Stancioli e Maria Regina Rocha. A manifestação contou com a presença do

movimento feminista do Rio de Janeiro e São Paulo através da advogada Leonor Nunes de Paiva, do Departamento feminino do PMDB com a Sra. Eva Joana Braz da Associação de donas-de-casa do bairro industrial da periferia de Belo Horizonte, do núcleo mineiro do Comitê Brasileiro pela Anistia, representado por Dona Helena Grego. Foi lido pela jornalista Miriam Christus o manifesto da mulher mineira que condenava a prisão das mulheres casadas que ao almejam a separação acabavam assassinadas (JORNAL DO BRASIL, 1980d). Durante o ato público foi lançado oficialmente o Centro de Defesa da Mulher, uma entidade autônoma que tinha como objetivo atender a mulher vítima de violência, com um serviço voluntário de psicólogas e advogadas. Além de atender a mulher, faziam grupos de reflexão sobre a questão da violência e procuravam os meios de comunicação para promover o debate junto à opinião pública (TELES, 1993).

Também em decorrência dos assassinatos citados os grupos feministas *Coletivo de Mulheres/RJ*, *Grupo Feminista do Rio*, *Sociedade Brasil Mulher/RJ* e o *Centro da Mulher Brasileira/Niterói* assinaram o manifesto intitulado “Quem ama não Mata!” em 1980, que enaltecia o repúdio feminista à violência contra a mulher.

Nós, Feministas do Rio de Janeiro, repudiamos esses assassinatos e protestamos contra todas as formas de violência que sofremos no nosso dia a dia, lembrando que esses crimes acontecem com mulheres de todas as classes sociais embora só cheguem às manchetes dos jornais quando se trata de mulheres da classe média alta. (...) Manifestamos nossa solidariedade às mulheres mineiras que iniciaram um movimento de luta contra todas as formas de violência que recaem sobre nós, mulheres. Que todas nós lutemos juntas em defesa de nossos direitos fundamentais de autonomia e liberdade! Essa violência é a forma exacerbada de domínio do homem sobre a mulher, que se considerando seu senhor e proprietário, atribui-se o direito de dispor sobre sua própria vida. Essa violência é expressão máxima de toda a opressão de uma moral machista que, sistematicamente difundida pelos meios de comunicação de massa, tenta sensibilizar a opinião pública contra nossos projetos de emancipação, independência e autonomia. Fatos como esses revelam uma moral machista que justifica a violência de sermos consideradas objetos sexuais; a violência de nos ser negada uma identidade própria; a violência da desigualdade de oportunidades de trabalho; a violência da dupla jornada de trabalho; a violência do mando do pai sobre a filha, do marido sobre a mulher; a das agressões sexuais que sofremos todos os dias nas ruas. Não vamos admitir que, sob alegação de uma “pretensa legítima defesa da honra”, tentem se transformar as vítimas em réus, como no caso Doca Street, baseado na exploração dos sentimentos e da vida mais íntima dessas mulheres. Não vamos admitir que mais uma vez tentem nos negar o direito de dispor livremente sobre nossa vida, sobre nosso corpo. (COLETIVO DE MULHERES/RJ et al., 1980)

O resgate deste manifesto é importante tanto por trazer a voz das feministas fluminenses, como por ilustrar a conexão entre os diversos grupos feministas no Brasil, em especial da região centro-sul, mobilizados pela luta contra a violência. O texto denuncia os abusos sofridos pelas mulheres em diversas situações ligadas ao espaço público e privado e se posicionam contrárias aos julgamentos segundo a tese da “legítima defesa da honra”.

O caso Doca Street permaneceu nas páginas do Jornal do Brasil ao longo do ano de 1980; dessa vez, sobre a possibilidade de um novo julgamento, em paralelo outro caso de esposa assassinada pelo marido era noticiado pelo jornal. O criminoso da vez era Geraldo Lima de Barros, que também tinha sido julgado e absolvido sob a alegação da legítima defesa da honra. A polêmica em torno do júri popular não se restringiu ao caso Doca Street “o júri que o absolveu era composto só de homens, já que o presidente do tribunal, juiz João Alves Sidney Afonso, excluiu as mulheres do corpo de jurados, pois acha que o júri popular é só para homens (JORNAL DO BRASIL, 1980c). Mais uma situação em que os espaços de circulação eram determinados por gênero, em que segundo este juiz, a esfera pública, do júri, era pertencente aos homens e a particular às mulheres. A postura segregacionista deste juiz colaborava para decisões favoráveis aos homens agressores que saíam impunes depois de cometerem crimes contidos no código penal.

O caso Doca Street teve novo julgamento anunciado pelo JB em 23 de setembro de 80, um dia depois da exibição do episódio “Legítima defesa da honra e outras loucuras”. Em nota o jornal noticiou que o advogado de defesa do réu, Evandro Lins e Silva, não o defenderia nesta segunda vez pois tinha se aposentado e que um novo conselho de sentença foi instalado para julgar o caso, alegando que a prova do processo não se conciliava com o veredito dado pelo júri de Cabo Frio em Outubro de 1979. A relação mídia e sociedade pode ser evidenciada depois das implicações do primeiro julgamento, com as reivindicações do movimento feminista e a produção do episódio do seriado *Malu Mulher*.

O programa de televisão que a época trazia à tona questões sobre a emancipação feminina e a vida da mulher moderna, também abordou a violência física que mulheres casadas sofriam por seus maridos. Ou seja, o programa *Malu Mulher*, nesse caso, aproveitou a discussão que ocorria sobre violência, em especial as notícias sobre

mulheres assassinadas por seus companheiros, a repercussão do caso Doca Street e tantos outros que passaram a ser noticiados pelos veículos de comunicação de massa, para produzir um capítulo só sobre o tema, demonstrando assim uma dinâmica entre o que acontecia na sociedade e o que era reproduzido pela mídia. Não é à toa esta relação quando evidenciamos que o novo julgamento de Doca Street foi anunciado pela imprensa um dia depois da exibição do episódio em questão.

O próprio jornal comenta a similaridade da discussão que ocorria sobre o caso Doca Street e o episódio de *Malu Mulher*. Na coluna de Paulo Maia, publicada no Caderno B do JB em 30 de setembro, o colunista compara as situações da ficção com as da vida real “quando é agredida pela versão carioca dos mineiros machões, Duca, o “Doca” Street recriado por Gianfrancesco Guarnieri” (JORNAL DO BRASIL, 1980g). Maia faz menção aos casos de violência e homicídio contra mulheres em Minas Gerais que vinham sendo noticiados pelo próprio JB. O colunista comparou os protagonistas daqueles crimes, os “machões”, ao personagem carioca, interpretado pelo ator Guarnieri, que não coincidentemente chamava-se “Duca”, ou seja, um trocadilho com o nome Doca, assassino de Ângela Diniz.

No entrecruzar de fatos reais com a ficção, a coluna publicada no Jornal do Brasil colabora para sedimentar uma de nossas hipóteses sobre a relação dinâmica entre as produções dos veículos de comunicações de massa e as demandas sociais. Nesse caso, é possível notar que a agitação causada pelo movimento feminista no Brasil em torno da questão da violência contra a mulher ganhou uma maior repercussão midiática depois do caso Doca Street. Foi dedicado uma maior atenção para este problema que passou a ser mais divulgado, inclusive por outros casos parecidos, como os mineiros. E a repercussão na mídia não aconteceu apenas através de notícias, mas também com a produção de uma ficção para ilustrar a questão da violência contra a mulher.

A discussão em torno do caso permaneceu nas páginas do JB pelo mês de setembro. No dia 25 uma grande reportagem foi publicada mostrando ações feministas pela cidade do Rio de Janeiro. A notícia exibiu fotografias de pichações em muros com os dizeres “Nosso corpo nos pertence” e comentou as diversas medidas que seriam tomadas por grupos como a *Sociedade Brasil Mulher*, *Grupo Feminista do Rio de Janeiro*, *Centro da Mulher Brasileira* e *Coletivos Mulheres do Rio de Janeiro* (JORNAL DO BRASIL, 1980f).



As ações propostas pelas feministas foram as pichações em muros, a organização de uma manifestação na Cinelândia em prol da vida das mulheres e o envio de uma carta ao presidente da OAB contestando o veto do juiz de Juiz de Fora que tinha proibido a participação de mulheres no júri sobre mais um caso de assassinato em legítima defesa da honra. Portanto, a pauta feminista sobre a violência contra a mulher apareceu nos veículos de comunicação de massa, tanto na TV quanto no impresso, depois da notícia que abalou a sociedade brasileira da época, que foi a morte de Ângela Diniz.

É interessante notarmos que ao mesmo tempo que o crime ocorreu, o movimento feminista do Brasil mudou seu foco de reivindicação, passando então a lutar por questões referentes a vida da mulher como a sexualidade, os direitos reprodutivos e o combate à violência. Dessa forma, a repercussão nos veículos de comunicação de massa é diretamente proporcional às demandas sociais e se nesse caso estavam debatendo sobre a condição da mulher casada que sofria violência por seu companheiro, então esse era o tema que merecia ser midiaticizado.

### **3. “AINDA NÃO É A HORA”: A LUTA PELO DIREITO A INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ**

Neste capítulo discutiremos a questão da interrupção voluntária da gravidez que foi representada pelo capítulo intitulado “Ainda não é a hora” do seriado *Malu Mulher*. Para enriquecer o debate utilizamos também como fonte a repercussão da série na imprensa através do periódico feminista *Nós Mulheres* (1976-78) e das cartas de leitores do *Jornal do Brasil* (1979).

O JB foi escolhido como uma das fontes por ser um impresso de circulação nacional, tendo assim um público diverso de leitores que proporcionaria uma análise mais plural da sociedade brasileira do período. Outro aspecto que foi considerado para nossa seleção foi a diversificação das fontes. Não queríamos um jornal vinculado diretamente ao grupo Globo, mesma empresa da emissora que exibia o seriado, pois nossa intenção era desenvolver um pensamento crítico, atento as subjetividades históricas contidas em cada documento e para isso a imparcialidade e desvinculação desses materiais seria imprescindível. A escolha do *Nós Mulheres* foi em decorrência de sua importância como jornal feminista do final dos anos 70 e por possibilitar uma rica imersão no tema a partir do protagonismo das mulheres que fizeram o movimento no Brasil.

Para analisar as cartas desenvolvemos um método de seleção em grupos. As 30 cartas foram divididas em 3 grupos com critérios diferentes: no primeiro, reunimos as opiniões negativas sobre a legalização da interrupção voluntária da gravidez; no segundo, selecionamos as opiniões positivas e no terceiro grupo, elegemos as “cartas respostas”, conjunto de correspondência entre os leitores do *Jornal do Brasil* com opiniões ora positivas ora negativas.

#### **3.1 O controle dos corpos e das subjetividades femininas**

Ao longo da análise da fonte chamou atenção a exibição do episódio “Ainda não é a hora” que pela primeira vez na TV brasileira tratou sobre a questão da interrupção

voluntária da gravidez. Este fato inédito repercutiu em outras mídias como o Jornal do Brasil, em particular em sua sessão cartas de leitores.

Para tentar compreender parte da repercussão da série na sociedade brasileira dos anos 80 escolhemos as cartas publicadas pelo JB ao longo dos anos que *Malu Mulher* foi ao ar.

Cartas Enviadas ao Jornal do Brasil

Episódio	Número de Cartas	Data de exibição
“Ainda não é a hora”	20	14 de junho de 1979
“O último lance”	04	27 de setembro de 1979
“A amiga”	01	11 de outubro de 1979
“O melhor tempo de amar”	01	14 de julho de 1980
“Sentindo na própria pele”	01	28 de julho de 1980
“A trambiqueira”	01	10 de novembro de 1980
Críticas de leitores	02	Publicada em 9 de dezembro de 1979 Publicada em 3 de fevereiro de 1980
Total		30

Fonte: Jornal do Brasil, 1979.

Dessas 30 cartas, 26 eram de destinatários da cidade do Rio de Janeiro - RJ, 2 de Juiz de Fora - MG e 1 de São Gonçalo - RJ. Das 20 cartas sobre o episódio “Ainda não é a hora” 18 eram de destinatários da cidade do Rio de Janeiro e 2 de Juiz de Fora. Em relação ao quantitativo por gênero, do total, 21 cartas foram escritas por mulheres e 9 por homens. Já a partir da seleção das 20 cartas, 13 foram escritas por mulheres e 7 por homens. Assim, o volume de cartas que comentaram apenas o tema da interrupção voluntária da gravidez chegou a 90% do total enviadas a sessão de leitores, sendo 65% escrita por mulheres. Este dado nos estimulou a aprofundar a pesquisa neste ponto e assim dedicar um capítulo específico sobre a questão do aborto no Brasil.

O debate do aborto no Brasil é um tema delicado por atravessar limites morais da construção social brasileira. Sua problematização é intensificada quando o componente religioso entra em cena e desqualifica a questão, apelando para o emocional. O progresso nesta discussão é travancado por lideranças políticas conservadoras e religiosas neopentecostais e católicas desde os anos 80, quando se tornou pauta do movimento feminista no Brasil.

Duas questões chamam a atenção neste caso, uma delas é a interferência religiosa em questões político/jurídica em um estado laico como o Brasil. A outra é a decisão político institucional sobre a reprodução, fato este que se refere diretamente aos corpos femininos e logo ao campo da esfera privada.

O debate sobre aborto no feminismo pode ser visto, em primeiro lugar como um desdobramento da visão crítica das relações entre a esfera privada e a esfera pública, com a politização do que ocorre na primeira e o entendimento de que o modo de organização de uma delas está vinculado, permanentemente, ao modo de organização da outra (BIROLI, 2014, p. 123)

Biroli (2014) nos atenta para a politização que ocorre na esfera privada quando o tema é o aborto, e assim como a organização de cada esfera, pública e privada, está vinculada uma a outra, ou seja, não é mais possível pensarmos no campo político separado do particular e é esta a principal bandeira das feministas dos anos 70. Seu desenrolar traz à tona temas que deveriam ser discutidos publicamente como a liberdade sexual feminina, a violência contra a mulher e o aborto legal.

Tais debates deveriam ser partilhados a fim de esclarecer e ensinar as diversas possibilidades de escolhas que as mulheres podem ter em relação ao seu corpo e sua sexualidade. Por outro lado, a discussão se limita em cercear tal direito mediante apelo emocional de entidades religiosas em ação conjunta com o Estado, impedindo que as mulheres tomem decisões sobre seus corpos.

Quando o valor da mulher é restrito a um papel, no caso à maternidade, seus direitos as práticas democráticas são também limitadas, tornando-as assim, menos do que cidadãs. (BIROLI, 2014) Essa identidade suspende, também, a diversidade existente entre as próprias mulheres, que podem desejar ser mães ou não, ser heterossexuais ou não, identificar-se em graus distintos ao longo da sua vida com a maternidade como projeto ou mera possibilidade. Por isso, a afirmação da autonomia das mulheres para decidir sobre a interrupção da gravidez é algo que toca em questões que não se restringem somente ao aborto, mas ao funcionamento da democracia, as regulações do Estado, às hierarquias e formas da dominação, aos direitos individuais e o princípio da laicidade do Estado.

Portanto, faz-se necessário relembrar que a separação entre religião e política é fundamental para o funcionamento da democracia e que, o Estado laico é uma condição da política moderna (MIGUEL, 2012). Desse modo, a tutela ideológica fundamentalista sobre a questão da legalização do aborto no Brasil fere as bases da democracia, uma vez que democracia exige a laicidade do Estado como uma consequência lógica da aplicação de seus princípios fundantes. O problema é quando os religiosos não se abstêm de tentar instrumentalizar o Estado a favor de suas crenças, usando o mecanismo eleitoral como forma de chantagem que obriga a decisão política a se curvar a preceitos religiosos ferindo, desse modo, os princípios do liberalismo político e da democracia (MIGUEL, 2012). Assim, enquanto o aborto for discutido a partir de aspectos concernentes a “moral” não avançaremos para as decisões referentes a saúde pública da mulher como prevê a legalização.

É necessário frisar que o direito ao aborto é de caráter político porque corresponde ao direito do indivíduo, no caso, das mulheres, para dispor de si e dos seus corpos. A forma que assume, assim como sua recusa, tem impacto na definição dos direitos de cidadania, com a implicação adicional de que sua recusa impacta diferentemente mulheres e homens e, portanto, define clivagens nesses direitos. Se a

decisão individual por realizar ou não um aborto pode ser visto como pessoal e moral, a afirmação ou recusa desse direito precisa ser politicamente definida e justificada.

Partindo desta discussão sobre moral e política tentaremos discutir como o movimento feminista do Rio de Janeiro atuou no sentido de publicizar o debate sobre a interrupção voluntária da gravidez durante os anos 1980, consolidando esse tema como uma das suas pautas principais. Compreendia-se que a mulher só teria pleno exercício de sua cidadania quando pudesse decidir sobre o seu corpo. O fato que mobiliza uma série de ações sobre o assunto foi a prisão, no Rio de Janeiro, em 1980, de pacientes e médicos em uma clínica em Jacarepaguá, acusados da prática do aborto. Um grupo de feministas vinculadas ao movimento do Rio de Janeiro se manifestaram na porta da delegacia e em frente ao Palácio da Justiça, no centro da cidade (MELO, 2018, p 162).

Uma das primeiras atividades a esse respeito foi a organização da campanha nacional pela descriminalização do aborto, com distribuição de panfletos nas feiras livres da cidade sob o slogan: “Mulheres, chegou a hora de lutar pelo aborto livre” (BARSTED, 1992, p. 111). No ano seguinte, em 1981, o Jornal do Brasil publicou um artigo intitulado "O Aborto - Direito de Opção", de autoria de Jacqueline Pitanguy que defendia a interrupção voluntária da gravidez como um direito de opção da mulher. Essa ofensiva dos grupos feministas, de levar a questão para as ruas e para a imprensa, significou uma ruptura consciente com alguns tradicionais aliados da esquerda na luta contra a ditadura, como a Igreja Católica. A resposta da Igreja foi contrária, se manifestando através da publicação artigos na grande imprensa, expondo a excomunhão como penalidade para aquelas que defendiam o aborto (BARSTED, 1992).

Assim, iniciou-se uma série de medidas populares, por parte do movimento feminista do Rio de Janeiro, a fim de tornar o assunto acessível a sociedade. Entendemos como movimento feminista do Rio de Janeiro o conjunto de diversos grupos que a partir de 1975 oficializaram suas reivindicações em prol do feminismo. Os principais grupos que se estenderam até a década de 80 foram: o *Centro da Mulher Brasileira*, *Grupo CERES*, *Grupo de Pesquisa sobre a Identidade Social e Sexual Feminina*, este último era composto por Branca Moreira Alves, Comba Marques Porto, Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares Barsted, Mariska Ribeiro e Sandra Boschi (PEDRO, 2003); O *SOS-Mulher* que atendia mulheres vítimas de violência prestando assistência jurídica e psicológica (SANTOS, 2010); O *Nós Mulheres*, que se estruturou

em torno do mandato da deputada Lúcia Arruda (PT-RJ) e reunia cerca de 25 mulheres que discutiam fundamentalmente saúde da mulher, sexualidade e violência, tendo como proposta uma atuação concreta e uma incorporação cada vez maior de mulheres ao feminismo.

Também tinha o *Grupo Maria Mulher*, que se reunia em Niterói, com cerca de 10 mulheres, todas elas vinculadas profissionalmente a órgãos do Estado ou Município e tinha um trabalho ligado basicamente à discussão da saúde e sexualidade; O *Coletivo de Mulheres*, que era um dos grupos mais antigos do Rio de Janeiro, com cerca de seis mulheres participantes que editavam o jornal *Sexo Finalmente Explícito*; O *Mulherando* que era basicamente um grupo de reflexão sobre as pautas feministas e era formado por um total de oito mulheres; O *Liberdade Mulher* era um grupo ligado ao PC do B e aos grupos de mulheres dos partidos políticos; a *OAB-Mulher* era um grupo que reunia profissionais do direito, não tinha características profissionais de um grupo feminista, mas estava ligado a atuação do movimento do Rio de Janeiro marcando presença em manifestações, assinando notas e se posicionando a favor das bandeiras feministas.

Assim, passaram a ir as ruas, em terminais de ônibus, ou seja, locais populares para entrevistar a população e pedir seu posicionamento através de voto a ser depositado em urnas providenciadas pelas feministas (BARSTED, 1992). Duas questões foram colocadas nessa consulta popular, uma sobre o posicionamento em relação ao aborto e outra sobre a condenação jurídica da mulher que o praticava. O resultado desta ação concluiu que a maioria era contra a interrupção voluntária da gravidez, mas não a punição legal de sua prática.

Dessa forma, a recriminação social restringia-se a uma censura moral e religiosa, mas não a uma legal expressa pelo Estado em forma de prisão. Tal resultado permitia a inferência de que, apesar de censurado socialmente, a interrupção voluntária da gravidez se constituía num comportamento desviante sem indicação de punição legal, com implicações éticas, morais ou religiosas, não necessitando, pois, ser tutelado pelo Estado. Para as feministas que participaram desse processo ficou claro que a palavra de ordem não era a defesa do aborto, mas a defesa da sua descriminalização, ou seja, que o aborto deixasse de ser considerado crime previsto no código penal.

A exemplificação de ações populares promovidas pelo movimento feminista do Rio de Janeiro nos anos 80 mostra a tentativa de esclarecer a discussão para a sociedade, apresentando os benefícios da legalização para a cidadania da mulher. A dinâmica social exemplificada colabora para entendermos como a pauta da interrupção voluntária da gravidez era vista pela população carioca. Confirmando que os preconceitos tinham um cunho moral e religioso grande, que não davam espaço para uma reflexão crítica sobre o assunto. As ações públicas mostraram que através do diálogo, com informações adequadas, as pessoas que passaram pelas intervenções puderam refletir, por exemplo, sobre as consequências jurídicas de um sistema que mantém a ilegalidade do aborto. Uma das principais conclusões foi que a maioria não concordava com a prisão, prevista no código penal para as mulheres que praticavam o aborto. Dessa forma, o tema da interrupção voluntária da gravidez se apresentava mais orgânico na sociedade, na medida em que se trocavam informações, comentários e opiniões. Portanto o movimento feminista do Rio de Janeiro colaborou para intensificar a discussão popular sobre o tema e quando entendemos que as produções dos veículos de comunicação de massa são um reflexo da vida em sociedade, então podemos começar a entender o porquê a TV Globo exibiu um capítulo pioneiro sobre a questão do aborto.

A repercussão de sua exibição gerou comentários em outras mídias, como no Jornal do Brasil e nessa tentativa de identificarmos de maneira aprofundada a reação da sociedade, fomos a sessão cartas de leitores e nos deparamos com um material importante para essa análise. Dessa forma, mantemos a reflexão no paralelo mídia e sociedade, na tentativa de compreender como parte da população reagiu, através das cartas de leitores, ao episódio do seriado *Malu Mulher* que defendia a interrupção voluntária da gravidez no Brasil.

O aborto foi o tema do episódio “Ainda não é a hora”, escrito por Euclides Marinho, dirigido por Denis Carvalho e exibido no dia 14 de junho de 1979. Trata-se da primeira vez que esse tema foi discutido pela televisão brasileira, representando as diversas problemáticas como a saúde da mulher, o tabu das famílias e o peso religioso sobre a questão.

A potencialidade que os veículos de comunicação de massa exercem no plano social é um dos caminhos que nos possibilita compreender a importância da representação para a formação cultural de um grupo. Dessa forma, o diálogo



estabelecido entre os meios reconstrói uma lógica social que passa a ser, em muitos casos, respostas diretas de tais representações. Assim, a identificação acontece quando vemos no vídeo situações que são representadas e similares a que vivemos, garantindo certa legitimidade desse modo de vida. Por outro lado, quando não acontece tal identificação com o produto exibido pela TV, a resposta em geral é negativa e vem por diferentes meios, sendo estas trocas sociais, conversas entre telespectadores ou também na publicização dessas opiniões via cartas de leitores.

Assim, é possível compreendermos a importância da representação na televisão de situações que refletem o meio social a partir de diferentes perspectivas, não apenas aquelas que abordam o padrão normativo, mas as que subvertam a ordem. É nessa tentativa não normativa sobre a questão da reprodução que *Malu Mulher* foi exibido pela TV Globo. Seu pioneirismo ao tratar do tema da interrupção voluntária da gravidez é importante a título de representação social de um problema vivido pelo Brasil dos anos 70, período em que as mulheres mais abortavam no país (SCAVONE, 2008). No entanto, é importante ressaltar que quando um veículo de comunicação de massa seleciona um tema para transformá-lo em produto, o mesmo passa por uma seleção ideológica de como será representado. Portanto, os mecanismos midiáticos que levam a popularização de certos assuntos, como o aborto no final dos anos 70, está embutido de sentido e valores que a empresa, no caso TV Globo, queria passar para seus telespectadores. Assim, para analisar o episódio “Ainda não é a hora” de *Malu Mulher*, é necessário um olhar cuidadoso para não cair nos vícios ideológicos que os veículos de comunicação de massa impõem.

O capítulo é formado por três núcleos centrais, sendo o primeiro formado por Jô e Malu, o segundo referente a família de Jô, representada pelo pai da personagem e o terceiro é o núcleo médico, que conta com a participação de dois personagens que trazem à tona o debate ético no interior da medicina sobre o tema do episódio.

A protagonista da história é Jô, interpretada por Lucélia Santos, uma jovem estudante de 20 anos, filha do porteiro do prédio que mora Malu. Sua condição financeira é precária, mas ainda assim consegue se manter estudando em uma universidade e almeja melhorar de vida a partir dos estudos. Tem uma personalidade forte, marcada pelos discursos e opiniões proferidos com Malu. Usa roupas casuais, calça jeans, e camisa, comuns aos jovens. Namora o Jorginho, morador do mesmo

prédio, de classe média, configurando um demarcador de diferença de classe entre o casal que preocupa a personagem Jô.

O pai, Seu Moacir interpretado por Luiz Mendonça, é um homem de origem humilde, trabalha como porteiro no prédio que vive Malu onde também mora com as três filhas. Sua postura e o linguajar simples contribuem para reafirmar sua origem humilde e a precariedade de sua escolaridade. Reproduz falas conservadoras, demarcando a geração de homens que o formaram. É religioso, não admite que as filhas tenham relações sexuais antes do casamento e acredita que elas devem se casar e ter filhos, necessariamente nessa ordem. Mostra-se preocupado com o namoro da filha com um morador do prédio, Jorginho, interpretado por Fábio Jr. e comenta com Malu que a filha está mudada, diferente e chora de vez em quando, coisa que não era comum. O porteiro pede para Malu conversar com a filha para descobrir o que está acontecendo, afinal Malu é amiga da filha, podendo assim ajuda-la.

A primeira cena acaba com o pai de Jô reafirmando o conservadorismo e machismo de sua geração, ao afirmar que “mulher que estuda demais não dá boa esposa”. Malu reage ao comentário de forma frustrada e afirma, em tom tristonho, que já disseram esta mesma frase para ela. Nas cenas seguintes Jô conversa com Malu sobre a escolha em fazer um aborto e questiona o que a protagonista faria no lugar dela.

Do ponto de vista da personagem Jô, uma jovem de 20 anos, filha de um trabalhador humilde, mas que consegue alcançar o objetivo de estudar em uma universidade e começar a construir uma carreira profissional, seria destruidor para todos os objetivos que ela já tinha alcançado, ter um filho naquele momento. A personagem pontua sobre as complicações em criar um bebê sendo tão nova, toma como exemplo a experiências de vida da própria Malu, que teve que adiar seus estudos, assim como seu marido na época, que abandonou o sonho de ser economista para trabalhar em outra área, se tornando um homem frustrado na vida adulta. Tais questões são pertinentes não só sob o ponto de vista da personagem Jô, mas possivelmente para muitas mulheres jovens em situação parecida.

A opção de escolher interromper uma gravidez é uma decisão difícil e as cenas reforçam a complexidade emocional e a confusão psicológica durante e após o processo de decisão. Embora Jô apresente a certeza de não querer ser mãe naquele momento, o

peso moral que a própria Malu coloca sobre a personagem, com indagações próprias do senso comum como por que não tomou a pílula ou usou outro método contraceptivo, fazem-na sofrer e sentir culpada. Outros temores que a envolvem referem-se qual será a reação do pai e da família conservadora e rica do namorado ao descobrir a consumação do aborto, assim como o comportamento explosivo do companheiro, além dos riscos relativos à sua saúde. Esse emaranhado de dúvidas e medos são colocados à mostra nos diálogos entre as personagens, onde fica claro que o apoio a decisão da jovem será garantido apenas por Malu, mas não sem antes questioná-la e tentar convencê-la do contrário.

No caso do aborto, trata-se de um problema que não se refere a protagonista exatamente, mas a comove por saber da realidade de muitas mulheres que passam pela mesma situação. É a partir desse drama que ela decide procurar ajuda do seu médico ginecologista, Dr. Pompeu, interpretado por Fábio Sabag, um senhor de meia idade, experiente em sua área profissional que se apresenta sempre usando gravata sob o jaleco de manga comprida todo abotoado. Diante da questão, o médico evoca o discurso da moral cristã para reafirmar que é contrário ao aborto e, através de um discurso paternal, tenta convencer Jô a seguir com a gravidez.

Além do impasse relativo ao processo decisório do aborto, outro ponto que o episódio coloca em pauta através da participação do Dr. Pompeu é o posicionamento conservador da medicina brasileira que fundamenta sua rejeição ao aborto empregando um discurso cristão para abordar um problema de saúde pública.

Indignadas, as personagens partem para uma clínica de aborto clandestina, realidade de muitas brasileiras que dependem deste serviço para interromper a gravidez. O cenário da clínica é intimidador para as personagens, o foco da câmera são os rostos de Malu e Jô e o áudio da cena reproduz o diálogo de algumas mulheres que conversavam enquanto esperavam para serem atendidas onde relatam que estavam passando por aquele procedimento pela segunda, terceira ou quarta vez, tentam se tranquilizar, comentam sobre possíveis reações desconfortáveis e trocam dicas de como melhorar caso se sintam mal. O incômodo é nítido na postura de Jô que está sentada, encolhida ao lado de Malu. O procedimento representado pelo seriado mostra a precariedade nesse serviço, a começar pela aparente insalubridade do ambiente e postura não confiável dos funcionários.

O médico responsável pela clínica clandestina, interpretado por Cecil Thiré, é mais novo que o primeiro, usa um jaleco mais informal, aberto na parte da frente e de manga curta e expressa um comportamento machista e antiprofissional ao assediar Malu. O seriado publiciza a ilegalidade de tal situação quando Malu ameaça denunciar o médico e a clínica caso algo de pior acontecesse com Jô, que após o aborto não parece bem. O médico, cujo tom de voz era calmo no início, torna-se agressivo diante da ameaça e revida lembrando a personagem que pelo código penal brasileiro, dada sua condição de cúmplice, ela poderia ser presa e pegar de 1 a 3 anos de cadeia.

Ao analisar o episódio compreendemos que este desenvolve uma reflexão, e por que não uma denúncia, sobre a precariedade dos serviços de saúde da mulher, ao mesmo tempo em que condena o discurso conservador fundado na moral cristã que mantém a prática do aborto na ilegalidade, assim como o Estado que não trata o problema como de saúde pública.

O episódio termina com as personagens conversando durante o jantar sobre o futuro, em que Jô afirma querer ter filhos e formar uma família. A personagem ainda comenta sobre o prazer que sente em cozinhar e sentir que ajuda a alimentar a família, afinal quando casar e tiver filhos ela também vai querer cozinhar para todos, mas com as tarefas do lar divididas. Neste diálogo Malu comenta em tom irônico que as feministas não iam gostar de ouvir essa fala de Jô, que retruca afirmando que é feminista, mas que isso não quer dizer que ela não pode sentir prazer em cozinhar para a família dela. Esta cena final reafirma o feminismo representado pelo seriado uma vez que critica sutilmente o movimento radical, sugerindo um cerceamento da liberdade feminina, como a prática de cozinhar para a família.

Entendemos que o diálogo final entre as protagonistas do episódio pode corroborar para a produção de uma visão ao nosso ver distorcida do feminismo, uma vez que reitera perspectivas vulgares sobre o feminismo e o público que assistia o seriado, necessariamente, não teria um conhecimento mais aprofundado das diversas correntes feministas existentes. Além disso, é importante destacar que muitos telespectadores que assistiram o capítulo compartilhavam valores, práticas e ideias conservadoras de alguns personagens que apareceram ao longo do episódio.

Estas observações se fazem necessárias uma vez que o movimento ainda estava em processo de consolidação, conquistando brechas para alcançar mulheres de diversas classes sociais e ampliar suas reivindicações assim como sua projeção. O capítulo “Ainda não é a hora” contribui para divulgar a questão do aborto como pauta das feministas brasileiras, mas comete deslizes pertinentes a divulgação dos movimentos ao cita-lo como exemplo pejorativo.

Sobre a pauta do aborto, o movimento feminista da década de 1980 buscou criar estratégias para que as mulheres tivessem garantias sobre os direitos ao próprio corpo, sendo o direito ao aborto uma expressão de autonomia da mulher. Entre os acontecimentos nesse campo destacamos o ano de 1987 em que havia debates na sociedade a respeito da Nova Constituição, proclamada em 1988, a qual manteve o aborto em dois casos específicos: estupro e quando a gestação poderia acarretar na morte da gestante.

Assim, a década de 1980 se inicia com uma atitude mais ofensiva do movimento feminista sobre o assunto. O caso já citado da prisão, no Rio de Janeiro, em 1980, de pacientes, enfermeiras e médicos, em uma clínica em Jacarepaguá, acusados da prática do aborto, levaram as feministas a se manifestarem e a partir deste fato, foi organizada uma campanha nacional pela descriminalização do aborto.

Quando grupos feministas, levaram a questão do aborto para as ruas e para a imprensa, significou uma ruptura consciente com alguns tradicionais aliados na luta contra a ditadura, como a Igreja Católica. A reação da Igreja veio sob a forma de diversos artigos na grande imprensa, anunciando a excomunhão para aquelas que defendessem o aborto. Coincidentemente, esse processo ocorreu paralelo a grande mobilização nacional pela redemocratização do país e a revitalização dos movimentos sociais.

A censura social ao aborto restringiu-se a uma censura moral e religiosa, mas não a uma censura legal pelo Estado expressa em prisão. Tal resultado permitia a inferência de que, apesar de censurado socialmente, o aborto se constituía num comportamento desviante sem indicação de punição legal, com implicações éticas, morais ou religiosas, não necessitando, pois, ser tutelado pelo Estado. Para as feministas que participaram desse processo ficou claro que a palavra de ordem não era a defesa do

aborto, mas a defesa da sua descriminalização. Deixar de ser considerado crime previsto no Código Penal brasileiro era uma das principais bandeiras.

Também em 1980, em São Paulo, a questão do aborto foi deflagrada pela Frente de Mulheres Feministas que publicou o livro “O que é o aborto?” de autoria de Carmem Barroso e Maria José Carneiro da Cunha. Neste livro, procura-se tratar o aborto por diversos ângulos: social, moral, legal, demográfico, apresentando dados sobre os aspectos médicos do abortamento, técnicas utilizadas e depoimentos de mulheres que o praticaram. O livro destaca que os grupos feministas brasileiros, ao reivindicar a legalização do aborto, estavam enfatizando que esta é apenas uma entre as reivindicações feministas que incluem uma transformação geral da sociedade, de modo a não sonegar a nenhuma mulher seu direito a condições humanas de existência para si e para os filhos que deseja ter.

Este direito inclui o acesso às informações sobre os métodos anticoncepcionais, de modo que as mulheres possam optar devidamente assistidas por ginecologistas por aquele que mais lhe convier. Para tanto, era necessário garantir, através da expansão de postos de saúde gratuitos e controlados pela comunidade, que as mulheres pobres também possam recorrer às informações e à assistência médica no tocante à utilização de anticoncepcionais. Só assim seria possível eliminar uma das causas da gravidez indesejada que é o desconhecimento de anticoncepcionais adequados e a impossibilidade financeira de adquiri-los.

Em 1980, o deputado João Menezes, que em 1975 apresentou o projeto de descriminalização do aborto ao Congresso Nacional, submeteu à apreciação do poder legislativo federal projeto de ampliação das prerrogativas legais com duas novas indicações: casos de anomalia fetal e a situação social da mulher gestante.

Apesar de igualmente rejeitado, esse projeto colocou para o movimento feminista a necessidade de empreender a luta legislativa seja pela descriminalização, seja pela ampliação dos casos permitidos. De um lado, esse duplo encaminhamento pôde ser visto como estratégia para se alcançar a curto ou a longo prazo um mesmo objetivo: o direito ao aborto como expressão da autonomia da mulher sobre o seu corpo. Por outro lado, refletiu posições ideológicas distintas. Se a questão do aborto, nessa época, era assumida como um tema prioritário para o conjunto do movimento feminista,

na realidade alguns grupos de mulheres temiam assumir politicamente um encaminhamento considerado mais radical, pela descriminalização.

De 1982 até os dias atuais, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) omitiu-se, como instituição, a posicionar-se favoravelmente ao aborto, em que pese a experiência internacional por um direito penal menos repressor. Apenas vozes isoladas de algumas seccionais da OAB, como a do Rio de Janeiro, e de alguns advogados, se posicionaram a favor da descriminalização ou da ampliação das prerrogativas legais em caso de aborto.

A percepção de que com a redemocratização do país, tanto a descriminalização quanto a proposta gradualista seriam decisões do Congresso Nacional, levou as feministas a iniciarem, em 1982, um diálogo com os partidos políticos e, principalmente, com as candidatas às eleições convocadas para aquele mesmo ano.

Portanto a década de 1980 pode ser considerada como um período de luta pelo direito ao aborto, com intensa mobilização do movimento sobre sua saúde e direitos reprodutivos, articulando essas questões com a cidadania feminina. Defendendo a autonomia das mulheres, a sua saúde, o movimento feminista tornou o aborto uma questão política, capaz de gerar adesões, reações e impossível de ser ignorada.

A proposta dos grupos feministas para dar seguimento ao debate sobre o aborto definiu alguns alvos como, por exemplo, persistir no apoio aos projetos liberalizantes no Congresso Nacional, influir na elaboração das constituições estaduais, em 1989, nas leis orgânicas municipais, em 1990, e na proposta de alteração do Código Penal. Essa estratégia de diálogo com o Poder Legislativo trouxe ganhos parciais, mas, também, diminuiu o debate público sobre o aborto para outros setores da sociedade (BARSTED, 1992).

### **3.2. O debate sobre o aborto na imprensa e nas cartas dos leitores do Jornal do Brasil 1979: aprofundando a relação entre mídia e a sociedade.**

Neste subtópico dedicamos atenção para as cartas de leitores do Jornal do Brasil no ano de 1979 que opinaram sobre a exibição do seriado *Malu Mulher* pela Rede

Globo de Televisão. Nossa intenção ao analisar tais cartas é tentar perceber como parte da sociedade carioca reagiu a alguns temas abordados no seriado em especial o da interrupção voluntária da gravidez. Dessa forma, buscamos perceber de que maneira foi a repercussão posteriormente a sua exibição. Tentaremos captar as opiniões dos leitores para identificar um perfil de parte dessa sociedade dos anos 70. Uma das principais questões notadas foi o espaço que o episódio “Ainda não é a hora”, exibido em 14 de junho de 1979, sobre a questão do aborto, tomou na sessão “Cartas de leitores” do jornal. Buscamos analisar como o debate sobre a questão do aborto aconteceu através delas, para isso é preciso esclarecer que não discutiremos a veracidade das mesmas, como a possibilidade de fraude em sua autoria, mas sim seu conteúdo, afinal foi o que possibilitou a existência de uma discussão entre leitores sobre o tema.

As cartas de leitores são fontes interessantes para análise pois colaboram com uma interpretação mais subjetiva da sociedade. Em geral, elas são consideradas instrumentos de transmissão de informação sobre a vida em sociedade, uma vez que fazem parte de um processo discursivo e estão inseridas em condições sócio históricas. Páginas e colunas específicas para sua publicação servem como espaços de denúncia, de confronto do espaço político e social, de reivindicação, de desabafo e de exercício da cidadania. É importante considerar que aqueles que escrevem representam uma população muito mais ampla do que se pode dimensionar, porque, no fundo, são uma espécie de porta voz das queixas e observações de tantos outros que, por algum motivo, não enviam suas opiniões aos jornais. Dessa forma, as cartas foram analisadas como produto de uma interação social que reflete o pensamento de um grupo que deseja se informar e se comunicar em determinado contexto social, histórico e ideológico.

As cartas nos oferecem elementos para que se perceba o modo como leitores e leitoras pensam o mundo, bem como sua opinião diante de temas da atualidade, como neste caso a exibição de *Malu Mulher*. Através dessa sessão os jornais fomentavam debates, assim como podiam observar como influenciavam a opinião pública.

Ao entrar em contato com um texto, o sujeito lhe atribui significados que correspondem às informações que ele possui do mundo em conformidade com seu repertório intelectual e simbólico. Dessa forma, os jornais diários não devem ser vistos como meros transportadores de informações; eles auxiliam a criá-las e validá-las. Como toda mídia, para atender à demanda social de informação, os jornais contribuem na



estruturação e na formação de grupos de interesses comuns e identidades compartilhadas, promovendo um diálogo com a sociedade (DUMONT, 2002).

Um jornal é muito mais do que um veículo que transmite informações, “é também um ponto de passagem da vida de uma sociedade [...] é um dos momentos desse viver” (FRANÇA, 1998, p. 17). Na visão da autora, para sobreviver, os diários precisam se alimentar da força emanada pela vida social e a ela também alimentam, ou seja, os jornais são parte dos elementos e instrumentos que fazem a vida cotidiana, são espaços nos quais se produz a sociedade e não apenas na qual ela se reproduz. Assim, o espaço destinado as cartas de leitores também colaboram para a construção de sentido de um jornal ao dar voz para seus leitores expressarem suas opiniões.

O jornal impresso é também lugar da sociabilidade, como preconizou Chartier (2001), quando nele busca informação, a processa na esfera privada, a refaz com suas próprias palavras carregando-a de valores, palavras que deseja ver publicadas, comentadas, sem fugir do risco de vê-las sendo desprezadas ou contestadas. Assim, ao escrever a jornais, leitores e leitoras se inserem no processo de circularidade da informação e contribuem com a produção de notícias.

O jornal se configura, ainda, como um elemento com poder de vincular seus leitores e leitoras a outros lugares e, também, de funcionar como uma forma de comunicação entre eles. Como a opinião que o jornal estampa é pública, conforme assinala Chartier (2001), é dessa opinião que se define um espaço de circulação do escrito entre os leitores. Assim, ao tratarmos especificamente da sessão cartas ela acaba se configurando como um espaço gestor de diálogo intra leitores e entre leitores e o próprio impresso, possibilita assim, um meio dialógico entre sociedade e mídia impresso.

Segundo Braga (2002) mais que demonstrar a eficácia direta e imediata do controle dos jornais, o estudo das cartas de leitores auxilia na percepção das lógicas do processo, “assim como sua potencialidade de fornecer aos usuários (à sociedade, portanto) um instrumento crítico interpretativo que possa ampliar sua competência de ‘leitura’, de escolha, de ‘edição’” (BRAGA, 2002, p.135). Para o autor, a carta funciona como uma resposta do leitor ao jornal. Dessa forma, leremos as cartas não só como resposta ao Jornal do Brasil, mas como uma ferramenta de expressão do público para

com questões sociais que lhes afligiam. Afinal, é interessante considerar que o debate que surgiu na sessão cartas durante o ano de 1979 foi referente a exibição de um programa televisivo, aparentemente sem vinculação direta com o jornal.

Das 20 cartas identificadas 13 foram escritas por mulheres e 7 por homens. Tais dados chamam a atenção por indicar a presença majoritária de autoras. A história da epistolografia mostra que até meados do século XX no Brasil, além do nível de escolarização dos homens ser maior que o das mulheres, a rotina com a escrita para fins profissionais era também um espaço masculino, enquanto para as mulheres destinavam-se exercícios de escrita em diários, de cunho pessoal. Portanto, enquanto os meninos eram educados para escrever mais com a razão do que com a emoção, ao mesmo tempo em que a sociedade valorizava a escrita doméstica como sendo uma atribuição do feminino (LAHIRE, 1997). Dessa forma, atentamos para o número de escritoras da sessão cartas como também um reflexo do aumento da escolarização para mulheres, inclusive em nível universitário nos anos 70, como o próprio tema das cartas ter sido específico sobre a vida e saúde da mulher.

Também chama a atenção a presença de autores homens nesse coletivo de cartas. Eles são quase a metade deste total o que reafirma a ideia que os temas referentes a reprodução, no caso ao corpo da mulher, são considerados de domínio público. A opinião masculina neste caso representa mais uma vez seu lugar de poder e privilégio na sociedade pelo fato de virem a público reivindicar questões que não são pertinentes a eles. A sociedade misógina e machista garantia e garante que homens pudessem opinar livremente sobre questões referentes ao corpo da mulher, como veremos em suas cartas.

Aqui, também se faz necessário uma breve caracterização histórica sobre a sessão cartas de leitores e o esclarecimento de sua importância para esta dissertação. Assim, para compreendermos de maneira profunda a relação mídia e sociedade as cartas de leitores aparecem como ferramentas únicas, possibilitando identificarmos grupos ideologicamente distintos e até o capital cultural de cada leitor, ou seja, um olhar detalhado sobre a esfera social que representa. Dessa forma, a sessão cartas do Jornal do Brasil no ano de 79 criou um espaço de debate sobre o tema da interrupção voluntária da gravidez.

As cartas de leitores também colaboram para uma reflexão mais orgânica da sociedade brasileira do final dos anos 70 pois compreende-se, dentre muitas coisas, as formas de pensamentos das pessoas no momento chave do problema desta dissertação, que foi a exibição do seriado *Malu Mulher* e seu reflexo na sociedade brasileira. Dessa forma, elas possibilitaram uma imersão no pensamento médio, ou senso comum, daquelas pessoas que assistiram pela primeira vez um programa de televisão que representava questões importantes sobre a vida da mulher. Não era apenas um programa de televisão, mas um seriado exibido pela maior rede de telecomunicação do país, cuja protagonista era uma das atrizes mais renomadas da emissora, ou seja, o arsenal de experiências compartilhadas por uma única fonte colaborou para a construção de uma análise sócio cultural do Brasil no final dos anos 70 e necessariamente a partir da repercussão das pautas feministas que estavam sendo disseminadas até aquele momento.

Em algumas cartas pôde ser notado que a questão do debate não era novidade, principalmente por conter opiniões esclarecidas, racionais e críticas a interrupção voluntária da gravidez. Isso demonstra que o alcance do discurso feminista não estava restrito ao ambiente acadêmico ou dentro dos partidos políticos de esquerda, mas circulava também pelas ações promovidas pelas ativistas nas ruas da cidade. As ideias também percorriam através da imprensa alternativa que resistia publicando novas edições esclarecendo as pautas do movimento como a liberdade sexual, o uso de anticoncepcionais, o apoio a mulheres que sofriam violência doméstica e sobre a necessidade da legalização do aborto. Dessa maneira, a criação do seriado apenas se apropriava de um tema que já era fluído na sociedade brasileira e representa-o da melhor maneira que lhe convém, como produto de um veículo de comunicação de massa. A exibição de *Malu Mulher* colaborou para a circulação do debate sobre o aborto em esfera midiática quando anteriormente ela ocorria em menor proporção, em um espaço mais controlado pelas feministas.

Assim, nas cartas é possível perceber a discrepância ideológica entre os leitores. Havia o grupo daqueles que eram minimamente informados ou pelo movimento ou por outras esferas sociais que divulgavam a perspectiva feminista e aqueles que reproduziam discursos conservadores sem uma análise crítica sobre o tema. Esta percepção colabora para caracterizar a desigualdade sócio cultural presente no Brasil, uma vez que até a comunicação da informação ficava comprometida. Um exemplo eram

as opiniões negativas que misturavam preceitos religiosos com a questão de saúde pública, ou aqueles que confundiam o direito a interrupção voluntária da gravidez com uma espécie de obrigatoriedade do mesmo por toda mulher grávida. A formulação do raciocínio destas pessoas é diretamente comprometida pela construção alienante da sociedade brasileira fundada na exploração para o funcionamento do sistema.

A desconstrução desta forma de pensamento é o projeto emancipador que a esquerda tentou construir, mas foi interrompida por sucessivos golpes de estado como o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas e a ditadura civil militar iniciada em 1964. Mesmo assim a resistência se consolida nas brechas desse sistema e é daí que surge a possibilidade de contestação, como veremos nas cartas de leitores com opiniões favoráveis. Dessa forma, apesar do Brasil ter vivido anos de repressão durante a década de 70, ainda assim foi possível existir um debate público sobre a questão do aborto através das cartas de leitores em um espaço midiático.

No entanto, ainda não foi esclarecido o que possibilitou a existência deste debate e, por isso, faz-se necessário refletir sobre as opiniões favoráveis a interrupção voluntária da gestação publicadas pelo jornal.

A reflexão sobre a existência de opiniões favoráveis à legalização que foram publicadas ao longo do período que o Jornal do Brasil exibiu em suas correspondências sobre *Malu Mulher* é fundamental para a possibilidade do debate ocorrido à época. Atentamos para o fato de que o Brasil estava sob uma ditadura civil militar e a censura que os meios de comunicação sofriam impediam-nos de ter uma plena autonomia sobre seu editorial. Dessa forma, é no mínimo curioso a presença de cartas como a de Cleusa Nunes da Silva, e outras que iremos analisar, com posicionamentos progressistas que iam de encontro com as normas morais da ditadura (FICO, 2004). A escolha do editorial e o processo de abertura política nos ajudarão a refletir sobre esta questão.

Na modernização do jornalismo no Brasil nos anos 50, aconteceu uma separação artificial entre opinião e informação. Isso significou que cartas dos leitores, editoriais, colunas, charges e artigos de opinião juntaram-se fisicamente em um lado específico da publicação e na outra as notícias, pretensamente isentas de opinião, juntaram-se em outro lado da publicação.

O editorial é o texto produzido pelo próprio jornal e que emite a voz da empresa jornal. As cartas dos leitores fazem parte de outra seção desse grupo opinativo de textos com uma curadoria separada. Mas há uma série de fatos para se levar em conta, quando se fala em cartas de leitores, como por exemplo o grande volume de correspondências e muitas vezes, por isso, falta de criticismo em sua seleção para publicação.

Quando falamos de imprensa e ditadura o discurso mais popularizado é o de resistência por parte de jornalistas. Alguns exemplos eram as mensagens subliminares nos textos que emitiam ao leitor as ações e repercussões do regime, além da tentativa de maquiar as denúncias e discussões políticos para o jornal continuar cumprindo o seu papel. Porém é preciso deixar claro que a mídia imprensa não foi apenas alvo da censura durante a ditadura civil militar. Em geral, as grandes corporações, sendo lideradas por grandes empresários, contribuíram para a manutenção da censura em seus próprios veículos de comunicação, caracterizando assim naquela época um modelo de jornalismo específico, que omitiam informações, eram parciais e se autocensuravam adequando-se ao regime (KUSHNIR, 2004).

Durante o período de redemocratização a imprensa permaneceu sendo um ator político importante no processo. Mesmo após o término oficial da censura à imprensa em 78, os jornais continuaram sob grande pressão até o final do governo Figueiredo. Neste período, o Jornal do Brasil tentou equilibrar-se sobre os avanços e retrocessos do processo de redemocratização, desempenhando papel destacado na formação da opinião pública sobre os rumos da abertura política. Assim, com o fim formal da censura à imprensa, abriu-se uma possibilidade de protesto e contestação ao regime. No entanto não passava de uma liberdade vigiada, afinal para a cúpula militarista, os meios de comunicação de massa eram considerados assunto de Segurança Nacional (DUARTE, 1982).

A oposição começou então a mobilizar a sociedade civil para pressionar o governo. Passou-se a exigir anistia “ampla, geral e irrestrita” a todos os presos políticos, exilados e cassados. Com o compromisso de aprofundar o processo de abertura, o presidente Figueiredo, em março de 79 assina a lei da anistia, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso. Anistiava todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 64, e a reforma partidária, aprovada em 29 de novembro de 79, estabelecia o fim do bipartidarismo, entre outras medidas. Ambas, possibilitaram respectivamente, a volta

à cena política de personalidades importantes para a democracia no Brasil, como Leonel Brizola e a reorganização das correntes políticas na forma de novos partidos.

Portanto, o que possibilitou a existência e publicação de cartas favoráveis a interrupção voluntária da gravidez e, consecutivamente, o debate ocorrido na sessão cartas, do Jornal do Brasil em 79 foi o processo de abertura política que o país viveu. O fim da censura à imprensa, determinada no ano de 78, inaugura a campanha oficial pelo fim da ditadura juntamente com a lei de anistia que seria aprovada em 79. Assim, com certa liberdade de expressão e forçando essa barreira justamente como uma das formas de luta pelo fim da ditadura, o Jornal do Brasil mescla em sua sessão de leitores opiniões favoráveis e contrárias ao tema. É possível identificarmos tais cartas como resistência a censura moral que os impressos e veículos de comunicação sofriam na medida que em seu conteúdo criticava diretamente o posicionamento conservador de uma classe privilegiada pelo sistema.

Dessa forma, através das premissas apresentadas iniciaremos uma reflexão sobre as correspondências e tentaremos responder a seguinte questão: por que 90% das cartas sobre o seriado *Malu Mulher*, encontradas ao longo de 79 e 80 no Jornal do Brasil, tratavam apenas sobre o episódio “Ainda não é a hora”? Partindo deste ponto construiremos um debate sobre a moralização da sociedade brasileira, a interferência religiosa nas questões jurídicas do país e a reflexão feminista sobre o tema da interrupção voluntária da gravidez.

### **3.3. As opiniões negativas das cartas de leitores: moralização da sociedade brasileira**

Assistindo a um seriado de televisão, *Malu Mulher*, chocou-me particularmente a forma leviana com que um tema da maior relevância – a vida humana – foi abordado. A forma de demonstrar a emancipação feminina, enfocou-se de maneira superficial a gravidez vivida fora do casamento e apresentou-se como solução a institucionalização do aborto, ou seja, a legalização da violência (Lea Nunes dos Santos, Jornal do Brasil, Caderno B, 21/06/1979, p. 2)

O trecho acima foi retirado da primeira carta destinada ao Jornal do Brasil sobre a exibição do episódio “Ainda não é a hora”. Foi publicada no dia 21 de junho de 1979, ou seja, uma semana depois do capítulo ir ao ar. Esta carta inaugura um debate que ocorreu na cessão cartas do jornal por e entre leitores sobre o aborto no Brasil. Inicialmente, as correspondências tratavam do viés negativo que o seriado *Malu Mulher* representou sobre a vida humana, ou seja, para as/os leitores a interrupção voluntária da gravidez era um desrespeito à vida.

As cartas contrárias, em geral não comentavam os acontecimentos do seriado ou as decisões das personagens envolvidas no problema, mas pautavam-se ora em condenar a abordagem do seriado sobre a mulher, ora em combater a legalização por argumentos morais e religiosos.

Aqui se faz necessário ressaltar o posicionamento oficial da Igreja Católica sobre a questão da interrupção voluntária da gravidez que é fundado na argumentação pela defesa da vida, reiterada como um princípio absoluto, imutável e intangível. Assim, a existência de uma pessoa humana, sujeito de direitos, desde o primeiro momento da concepção é a conjectura para se considerar a interrupção de uma gravidez como um ato homicida em qualquer momento da gestação e sob quaisquer condições. Dessa forma, tanto a sacralidade da vida humana e a condição de pessoa do embrião, fundamentam a condenação do aborto, integrando argumentos de ordem religiosa, moral e biológica (ROSADO, 2012).

Arelado a esses argumentos soma-se também a questão da ética religiosa que segundo a Igreja justifica seu posicionamento contrário a interrupção voluntária da gravidez baseado numa desconfiança em relação aos valores morais da sociedade contemporânea.

O posicionamento específico da Igreja brasileira sobre o tema não se diferencia do discurso oficial do Vaticano. Houve uma intensificação de intervenções em períodos-chaves no debate público sobre a interrupção voluntária da gravidez, como o início da década de 80, justamente quando o movimento feminista canaliza suas reivindicações para os direitos sobre o próprio corpo, o controle da capacidade reprodutiva e o aborto. Assim, os pronunciamentos da CNBB, assim como de bispos e párocos multiplicaram-se em níveis internos da Igreja chegando a grande imprensa. Os argumentos que foram

utilizados para restringir a liberdade das mulheres, nesse caso, eram os mesmos propagados pela Santa Sé, ou seja, da sacralidade da vida humana e a condição de pessoa do embrião (ROSADO, 2012).

Dessa forma, a moralização da sociedade brasileira frente ao tema do aborto é um ponto importante defendido entre os ativistas pró legalização (TIBURI, 2013). Tal questão pode ser compreendida a partir da construção social da vida moderna ocidental e, neste recorte, é fundamental atentarmos para o caso brasileiro. Sua histórica formação colonial, nos ajuda a entender questões basilares da sociedade que se construiu através da opressão. A trajetória de emancipação política no Brasil sempre foi apresentada pelas esferas de poder como concessões e nunca como direitos dos povos, propagando a compreensão de que os direitos adquiridos pela população nunca foram reivindicados (CARVALHO, 1987).

Esta ideia pode ser explicada por diversos fatores históricos e sociais, um deles por exemplo é a carência educacional da população. O projeto de Brasil ao longo da história, liderado pelas elites, não era emancipador para o povo, dessa forma, não era interessante garantir ensino de qualidade que promovesse uma sociedade pensante, que fosse ensinada a saber sobre o que podiam e deviam lutar. Sob uma perspectiva educacional, é ela que leva a emancipação e a mesma é negligenciada num contexto histórico de opressão do Brasil.

Esta breve análise não é novidade no campo da História, mas faz-se necessária quando examinamos pontos de vistas de cidadãos e cidadãs sobre questões da política nacional, como o direito às mulheres da interrupção voluntária da gravidez. Ao lermos cartas escritas por brasileiros, com posicionamentos contrários ao aborto diante da exibição de *Malu Mulher*, estamos lidando com discursos que fazem parte do senso comum e é esse ponto de vista que nos interessa. Assim, tentaremos ilustrar como parte da sociedade se mantém com posicionamentos conservadores à garantia de seus próprios direitos, ou seja, presa ainda na lógica opressiva criada pelo sistema que a construiu sem conseguir ser crítica.

Diante da perspectiva da formação social brasileira podemos tentar entender por que os pensamentos comuns entre tantos brasileiros eram e ainda são em consonância de autoridades políticas conservadoras, que promovem políticas públicas



apenas para seus interesses e não para a promoção de uma sociedade menos desigual, mantendo assim a ilegalidade do aborto no Brasil.

Dentro dessa lógica estrutural precisamos destacar o papel da Igreja Católica como principal entidade que dificulta o avanço do debate na esfera político e jurídica (MIGUEL, 2012). A tradição religiosa brasileira também é fruto da construção do sistema de opressão já comentado, quando se perseguiu diversas religiões que não a católica, ainda no período colonial, estendendo-se até a primeira república, desenvolveu-se uma sociedade intolerante com o diferente e majoritariamente fiel aos seus dogmas. Por outro lado, a existência de religiões pentecostais no Brasil vem crescendo e já nos anos 80 sua presença na esfera política colaborou com a recriminação do aborto. Dessa forma, a tradição cristã da sociedade brasileira intensifica a barreira para o avanço do debate em especial pela associação direta da interrupção voluntária da gravidez com o fim de uma vida, preceito religioso este mais caro para a Igreja. O problema que salientamos é: qual vida é valorizada? Uma que ainda não nasceu? E a vida da mulher que terá que interromper seus projetos para ocupar a função de mãe?

Outro ponto crucial para a Igreja é a valorização da família e o papel da mãe para sua consolidação. Portanto, aquela que gera um filho se torna mãe, cumprindo sua funcionalidade reprodutiva e sua essência feminina, num padrão normativo de sociedade. O principal problema desta perspectiva é singularizar a mulher à perspectiva da maternidade e não garantir a ela a possibilidade da escolha desta condição (BIROLI, 2014). A maternidade não deveria ser uma obrigação, mas enquanto a legalização não for aprovada, subjetivamente, ela é. Portanto, podemos compreender como a opinião pública, no caso desta pesquisa as escritas das cartas, em sua maioria, são ferozmente relutantes sobre o tema. A força histórica da Igreja Católica em nossa sociedade nos mantém, em parte, ligados ideologicamente a seus dogmas repressores, interferindo nas questões políticas do país, mesmo com a laicidade do estado.

A questão do aborto é também pauta da Igreja Católica, como parte de sua agenda voltada para a religião e família. Sua postura na discussão política tem sido sobretudo reativa, posicionando-se contrária às iniciativas lideradas pelo movimento feminista ou em consonância com este – referentes ao aborto como um direito – e utilizando sua abrangente estrutura para divulgar ideias e exercer pressões (ROCHA, 2006).

A moralização da sociedade é um dos maiores inimigos na luta pela legalização e ela só existe porque é baseada em dogmas religiosos. Muitas cartas contrárias a interrupção voluntária da gravidez foram baseadas na ideia que quem o cometeu não tinha fé, ou não estava espiritualizada, como na carta de Lea Nunes dos Santos citada inicialmente:

Errar é inerente ao ser: tentar reparar o erro com dignidade é o mínimo que podemos fazer para neutraliza-lo. Lutemos para dar condições saudáveis ao desenvolvimento da vida, nunca pelo seu extermínio. É difícil, eu sei; todavia, não é de acomodados que as grandes transformações dependem para ocorrer. O vazio da atualidade é de local e fé. Asseguro-lhes, porém, que não é esse o meu vazio. (Lea Nunes dos Santos, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 21/06/1979, p. 2)

Outro exemplo de mesmo conteúdo religioso é de um leitor/escritor que assina como Padre Ney Afonso de Sá, cuja carta foi publicada em 16 de julho:

A ideia de legalizar o aborto é o desconhecimento da grandeza que ainda há no mundo. Eu gostaria de dizer a leitora e a todos que uma razão de esperança que me anima é ver tanta gente que continua crer em Deus e na vida. Se alguma coisa nos falta, creio, não é a licença de matar os indesejados, nem o feticídio pago com o dinheiro público, mas vencer o desespero que solapa os espíritos. (Padre Ney Afonso de Sá, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 16/07/1979, p. 2)

Nestes trechos a contestação ao tema é atrelada a uma descrença na humanidade das pessoas que são a favor da legalização e estas são assim, segundo estas cartas, pela ausência de fé. Ou seja, a ideia de apoiar a interrupção voluntária da gravidez era imprópria aos olhos deste leitor que a única explicação possível para tal pensamento é a ausência de preceitos cristãos básicos para viver em comunidade. O caráter emocional em torno da questão se torna maior que a racionalidade referente, por exemplo, a vida da mulher diretamente comprometida com o cumprimento do aborto ilegal. Nesse momento podemos identificar a construção de um estereótipo para esse grupo de pessoas que passam a ser vistas como carentes de religião e, portanto, menos humanas.

As ideias presentes nestas cartas são muitas vezes equivocadas pois seus escritores confundem a lógica de uma política reprodutiva, como por exemplo a compreensão de que o direito ao aborto garantiria sua prática por qualquer mulher grávida:

Se todas as mulheres – ou a maioria delas – tivessem a sua mentalidade, ela certamente não teria escapado, teria sido abortada, afim de que fossem confirmadas as suas esperanças de um mundo melhor, que necessita, mais do que nunca, de exemplos e depoimentos mais dignos e de pessoas com sensibilidade. Como mulher e mãe que sou, deixo aqui a minha perplexidade e a minha revolta. (Ilka Matheus Tavares, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 16/07/1979, p. 2)

Na carta de Ilka Matheus Tavares, publicada em 16 de Julho, ela destinou sua resposta à de Cláudia Nunes da Silva, que no dia 7 de Julho teve sua carta favorável ao aborto, publicada pelo *Jornal do Brasil*. Ilka iniciou sua carta se questionando se Cláudia seria realmente uma mulher ou mãe por defender o tema que gerava o debate. Ao final de sua carta, ela intensificou a ideia que a legalização do aborto poderia garantir sua prática por qualquer mulher grávida, inclusive a da mãe de Cláudia, o que, segundo esta hipótese, a impediria de nascer. Este mesmo argumento é utilizado por Cláudia Beatriz Agueda em carta publicada em 22 de junho:

Será que estão querendo dizer que não há mais amor no mundo? Que o amor, em uma de suas formas mais belas, pura, simples, antiga e tão atual – o amor de mãe – já não existe mais? Será que os autores daquele capítulo do seriado já pensaram, alguma vez, em agradecer as respectivas mães por não tê-los abortado? (Cláudia Beatriz Agueda, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 22/06/1979, p. 2)

Este pensamento não representa a proposta que a política de legalização almejava desenvolver no Brasil. Podemos perceber que essas duas opiniões se fundamentam em princípios propagados no senso comum sobre o que de fato poderia mudar na vida das mulheres com a aprovação da lei. São fundamentadas por paixões morais socialmente construídas cujo medo é inflamado pela pauta religiosa. O direito a interrupção voluntária da gravidez é fundamentalmente para salvar a vida das mulheres que são obrigadas a comete-lo em condições precárias de saúde. Sua prática causa a morte de muitas mulheres no Brasil e a curetagem pós-aborto é a quarta causa de mortalidade materna nas clínicas de ginecologia e de obstetrícia do país até hoje (MELO, 2018).

Segundo publicação do jornal feminista *Nós Mulheres*, em julho de 78, bispos do Rio de Janeiro haviam denunciado o grande número de abortos feitos no Brasil até aquele momento, em resposta as feministas lembraram que o Brasil era um recordista em número de abortos no mundo, perdendo apenas para o Japão. Ao salientarem que a interrupção voluntária da gravidez era proibida no Brasil, o *Nós Mulheres* criticou a

posição do governo brasileiro que não tomava medidas eficazes para modificar essa situação, permanecendo assim a prática do aborto em condições insalubres. A única medida pública que viria a ser tomada era o Plano de Gravidez de Alto Risco, que entraria em vigor no segundo semestre do mesmo ano e sua principal motivação era a distribuição massiva de pílulas anticoncepcionais para mulheres com possíveis gravidez de alto risco. Em edição anterior, de setembro de 77, o *Nós Mulheres* havia denunciado as medidas destinadas a saúde reprodutiva das mulheres em relação a distribuição excessiva de anticoncepcionais por indústrias estrangeiras no Brasil. As feministas alertavam sobre as complicações de seu uso como o alto índice de esterilidade e outras contraindicações. Além deste ponto específico sobre a saúde e vida das mulheres o jornal denunciou o interesse da indústria farmacêutica em distribuir anticoncepcionais em especial para mulheres pobres e trabalhadoras, relacionado a questões equivocadas sobre o crescimento populacional do globo.

Tais teorias, baseados em estudos Malthusianos, associavam o crescimento populacional e a miséria em países subdesenvolvidos com uma crise da produção alimentícia, o que já foi comprovado e mostrado pelo próprio impresso que em países populosos como a Índia, que tiveram uma política de controle de natalidade baseado na esterilidade de homens e mulheres, isso não diminuiu os problemas sociais relacionados a fome e a miséria (NÓS MULHERES, 1977). Portanto fez-se necessário, através da imprensa feminista ainda em meados dos anos 70 um esclarecimento sobre os direitos reprodutivos da mulher brasileira, chamando a atenção para o direito a informação sobre os contraceptivos, suas contraindicações, para assim cada mulher escolher o método que melhor lhe atendia.

A questão da reprodução é de amplo interesse, tanto na esfera privada como pública. O feminismo, nesse caso representado pelas reportagens do *Nós Mulheres*, denuncia a exclusão da mulher das decisões sobre seu aparelho reprodutor. Dessa forma, a questão em torno do aborto segue no mesmo caminho, ou seja, a decisão sobre interromper ou não uma gestação ainda não era de direito das mulheres, mesmo quando compreendeu-se que este era um assunto de saúde pública.

Por isso, a primeira preocupação com a proposta da legalização é o bem-estar e vida da mulher, o que não tem nada a ver com a garantia do aborto para qualquer mulher, como comentado pela carta anteriormente. A escolha pela maternidade é

particular e subjetiva, envolve características sócio culturais independente da possibilidade desta mulher escolher pela interrupção voluntária de sua gravidez. Dessa foram, a garantia legal pela escolha do fim de uma gravidez não significa que toda mulher grávida irá decidir comete-la. Por isso, a perspectiva religiosa não contribui para o debate, apenas exacerba opiniões já cristalizadas contra esta escolha.

Uma das principais ferramentas de controle da Igreja era e é sobre o sexo fora do matrimônio. Por isso, entendemos que as pautas reprodutivas desenvolvidas a partir do desejo de libertação sexual da mulher durante o movimento feminista do final dos anos 70 e início dos 80, estão necessariamente ligadas a proibição da legalização do aborto. É fundamental compreendermos que a reivindicação da liberdade sexual no Brasil no final dos anos 70, foi possível por diversos fatores histórico social, como a chegada da pílula anticoncepcional, que gerou um grande incômodo nos setores conservadores da sociedade. O desconforto causado pode ser avaliado por diversas perspectivas, como a simbólica perda de poder dos homens sobre o sexo, ou como é um dos focos desta análise, pela construção da moral cristã.

Em algumas cartas podemos encontrar o discurso em defesa da moral brasileira e este ponto é atrelado a questão do sexo fora do casamento, remetendo-se ao dogma religioso como nos trechos das cartas de Lea Nunes dos Santos de 21 de junho, Cláudia Beatriz Aguenda de 22 de junho e de Antônio Benedito de Carvalho de 30 de junho:

A forma de demonstrar a emancipação feminina, enfocou-se de maneira superficial a gravidez vivida fora do casamento e apresentou-se como solução a institucionalização do aborto. (Lea Nunes dos Santos, *Jornal do Brasil*, 21/06/1979, p. 2)

É com tanta relação sexual pré e extramatrimonial, muitas vezes não se pode evitar que uma gravidez ocorra, mas, em nome da liberação feminina, da ascensão econômica, da falta de responsabilidade – do homem e da mulher, ela a futura mãe, deve abortar. (Cláudia Beatriz Aguenda, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 22/06/1979, p. 2)

Com tal programa, não apenas inescrupuloso, mas acima de tudo repulsivo e chocante, insinua-se a conveniência do aborto legal, dando-se a impressão de que o crime não está em matar uma criança antes de nascer, mas em assassiná-la sem que haja uma lei humana que o permita. Quando as coisas se revelam em tal estado de desgraça, temos de reunir energias morais para enfrentar o desânimo que nos ameaça quantos aos rumos da sociedade. (Antônio Benedito de Carvalho, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 30/06/1979, p. 2)

O último ponto que gostaríamos de destacar são as críticas à Rede Globo de televisão pela produção de *Malu Mulher*. Alguns discursos demonstram surpresa pela qualidade da equipe técnica e artística do seriado, outros criticam um possível autoritarismo do diretor geral da Globo, sendo este o grande culpado pela “propaganda do aborto”.

Com uma interpretação excelente, a “mulher-ex-namoradina do Brasil” grita, em todos os quadrantes e cantinhos do território nacional, que realmente os valores continuam fora de ordem, mas tudo bem. (Claúdia Beatriz Aguenda, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 22/06/1979, p. 2)

Mas há uma série, *Malu Mulher*, de início uma empostação de comédia, na qual o todo-poderoso Boni de Oliveira vetou tudo, exigindo real dramaticidade dos episódios “Nada de água com açúcar” (...) Mas prevaleceu a vontade de Boni. Optou-se por uma armação “séria”, semidoutrinária, quase discursiva, e o resultado dessa empostação veio a se revelar dia 14 de Junho em *Malu Mulher*, tão ridículo quanto irresponsável. Ali se fazia, a sério, propaganda do aborto, de uma forma especialmente nociva porque superficial e inconsequente. (...) Está aí a seriedade que Herr Boni queria. A TV veiculada para um povo pobre, sofrido e desinformado, a solução charmosamente apresentada pela namorada-desquitada do Brasil: cometer um crime contra a vida humana. (João Luis Coelho da Rocha, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 30/06/1979, p. 2)

O primeiro trecho é retirado da carta de Claúdia Beatriz Aguenda, publicado em 22 de junho. O conteúdo geral corresponde à crítica incisiva a questão do aborto proposto teoricamente pelo seriado, pautando-se em questões religiosas de cunho moral, como já foi exposto, mas o que chamou atenção é que apesar da negativa sobre o tema, o elogio a atuação de Regina Duarte como Malu, permanece. Assim, podemos observar parte do sucesso sobre a escolha desta atriz como a protagonista do seriado. Era preciso uma atriz que o público respeitasse para que a aceitação do produto fosse mais fácil, uma vez que tratar sobre o tema do aborto na televisão seria inusitado e desafiante. Por isso, quando lemos a carta de Cláudia, percebemos que a credibilidade de Regina Duarte em certo momento garante a atenção dessa telespectadora, aparentemente conservadora.

O segundo trecho é de João Luis Coelho da Rocha publicada em 30 de junho, depois de uma sequência de quatro cartas também negativas publicadas no mesmo dia. No início de sua carta, elogiou diversas produções da Globo e citou Janete Clair como uma das principais autoras da teledramaturgia brasileira, mas seu tom é hostil quando começou a criticar *Malu Mulher*. Desqualificou a produção que aparentemente não tinha

autonomia criativa, visto que o diretor geral Boni, era quem comandava a emissora. Associou-o ao líder fascista, Adolf Hitler ao chama-lo de “Herr Boni”, comparando seu trabalho ao de um ditador, quando todas as decisões são tomadas por ele mesmo. O tom agressivo de João denota uma intolerância direta com o conteúdo exibido pelo seriado, e o desconforto é tamanho que ele se dirigiu apenas ao diretor geral da casa, um homem, como ele. Nas entrelinhas podemos interpretar que para o leitor a existência de um programa voltado para mulheres, sobre mulheres, na maior rede de televisão do país, só poderia ser obra de um líder autoritário e leviano. Portanto, associa a imagem de Boni a uma das figuras históricas mais terríveis do mundo para justificar a “propaganda do aborto” relacionando o debate da legalização às políticas ditatoriais.

Tal complexa comparação enaltece a gravidade da associação do direito a interrupção voluntária da gravidez com uma política leviana. A desqualificação das ideias promovidas pelo feminismo é prática histórica do patriarcado, por isso a promoção da legalização, neste caso, também foi motivo para diminuir sua importância. Ou seja, as opiniões negativas sobre as causas das mulheres são enraizadas na sociedade brasileira chegando à extremos como mostrado na última carta.

### **3.4. As opiniões positivas nas cartas de leitores: possibilidade de mudança**

Parabéns a TV Globo pelo excelente programa *Malu Mulher*, que tem tido a coragem de enfrentar um problema que aflige uma grande parte do povo brasileiro e cuja solução é o aborto legalizado. (Cleusa Nunes da Silva, Jornal do Brasil, Caderno B, 7/07/1979, p. 2)

O trecho apresentado inaugurou a opinião positiva em relação ao episódio “Ainda não é a hora” de *Malu Mulher*. Cleusa iniciou sua carta elogiando a emissora Globo pelo programa *Malu Mulher*, ela salientou o fato de o aborto ser um problema e se posicionou favorável à legalização. No decorrer do texto, ela apresentou quatro consequências graves que geralmente aconteciam com os filhos indesejados: “1) abandono; 2) espancamento; 3) marginalidade 4) carência total; etc.” e afirmou que seria uma pessoa mais feliz quando o aborto fosse permitido por lei, em especial para ajudar as mulheres que não podiam pagar pelo procedimento.

É fato que a ilegalidade de uma coisa não garante sua prática, vide o narcotráfico na América Latina, o período de lei seca nos Estados Unidos no início do século XX e no caso da interrupção voluntária da gravidez no Brasil. Nestes casos a ilegalidade garantiu a existência de mercados paralelos, sem fiscalização de qualidade e maior risco a segurança e saúde pública. Dessa forma, a denúncia que a carta faz é fundamental por reivindicar melhores condições de vida para mulheres pobres, uma vez que estas são a classe social mais vulnerável às ações clandestinas das clínicas.

O aborto é praticado no Brasil por mulheres de diversas classes sociais e o problema comentado por Cleusa é a possibilidade do procedimento seguro apenas por mulheres de classe alta, que podem eventualmente pagar a mais com garantia de sucesso. Este é um dos pontos principais das feministas que reivindicavam a legalização no início dos anos 80, que todas pudessem ter acesso gratuito e seguro, haja vista o aumento do índice de mortes ou complicações pós aborto (BARSTED, 1992). O movimento feminista, ainda no final dos anos 70, questiona o tabu em torno do debate e já o mencionava como problema de saúde pública. Um estopim para a questão se tornar pauta efetiva do movimento foi a já comentada ação policial, no ano de 1980, em uma clínica clandestina, no bairro de Jacarepaguá no Rio de Janeiro, tendo os médicos, funcionários e pacientes presos. Houve uma ação de um grupo de mulheres para pagar a fiança, em forma de protesto, de todas as mulheres que tinham sido presas, e esta foi a primeira manifestação pelo direito ao aborto legal, que contou com vários grupos feministas. (MELO, 2018). Essa é uma forma de mostrar que a solidariedade entre as mulheres representa a força política de suas reivindicações, exigindo do poder público medidas eficientes pela vida das mulheres.

Em outra carta publicada em 16 de julho de 1979, Theresinha de Jesus Lopes Ahouagi também argumenta sobre as distinções sociais das mulheres que praticavam o aborto e acrescentou o pudor social sobre o sexo:

O ponto principal (...) é que *Malu Mulher* não fez a apologia do aborto e sim denunciou um comércio consentido, por omissão, por nossa virtuosa sociedade. São as clínicas de aborto onde, em nome de um sórdido código de cumplicidade – você precisa, eu faço, estamos quites – morrem ou são destruídas para sempre moças de todas as categorias sociais. Acho que o importante no momento não é a legalização ou não do aborto. O primordial, o básico, é uma conscientização de que o sexo é natural, normal e acontece com mais frequência do que muitos querem aceitar entre pessoas não legalmente casadas. Por isso eu pergunto (...): em nossa sociedade de padrão duplo, ao rapaz é facultado o direito de ter relações sexuais quando bem



entender. (...) Às moças é ensinado que não se deve fazer isso. (...) Está armado o palco da tragédia. Como é que fica? Os rapazes terão relacionamento sexual com quem? Com bonecas de cera, com fantasmas? (...). (Theresinha de Jesus Lopes Ahouagi, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 16/07/1979, p. 2)

O tom da autora representou revolta sobre a hipocrisia que existia e existe na sociedade brasileira em torno do sexo. A partir do tema disparador que *Malu Mulher* proporcionou, ou seja, a legalização, ela refletiu sobre porque as mulheres precisavam chegar ao ponto de interromper uma gravidez e a raiz da questão foi a não naturalização do sexo. O ponto de vista apresentado compreende que não é qualquer sexo que é recriminado, mas àquele praticado 1) fora do casamento e 2) pelo puro desejo das mulheres de praticá-lo. A questão da moralização da sociedade é exposta na carta de Therezinha quando ela comenta que os meninos são estimulados a praticar o sexo, mas não as meninas. A leitora então questiona quem serão as parceiras desses homens, se às mulheres o sexo não é naturalizado. O fato de a exposição contemplar apenas relações heterossexuais também é um problema, mas ela colabora para a reflexão que se um dos gêneros não é permitido a relação sexual antes do casamento, então o outro, no caso o masculino, teria com quem?

Ao longo da carta existe uma abordagem interessante sobre os hormônios presentes no organismo humano responsável pelo desejo sexual. Portanto, perceber que o desenvolvimento de meninas e meninos também significa o desenvolvimento de sua sexualidade, sendo este intrínseco ao corpo, pode colaborar para a desmitificação do sexo entre gêneros diferentes. A ideia da sexualização dos homens desde muito novos vem de uma construção social patriarcal cujo o poder e direito ao prazer deveria ser apenas deles. Enquanto as mulheres precisariam recolher seus desejos tão fisiológicos quanto dos homens, apenas para fins reprodutivos dentro da instituição do casamento. Esta fórmula de educação/dominação social é histórica e necessária para a consolidação do sistema político vigente.

O tema da moral continuou sendo abordado como crítica à ilegalidade, assim como a reflexão desses leitores, sobre o destino das crianças que não foram planejadas ou desejadas. Esse é o conteúdo da carta de Denise Dias:

Sobre o capítulo do dia 14 de junho da série *Malu Mulher* e as acusações revoltadas contra o tema abordado (aborto), dou-lhes direito à opinião, mas

que não caíam no radicalismo. As cartas publicadas no *Jornal do Brasil* diziam que era pleno direito de uma criança que a deixassem (...) se é direito essa mesma criança morrer antes de completar um ano, por falta de recursos médicos, ou melhor, de dinheiro. Gostaria também de saber se é justo essas crianças serem abandonadas, aumentando ainda mais o número de menores com esse problema, mendigando pelas ruas, sujos e maltrapilhos, sujeitos a dezenas de doenças, sem estudar, sem futuro. É justo, senhores? Pergunto também aos que escreveram exigindo moralidade na TV, se fazem uso de anticoncepcional. Eles também evitam que as crianças nasçam. Acredito que são programas como esse que alertam o povo e as autoridades para problemas sociais como o aborto, feito em precárias condições, sem nenhuma assistência às pacientes. (Denise Dias, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 25/07/1979, p. 2)

A autoria da última carta sobre o episódio é de Norma Silva Hawer e, assim como o título, o conteúdo de seu texto é sobre a irresponsabilidade masculina.

O assunto aborto, explorado em um dos episódios de *Malu Mulher* e que tanta polêmica tem provocado, não foi (como não o e na vida real) abordado sob o prisma da responsabilidade do homem. Não havendo partenogênese, obviamente a mulher não engravida sozinha. Entretanto, na hora de tomar uma atitude quanto a deixar ou não florescer uma vida em botão, ela está sempre só. (...) Nosso Código Civil, retrógado e, principalmente, machista, não dá a mulher solteira o direito de registrar seu filho, dando-lhe a paternidade. Será que essa criança foi trazida pela cegonha? Entretanto, o pai solteiro dá seu grande nome a um filho, registrando-o sem omitir a maternidade. Por que? (...) Os machões brasileiros negam-se a reconhecer os filhos que geraram fora do casamento e nada, nada mesmo, os obriga a fazê-lo. (...) a mentalidade masculina é a mesma de todos os séculos, sendo agora, um pouco pior: se a mulher quer liberdade sexual, que se vire quando vier um filho; o pai machão estará livre. Que assim seja. (Norma Silva Hawer, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 21/09/1979, p. 2)

As palavras de Norma esclarecem a sociedade machista em que vive ao exemplificar em termos jurídicos a impossibilidade de uma mãe solteira registrar o seu filho. Diante da lei as mulheres não podem escolher pelo aborto e nem o registro de nascimento do filho, são duas escolhas referentes diretamente ao corpo e a vida da mulher que na verdade quem decide é o Estado. A legislação brasileira, como caracteriza Norma, é retrógrado e garantidora do privilégio dos homens. Dessa forma, enfatizamos que enquanto a mulher não tiver o direito de escolha sobre o aborto, ela não terá o exercício pleno da sua cidadania. A autonomia da mulher, no Brasil nos anos 80 e até hoje só será completa quando elas puderem decidir sobre os seus corpos.

Um ponto interessante que mostra a diferença de conteúdo das cartas negativas às positivas é que a segunda despende maior atenção em interpretar o episódio “Ainda

não é a hora”, disparador do debate. Assim, os discursos são construídos retomando a fonte da questão como os exemplos das cartas de Adrienne Galano e Fernanda Levi, publicadas em julho, e de Norma Silva Hawer, publicada posteriormente em setembro:

De maneira nenhuma senti que o programa era incentivo ao aborto. Era sim, específico de uma determinada situação, onde aquela menina (Lucélia Santos) não poderia ter aquele filho. Dentro do ponto de vista dela, havia que fazer uma opção. E eu achei a ideia bastante sadia. Condenar o aborto não é a opção, porque já é um fato tão real que a simples condenação acaba sem força diante da realidade. Todo mundo tem consciência do que está fazendo, das condições que tem de enfrentar qualquer coisa. (Adrienne Galano, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 25/07/1979, p. 2).

Fiquei estarelecida quando, dia 30 de junho, li uma bateria de cartas condenando o programa *Malu Mulher*. (...) O programa não foi uma apologia do aborto, e sim uma pequena amostra do que acontece diária e impunemente nas clínicas carniceiras. E uma minoria ativa teme a opinião pública, porque infelizmente a grande maioria do povo brasileiro não se manifesta. (Fernanda Levi, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 25/07/1979, p. 2).

A mocinha avançadinha do episódio polêmico de *Malu Mulher* não teve coragem de enfrentar as consequências de seu ato e muito menos de expor o assunto a seu companheiro para que juntos tomassem uma decisão. Se a única saída fosse o aborto, que procurassem a clínica clandestina (?), mas que o homem também assumisse o problema. (Norma Silva Hawer, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 21/09/1979, p. 2).

Podemos perceber uma avaliação mais detalhada sobre o que se vê no seriado quando no discurso existe referência a momentos do episódio, personagens e situações. O exercício de recorrer a fonte para organizar a ideia que deseja expressar, enriquece a escrita tornando-a mais acessível. É o tipo de exercício que historiadores e acadêmicos utilizam para desenvolver seu trabalho. Assim, nestas cartas notamos que o discurso não era apenas sobre o aborto, mas sobre a interpretação do seriado sobre o tema, e dessa forma os autores tentaram explicar a motivação do capítulo de *Malu Mulher* sem desqualificar sua produção pelo discurso moralizante.

Em muitas cartas encontramos discursos condenando pensamentos moralistas sobre o direito ao aborto no Brasil; em um dos casos, por exemplo, a crítica vai além, chegando ao ponto conceitual deste debate para o movimento feminista:

(...) Nós defendemos o direito de todas as mulheres terem o controle sobre seus corpos, o que implica que elas tenham o mais amplo acesso a contracepção, acompanhada de controle médico adequado e a opção do aborto como último recurso. Estas são as condições necessárias para a eliminação da hipocrisia no aborto no Brasil. (Beth Lobo, Bruna Franchetto, Anna Leite, Darcy Esquivel, E. Pinto, E. Gonzalez, Eliana Reis, Dorine

Plantega, Claudomira Mello, Lígia Rodrigues, Leila Pereira, Lula Nunes, Maria Alice Rocha, Mira Lopez, Maria José de Lima, Miriam Abramovay Nina Magalhães, Stella Maria Mendonça, Martha Teles e Marhel Oliveira, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 8/08/1979, p. 2)

É importante ressaltar que algumas autoras desta carta foram mulheres atuantes dentro do movimento feminista nos anos 80 como Beth Lobo, uma relevante acadêmica feminista brasileira, socióloga, foi professora da USP e ativa militante pelos direitos sociais, pelos direitos das mulheres, com especial atenção às trabalhadoras. Bruna Franchetto é atualmente professora titular da UFRJ, docente do corpo permanente dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e em Linguística e Filologia. Miriam Abramovay é coordenadora da área de juventude e políticas públicas da Flacso; membro da rede ibero americana de Infância e Juventude da CLACSO. Coordena atualmente os Projetos: O Papel da Educação para Jovens afetados pela Violência e outros riscos no Ceará e no Rio Grande do Sul e foi professora da Universidade Católica de Brasília. Lígia Rodrigues é física, disciplina em que se doutorou, elabora pesquisas para o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e tem também participação histórica em grupos feministas dos anos 70 e 80. Maria Alice Rocha é autora do manifesto “A legalização do aborto - que tome a palavra a mulher” distribuído na cidade do Rio de Janeiro em fevereiro de 1980 e do livro “Marli Mulher: tenho medo de barata, de polícia não” com coautoria de Maria Tereza Morais, uma das editoras do jornal feminista *Mulherio*. E Maria José Lima, enfermeira especialista em administração aplicada à enfermagem pela EE-USP e amiga de Danda Prado. As duas se conheceram em Paris nos anos 1970 quando Danda estava exilada na cidade e durante esse período, as duas foram, impulsionadoras do feminismo no Brasil (CLAM+10, 2010).

Ao longo desta carta as autoras elogiaram a Rede Globo por “mérito de levantar pela primeira vez nos meios de comunicação de massa a questão do aborto no Brasil”, acentuaram a verossimilhança do capítulo com a realidade das clínicas clandestinas, mas também criticaram a ausência de representação de mulheres pobres “No entanto, *Malu Mulher*, concentrando-se na classe média, não aborda, o problema de uma maneira global.” Contudo, esta é uma das poucas cartas que se posicionaram abertamente a favor da legalização do aborto e que almejavam que as mulheres pudessem decidir sobre seus próprios corpos.

Para esclarecermos esse ponto é importante fazermos um exercício de compreensão sobre o sistema em que vivemos; para isso, recorreremos a explicação desenvolvido por Silvia Federici (2017) sobre o poder do Estado sob a ótica feminista.

Segundo Federici (2017), a base da teoria marxista se baseia no surgimento do capitalismo a partir da exploração da mão de obra masculina e que o desenvolvimento do sistema lucrativo advém dos gastos dos salários desses trabalhadores que se tornaram consumidores. O questionamento da autora é a negligência que as mulheres sofrem nessa lógica, uma vez que são consideradas mão-de-obra não remunerada, por sua principal atividade ser dentro de casa. Ora, na perspectiva marxista tradicional as mulheres deveriam receber os mesmos salários que os homens e ocupar os mesmo espaços de trabalho, ou seja, nas fábricas e o trabalho doméstico deveria ser remunerado, porém, o que não é percebido nesse pensamento é que o trabalhador só sobrevive e se recarrega para um novo dia de exploração baseado no trabalho doméstico, feito por mulheres, não remuneradas.

Quando um funcionário da fábrica volta para casa no intuito de descansar, se alimentar e cuidar de sua higiene pessoal, é neste momento que a válvula do motor corpo humano é renovada. Ora, se o trabalho doméstico é feito pela mulher, então cabe a ela o bem-estar de seu parceiro e diretamente a responsabilidade para a manutenção da força desse homem no trabalho do dia seguinte. Por outro lado, as mulheres do proletariado além de exercer suas atividades em casa para o seu bem-estar e do cônjuge, também é força de trabalho em outro setor do sistema também. Dessa forma, o trabalho feminino era e é duplo, sendo o lucro e os holofotes lançados apenas para a elite patriarcal.

Por isso, as feministas marxistas dos anos 70 em diversos locais do mundo, por exemplo, não reivindicavam as mesmas condições de trabalho e salário que os homens, pois sabiam que dentro da esfera privada seu trabalho permaneceria não remunerado. Esse é um ponto importante para as feministas brasileiras. Em reportagens do jornal *Nós Mulheres* de 1976 foi feita uma entrevista com 7 donas de casa das cidades de Mauá, Osasco, São Caetano e São Paulo sobre as dificuldades do ofício do lar, que em alguns casos eram conciliados com o trabalho fora de casa. Na entrevista as mulheres relataram a exaustão da dupla jornada de trabalho, em alguns casos explicavam que sabiam que eram fundamentais para o funcionamento do mercado pois seus maridos necessitavam

dos cuidados delas pra trabalhar no dia seguinte. A reportagem ainda mostrou cálculos realizados na França, na década de 60, mostrando que a dona de casa com 2 ou mais filhos trabalhava em média 78 horas por semana, quando esta ficava só em casa e 84 horas por semana, quando também trabalhava fora “e depois dizem que prendas domésticas não é trabalho, ou ainda que a jornada de trabalho atual é de 8 horas...” (NÓS MULHERES, 1976).

Dessa forma, as feministas do *Nós Mulheres* relembram sobre a necessidade em tratar o trabalho doméstico como uma das locomotivas centrais do sistema capitalistas e reivindicam que o trabalho doméstico fosse socializado, ou seja, que existisse creches e lavanderias coletivas, restaurantes populares e serviços coletivos de limpeza das casas. Tais serviços seriam implementados para a melhoria da vida em coletividade e não para dar lucro apenas para algumas empresas.

Uma possível solução para a questão do trabalho doméstico era torna-lo assalariado. Essa medida foi reivindicada por feministas irlandesas em 1972 estimulando a ideia em outros países que tinham grupos feministas atuantes. No Brasil essa questão foi discutida por sugestão do *Nós Mulheres* a um grupo de donas de casa que dividiram opiniões favoráveis e contrárias a medida. A princípio, o resultado do debate publicado no jornal, mostra que a reivindicação de direito para as mulheres, em especial a remuneração do trabalho doméstico, ainda demandava tempo para a conscientização de sua exploração e consecutivamente sua modificação.

Retomando ao pensamento de Federici (2017), é possível entender que a submissão das mulheres na sociedade capitalista acontece porque elas não recebiam um salário e este é o poder que só homens tinham, ou seja, a divisão sexual do trabalho mascara o trabalho mais importante para sustentar o sistema, que é feito por mulheres, dentro dos seus lares.

Partindo dessa análise percebemos que o capitalismo só se sustenta pela opressão, vide exemplos seculares de crises em que a solução foi a exploração, como a chegada ao Novo Mundo, o Imperialismo, com a divisão do continente africano entre nações europeias e a guerra fria, por exemplo. Estes foram momentos da história que os povos colonizados, índios, negros e mulheres mais sofreram com a violência e consequência do sistema capitalista. Assim, a consolidação do capitalismo entre os

séculos VXI e VXII, é atrelada a perseguição e morte em massa de mulheres. Isso ocorre, principalmente, por uma crise de reprodução que a sociedade europeia viveu na baixa Idade Média e na construção da figura da mulher como bruxa, causadora do mal que assolou a região (FEDERICI, 2017). A base desse raciocínio se perpetuou historicamente, condicionando às mulheres à uma vida miserável, sem possibilidade de trabalho e conseqüentemente salário, mas essencialmente excluída à vida política. Ao longo dos séculos existiram alternâncias e flexibilizações da condição da mulher na vida pública, mas a marginalização em relação a sua capacidade intelectual e de trabalho fora de casa permaneceram.

O que nos motiva a resgatar o pensamento de Federici (2017) é nosso interesse em apontar a relação lógica entre a proibição do aborto com a opressão do sistema capitalista. O cerne desse sistema está na exploração da mão-de-obra e a melhor forma de controlar a manutenção dele é controlando a reprodução. São das mulheres que nascem os filhos que se tornarão trabalhadores, portanto não cabe a elas a decisão sobre isso. A reivindicação do movimento feminista dos anos 80 concentra-se no discurso do corpo como propriedade da mulher, e por isso, só ela poderia decidir sobre o que aconteceria com ele, mas o capitalismo entende o corpo feminino como propriedade do Estado e a serviço dele para a manutenção do sistema. Por isso, o debate sobre a legalização do aborto é uma questão longa, que vivemos até os dias de hoje, pois além de envolver diversos setores sociais, como entidades religiosas e políticas, ele mexe com a estrutura do capitalismo.

### **3.5. Cartas respostas: diálogo entre os leitores e as subjetividades dos sujeitos históricos**

Uma prática comum na sessão de cartas é o diálogo entre os leitores quando estes respondem diretamente ou indiretamente um ao outro. Na seleção desta pesquisa encontramos 7 trocas de mensagens. Algumas fazem referência a uma determinada carta, elogiando o posicionamento da pessoa, como é o caso de Antônio Benedito de Carvalho e Teresa Cristina Dantas Cunha Gonçalves, publicadas respectivamente em 30 de junho

Felicito a Sra Cláudia Beatriz Agueda pelo excelente comentário ao repugnante programa *Malu Mulher*, que a TV Globo teve a infelicidade de levar ao ar em 14 de junho, com total desrespeito à sensibilidade moral de quantos a eles assistiram. Lamentavelmente, a mesma emissora que promove arrecadação de material em favor do menor põe em plano de inferioridade um direito fundamental da criança, que é o direito à vida desde o seio materno. (Antônio Benedito de Carvalho, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 30/06/1979, p. 2)

Foi com emoção que li, dia 21 de junho, a carta de Lea Nunes dos Santos sobre o seriado *Malu Mulher*, da TV Globo. Toda a revolta que sentia ao ver não só a defesa do terrível aborto mas a influência da Rede Globo e o prestígio da atriz Regina Duarte alastrando ideias a tal nível de desumanização, foi abordada com grande destreza por D. Lea. (Teresa Cristina Dantas Cunha Gonçalves, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 30/06/1979, p. 2)

Os elogios descritos às cartas na realidade são destinados as suas autoras Claudia e Lea, possibilitando uma aproximação de ideias entre essas pessoas, a fim de reafirmar o posicionamento contrário a questão do aborto. Esse tipo de comunicação estimula a criação de laços fraternos dentro do grupo que condena a legalização por demonstrar compatibilidade ideológica e cordialidade entre as pessoas. Dessa forma, ao perceber que sua ideia é compartilhada por outras pessoas, e seu posicionamento é elogiado publicamente, como no exemplo das cartas mostradas, a tendência é a consolidação cada vez maior do ponto de vista defendido.

Em outros casos a diversidade de opinião gera respostas acusativas e pejorativas:

Mando um recado para a estranha criatura, que não pode ser mulher e muito menos mãe, Cleusa Nunes Silva, do Rio de Janeiro, que teve a infelicidade de declarar na sessão Cartas que “Terei um pouco mais de esperanças neste mundo, caso o aborto seja legalizado(...)”. (Ilka Matheus Tavares, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 16/06/1979, p. 2)

Nota-se como tais opiniões foram levadas para o lado pessoal, a título de ofensa. Vale atentar que a mágoa da autora desta carta é fundamentada em questões morais, desconsiderando a racionalidade ou a relevância da opinião de quem ela se refere.

Podemos encontrar também a ideia da comunicação apenas como um estímulo para a pessoa escrever sua carta, quando ela cita que concorda ou discorda da opinião do outro. São exemplos as cartas do Padre Ney Affonso de Sá e de Maurício Guilherme Gomes Pedrosa.



A propósito do aborto, a Sra Cleusa Nunes Silva escreveu, dia 7, que quem pode o pratica, quem não pode tem de por no mundo uma criança indesejada que cairia na desgraça. Honestamente, tenho visto exatamente o contrário. Pessoas que se multiplicam para socorrer inocentes malnascidos, genitores generosos que assumem a criança, quando tudo favorecia elimina-la. (Padre Ney Affonso de Sá, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 16/07/1979, p. 2)

Gostaria de expressar minha concordância com a carta “Aula de Egoísmo”, de Cláudia Beatriz Agueda, publicada em 22/06/79. Pesquisas recentes no campo da Psicoembriologia, envolvendo análise da memória extracerebral, revelam que a vida intra-uterina é percebida e registrada pelo feto, que em muitos casos liga-se ao seu corpo material logo nas primeiras semanas de gravidez. As consequências do aborto para a mulher e para a criança – dizem – são nefastas (...) Mais do que nunca, cientistas em todo o mundo recomendam a prudência. E é isso que eu gostaria de dizer a milhares de mulheres que pensam em abortar; se não for por amor, que seja por prudência. (Maurício Guilherme Gomes Pedrosa, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 30/06/1979, p. 2)

A resposta do Padre Ney, além de crítica a opinião de Cleusa, foi uma possibilidade de apresentar seu ponto de vista sobre a vida de crianças abandonadas no Brasil. Ao relatar sua percepção sobre a adoção, ele tenta justificar sua opinião contrária a legalização a partir de sua micro experiência, que seria suficiente para amparar tantas crianças abandonadas no país. Enquanto na outra carta, de autoria de Maurício, tenta apresentar uma perspectiva diferente introduzindo a questão da importância da vida intrauterina e dos malefícios que o aborto poderia causar para o feto e para a mulher.

Existia uma forma de comunicação genérica sob a perspectiva de crítica às opiniões negativas à legalização do aborto:

Espantei-me ao constatar que ainda existem pessoas que não assimilam nada que a televisão tem de bom a nos oferecer e se continuarem assim, nunca assimilarão (...) Nas cartas (...) observo que essas pessoas ainda proclamam o falso pudor, e por conseguinte, considero-as desprovidas de caráter pois, além disso, já devem ter praticado o aborto (quem sabe?) (...). (César Lira Quintlere, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 16/07/1979, p. 2)

Fiquei estarecida quando, dia 30 de junho, li uma bateria de cartas condenando o programa *Malu Mulher*. Não entendi os protestos dessas pessoas. O que elas querem? Que todos os jovens tenham 40 anos na cabeça? Que errar é imperdoável? Uma Sra Júlia Parente Furtado misturou ecologia, fauna e flora com destruição de seres humanos indefesos e inocentes. Essa destruição eu entendo em guerras ideológicas, em que a grande maioria sofre, as vezes nem sabendo por quê. (Fernanda Levi, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 25/07/1979, p. 2)

Os exemplos citados demonstraram perplexidade ao posicionamento conservador de muitas cartas de leitores. Argumentaram sobre a falta de interpretação de grande parte do público sobre o conteúdo produzido por *Malu Mulher*, assim como a escassez na fundamentação teórica de seus pensamentos quando a principal ferramenta de contestação foi a desqualificação da produção artística do seriado. Por último, em tom didático, tentaram esclarecer sobre o que de fato o episódio “Ainda não é a hora” tratou, utilizando exemplos como o cotidiano dos jovens ou as próprias experiências ao assistir o capítulo com suas famílias.

Ao analisar as opiniões presentes nas cartas é possível afirmar que a repercussão do episódio “Ainda não é a hora” foi positiva para a pauta específica do feminismo referente a interrupção voluntária da gravidez. Diante do que foi dito pelos leitores, mais especificamente pela existência de um debate entre leitores sobre o tema, o seriado colaborou para a ampliação de sua discussão em esfera nacional. Mesmo não tendo abordado questões referentes às mulheres de baixa renda, ele exemplificou que esta situação poderia ocorrer com qualquer mulher independente de sua classe. Esse ponto é tão verdade que incomodou a classe média que assistia ao seriado, demonstrando uma possível identificação com a situação representada pelo capítulo. A similaridade do contexto social vivido na ficção com daqueles telespectadores era tão grande que gerou o desconforto presente nas cartas contrárias ao tema. Esta é uma das potências fundamentais que os veículos de comunicação de massa geram, ou seja, identificação e no decorrer desse processo as ressignificações da vida em sociedade são produzidas. Um dos exemplos desse caminho que a mídia percorre são as cartas de leitores.

A relação entre as mídias, ou este recurso que o leitor/telespectador utiliza para expressar sua opinião representa como os veículos de comunicação de massa estão interligados para a difusão de informação que obviamente interessa ao sistema. Portanto a publicização de cartas sobre *Malu Mulher* era mais uma ferramenta para alimentar o consumo deste produto, tanto do jornal como da televisão. Por outro lado, esta análise crítica não desqualifica o debate ocorrido na sessão cartas de um ponto de vista histórico cultural.

Outra questão notada através das opiniões presentes nas cartas, especificamente nas opiniões contrárias, foi a constatação da pauta feminista referente a interrupção voluntária da gravidez no Brasil passar por uma questão moral.

O discurso moralizante era maior do que a manutenção da vida humana, uma vez que não foi lembrado a questão da legalização da interrupção voluntário da gravidez como um assunto de saúde pública. A preocupação norteadora dos leitores era com a vida intrauterina, que era sustentada por uma lógica religiosa de surgimento da vida, porém não consideravam a vida da mulher grávida. Assim, não parecia que o discurso do aborto como questão de saúde pública fosse difundido entre a população como outros argumentos encontrados a favor da legalização. São raros os relatos sobre as clínicas clandestinas e a negligência médica existente nesses espaços, então é possível notar que o movimento feminista ainda estava consolidando estes argumentos. Esta reflexão é interessante do ponto de vista cronológico da fundação do movimento feminista, pois os estudos sobre a vida da mulher brasileira ainda estavam em curso, assim como as pesquisas estatísticas sobre o número de mulheres que já haviam feito o procedimento do aborto em clínicas clandestinas. As pesquisas documentavam também as pacientes que tiveram complicações pós-operatório e obviamente a contabilização dos óbitos. Estes dados eram fundamentais para a organização de documentos comprovando que os altos índices de mortalidade de mulheres vinham através de procedimentos abortivos, e por isso era necessário o poder público se manifestar para tomar conta desta questão. A conclusão destas pesquisas só viria a público no início dos anos 80, junto com as reivindicações para assistência e saúde pública específica para mulheres, o que colaborou para transformar a pauta do aborto de moralizante, para saúde pública.

O pudor social em torno do sexo ficou claro em cartas que julgavam pejorativamente a postura da personagem que havia engravidado sem ser casada. Demarca assim, a forte presença de dogmas religiosos na conduta social impedindo o desenvolvimento crítico em torno deste problema. A relação sexual fora do casamento ainda era um ponto sensível para muitos homens e mulheres do final dos anos 70, assim como a manutenção de costumes que garantiam certa estabilidade no status quo. Dessa forma, o controle sobre a vida sexual feminina ainda era pauta de cunho religioso, mas também político. No entanto, não é uma questão que pode ser explicada apenas pela perspectiva da Igreja Católica, ou outras expressões religiosas tão conservadoras quanto, uma vez que outras nações também com tradições religiosas já aprovaram a legalização.

Em suma, não adianta permanecermos debruçados apenas no discurso da moral cristã para justificar o preconceito em torno do direito a interrupção voluntária de uma gestação, é necessário reafirmar a força estrutural da reprodução para o sistema capitalista.

Reprodução é política desde o surgimento do capitalismo como explica Federici (2017) e por isso a luta pela autonomia das mulheres em relação ao tema é negada desde então. O processo de consolidação deste sistema é baseado na exploração da mão de obra e por isso, ao perceberem o poder das mulheres sobre a garantia de manutenção desta ordem foi necessário institucionalizar seus direitos reprodutivos. Assim, gerar filhos seria fundamental e lucrativo para a vigência do capitalismo. Possibilitar a escolha das mulheres sobre não terem filhos poderia gerar o colapso, afinal como nasceriam a mão-de-obra? Essa teoria é válida, especialmente do ponto de vista do nascimento do capitalismo no início do século XV, mas ainda é pertinente com relação as sucessivas dominações ocorridas pelo mundo sob a ordem do capital.

Se este problema é uma questão estruturante, então não é permitido que sua essência seja conhecida por todos. Um dos braços desta estrutura é o uso da força para a dominação, então por uso dela se silenciou formas de resistência, sejam indígenas ou negros escravizados, e sucessivamente qualquer outra forma que tentasse reverter a ordem. Durante séculos de opressão, a brutalidade tomou o lugar da consciência transformando sujeitos pensantes em alienantes e a razão da luta acabou por esvaziar-se. Dessa forma, em uma nação que sofre a cinco séculos sob a vigência desse sistema, que a maioria de sua população permanece explorada e oprimida, a oportunidade de conhecer a fundo as engrenagens deste sistema é um privilégio.

Para encerrar esse capítulo, retornamos as cartas para ressaltar seu papel social enquanto potente ferramenta de análise da sociedade carioca do final dos anos 70. Através delas foi possível compreender mais detalhadamente a reação do público com a exibição do capítulo “Ainda não é a hora”, assim como notar a importância dada pelos telespectadores a este episódio, quando de todos os 76 produzidos pelo seriado apenas este proporcionou o debate na sessão de cartas. Dessa maneira, compreendemos que para parte da população do Rio de Janeiro durante 1979 a questão da interrupção voluntária da gravidez permanecia atrelada ao paradigma moral cristão. No entanto, a possibilidade da existência do debate no *Jornal do Brasil* só ocorreu pela presença de

outras cartas favoráveis ao tema. Portanto, mesmo em uma sociedade reprimida pela ditadura civil militar, foi possível construir uma discussão pública sobre, talvez, uma das mais importantes pautas do movimento feminista.

#### 4. CONCLUSÃO

A análise do seriado *Malu Mulher* nos possibilitou compreender as estruturas da chamada indústria cultural no Brasil e aprofundar o conhecimento histórico sobre a sociedade brasileira, em especial a do Rio de Janeiro, dos anos de 1979/80. As implicações sócio culturais que levaram a criação do seriado também puderam ser exploradas sob a perspectiva feminista que mobilizou as sociedades do mundo ocidental especialmente a partir dos anos 1960 com a chamada revolução dos costumes.

A perspectiva feminista aqui apresentada foi consequência da luta de diferentes gerações de mulheres contra o sistema político de repressão capitalista. Quando historicizamos o movimento feminista a partir de datas e marcos teóricos, em geral, essa abordagem empobrece o amplo campo da luta social das mulheres que atravessaram séculos. Atribuir como marco cronológico inicial o feminismo a partir do movimento sufragista da virada do século XIX para o XX e, posteriormente, com a geração dos anos 60 que lutou pela libertação sexual nos Estados Unidos e na Europa, não contribui para a compreensão política da causa das mulheres. Dessa forma, reduz o movimento a uma homogeneidade temporal e cultural que não corresponde com as diversas possibilidades de resistência de mulheres que ocorreram ao longo da história.

Como foi apresentado a partir da perspectiva de Federici (2017) sobre a caça às bruxas no século XV, foi um processo até então desconsiderado das análises marxistas e pós-estruturalistas sobre a constituição do sistema capitalista. A lógica da instauração e solidificação do capitalismo era entendida pela transição do sistema feudal, assim como a servidão convertida em trabalho remunerado afim de sustentar a nova ordem econômica, política e social que substituiria o feudalismo. O ponto de vista da exploração e morte de milhares de mulheres na baixa idade média não foi considerada como uma das questões centrais para o sucesso da transição e ascensão capitalista. O silenciamento desta história contribui com o nosso ponto de vista sobre a existência de resistência feminista ao longo dos séculos, justificando a controversa ideia de demarcarmos um marco temporal para o surgimento do movimento feminista.

Reafirmamos esse ponto baseado no massacre da caça às bruxas, onde a matança das mulheres era justificada pelo perigo que muitas delas causavam a sociedade. Detinham saberes específicos da cultura feminina como a manipulação de ervas para

fins medicinais, eram responsáveis por sua função reprodutiva, além de terem outros poderes como a propriedade de parte de terras. Dessa forma, eram consideradas um perigo para a manutenção da ordem patriarcal que se consolidaria com o capitalismo. Eram, portanto, símbolo de resistência contra o sistema que estava sendo instaurado através da aliança entre os príncipes, burgueses e a Igreja (FEDERICI, 2017).

Os diferentes momentos da história ocidental em especial os de crise econômica, que demandavam novas ondas de opressão e exploração por parte do capitalismo, foram os de maior sofrimento para os grupos mais vulneráveis socialmente, dentre eles: as mulheres, os negros e indígenas. A sustentação da ordem capitalista vem através da opressão e sua condição de manutenção é através da exploração da mão de obra, seja livre ou escrava. Dessa forma, uma das questões centrais da crítica feminista ao sistema é sua desqualificação sobre a importância do trabalho das mulheres. Esse ponto já foi considerado pelos marxistas, mas a solução nunca chegou ao consenso. Por isso, é necessário reafirmar que o pilar fundacional capitalista advém da exploração do trabalho não remunerado das mulheres. Sem o trabalho doméstico, a manutenção do bem-estar do trabalhador não seria garantida pois, ao retornar ao lar depois do dia de trabalho, necessita de descanso e alimentação para se recuperar para um novo dia que lhe espera. Enquanto as mulheres forem mantidas sob essa exploração primeira, a libertação delas e de toda a sociedade sob opressão capitalista, não acontecerá.

A não remuneração do trabalho doméstico é uma das pautas mais sublimes do movimento e sobretudo do conhecimento crítico de mulheres exploradas. Quando não racionalizamos esse ponto basilar, a luta pela libertação, ou seja, o feminismo, não desenvolve em sua completude a essência de seu propósito que é a transformação social do sistema.

A partir do que foi dito podemos considerar que os movimentos feministas são heterogêneos e o propósito primeiro do movimento é sempre chegar a transformação da ordem social. Ao longo da história pudemos identificar diversas manifestações feministas, desde a resistência a caça às bruxas, ao movimento sufragista e os de libertação sexual. Dentre esses momentos, ocorreram diferentes manifestações do feminismo, sempre na busca deste fim, como o feminismo marxista, o radical e o negro. Quando identificamos uma possibilidade de feminismo que não propõe questionamentos a opressão e exploração proporcionada pela estrutura capitalista, então

na verdade esse não é uma vertente essencial do movimento, uma vez que não contribuiu com a questão central de subverter e mudar a ordem. Esse é um exemplo do chamado feminismo liberal, movimento que nasceu dos Estados Unidos nos anos 60 e que possibilitou sensações de liberdade para a mulher dentro do capitalismo. Ou seja, era uma corrente que acreditava que a condição da mulher dentro do capitalismo poderia melhorar a partir de transformações cotidianas, baseada principalmente na mudança que as próprias estruturas do Estado adotariam frente as reivindicações das mulheres.

Essa perspectiva, presente até os dias de hoje, reforça a contradição que existe entre os objetivos e as formas de fazer política reivindicadas por movimentos sociais e, nesse caso, o feminismo e as soluções mediadas pelo Estado a partir do ruído causado pelo próprio movimento a fim de conquistar mudanças estruturais. O feminismo liberal dialoga com o Estado a fim de conquistar certas demandas da pauta feminista e assim manter a dinâmica capitalista. Esse foi o movimento que vigorou no Brasil a partir dos anos 80, quando uma parcela das feministas brasileiras passou a se identificar, legitimando-o como ideologia norteadora. Isso só foi possível pela entrada massiva de produtos tecnológicos no Brasil a partir do chamado milagre econômico vivido nos anos 70. Grande variedade de eletrodomésticos passou a fazer parte do cotidiano das brasileiras, sem contar as variedades de revistas que a imprensa investiu para o público feminino, estimulando o consumo e viabilizando uma boa imagem do sistema liberal. A via proposta pelo liberalismo para o feminismo agradou as brasileiras, pois fez acreditar que a mudança proposta pelo movimento poderia ser feita por vias legais sob tutela do Estado.

É dessa forma que podemos interpretar a personagem Malu como uma feminista liberal, quando suas reivindicações serão consolidadas ao longo da década de 80 pelas feministas. Dessa forma, as ações e atitude analisadas ao longo do seriado reafirmam o discurso da legalidade do Estado sobre os direitos das mulheres, ou seja, a única possibilidade de libertação seria por via do Estado. A conjuntura política do Brasil naquele momento colaborava para tal perspectiva, uma vez que estava sob a ditadura civil militar e as liberdades individuais e coletivas não eram garantidas. Os conflitos dentro da própria esquerda sobre a legitimidade do feminismo como ferramenta de luta contra a ditadura eram constantes. Questionavam que a prioridade deveria ser o fim da ditadura, afim de reconquistar os direitos democráticos, e não as reivindicações das



mulheres. Diante desse descrédito e dos constantes conflitos para as feministas conquistarem seu espaço de resistência também na luta contra a ditadura, é possível entender porque o feminismo liberal acabou sendo adotado como principal representante da corrente do movimento no Brasil. A batalha das brasileiras engajadas na luta política era dupla, tanto contra a ditadura como com seus companheiros da esquerda. A resistência feminista pôde ter sido solitária para estas mulheres que além da opressão do Estado, também não foram apoiadas por pessoas da mesma afinidade política, onde a luta antiopressão deveria ser prioridade, a começar ouvindo as reivindicações das mulheres.

As circunstâncias que levaram o feminismo liberal como corrente norteadora do movimento no Brasil a partir dos anos 80 não é mais novidade nesta dissertação. Quando entendemos como funciona a máquina de consumo e manipulação das estruturas capitalistas, pautadas principalmente na indústria cultural, fica mais óbvio esta compreensão. Porém, as particularidades envolvendo a consolidação do feminismo no Brasil, atrelada ao momento da ditadura militar e aos conflitos existentes dentro da esquerda, também são importantes para entendermos as dificuldades e particularidades vividas pelas feministas que lideraram o movimento.

Sendo assim, podemos concluir que o seriado *Malu Mulher* não foi uma produção contra hegemônica, principalmente por representar o feminismo liberal como a única via de possibilidade do feminismo no Brasil. O seriado, portanto, singularizou um heterogêneo movimento trazendo a representação de apenas uma de suas correntes. No entanto, a série abordou as principais pautas do movimento dos anos 80 em capítulos analisados nesta dissertação. Por isso, compreendemos que para a publicização destas pautas específicas, como a interrupção voluntária da gravidez e a violência doméstica, *Malu Mulher* cumpriu um dos principais papéis da teledramaturgia que é a função pedagógica (HAMBURGER, 2005). Portanto, os capítulos “Ainda não é a hora” e “Em legítima defesa da honra e outras loucuras” representaram as dificuldades na vida das mulheres sobre os direitos reprodutivos e a complexa situação das casadas que sofriam violência de seus companheiros. O seriado é didático sobre esses temas pois ao apresenta-los mostra as complexas emoções vividas pelas mulheres, além de apontar as possibilidades jurídicas ou não para resolve-las. Dessa forma, o público pôde ter contato, via rede nacional, sobre temas pertinentes a vida das mulheres e estimular a

reflexão sobre a questão. A partir desse ponto chegamos as cartas de telespectadores enviadas para o *Jornal do Brasil* em 1979 a fim de discutir o tema do episódio “Ainda não é a hora”.

A análise das cartas foi fundamental para entendermos parte da sociedade carioca do final dos anos 70 e início dos 80. A primeira questão que nos saltou aos olhos foi o grande número de cartas destinadas ao JB sobre o episódio da interrupção voluntária da gravidez. No início desta pesquisa, pretendíamos analisar cartas sobre os dois temas selecionados, mas ao checar as fontes, só encontramos e em grande volume, cartas sobre o capítulo “Ainda não é a hora”. Esse fato não poderia ser passado em branco e por isso aprofundamos nossa análise para entender o porquê tal discrepância de correspondências.

Para além de investigarmos o conteúdo das cartas, também passou a nos interessar o motivo para seu volume. Dessa forma, a questão referente aos direitos reprodutivos esteve presente em todas as esferas desta dissertação e não foi diferente quanto as opiniões presentes nas cartas de leitores. O assunto causou incômodo na maioria dos leitores, mas houve também posicionamentos favoráveis a legalização do direito ao aborto. Quanto as opiniões negativas sua condição vem de uma estrutura maior, pautada na construção histórica de vidas oprimidas e exploradas. Para entendermos essa dimensão em nível mais profundo e específico, como parte da sociedade carioca do final dos anos 70 e início dos 80, é necessário tomar por base a instituição da ditadura civil militar no Brasil e a revolução dos costumes iniciada nos anos 60 nos Estados Unidos e Europa. Essa dupla condição direciona nossa compreensão sobre a consolidação da moralização da sociedade brasileira nos anos 70.

A questão reprodutiva não era possibilidade de escolha da mulher no Brasil dos anos 70 e nem atualmente. Essa afirmativa é entendida do ponto de vista histórico quando compreendemos que reprodução significa poder no sistema capitalista. Enquanto as mulheres detinham esse poder, como visto em Federici (2017), elas poderiam permanecer subvertendo a ordem e, portanto, não garantindo a ascensão do capitalismo. Essa hipótese apresentada pela autora italiana é importante para considerarmos como a questão reprodutiva é basilar para o sistema, sustentando-o e por isso, até hoje, seus direitos, em muitas nações ocidentais, não são das mulheres. Enquanto o Estado detiver a decisão sobre a opção de nascer ou não crianças, leia-se: o

direito sobre o corpo feminino, a questão do aborto nunca será referente a esfera moral, religiosa ou pertinente apenas ao espaço privado. Dessa forma, a pauta do feminismo sobre o direito a decisão da interrupção voluntária da gravidez é política, comum do campo público.

No entanto, a organização do sistema capitalista garante que esqueçamos dos pontos-chaves em relação a sua manutenção. A alienação, advinda da exaustão do trabalho e da massificação produzida pela indústria cultural, fazem parte de tal organização, possibilitando que não questionemos certas opressões cotidianas. Partindo dessa dinâmica, podemos perceber o funcionamento da maioria das sociedades capitalistas, ocidentais, a partir da instauração do sistema, em especial, para esta análise, a sociedade brasileira dos anos 70.

Sob a repressão da ditadura civil militar, a população brasileira passou por uma ressignificação de valores sociais e morais que interferiram diretamente na luta dos movimentos sociais e feministas. A criação, por parte dos militares, do medo ao comunismo, que causaria a destruição de instituições importantes como a família e a Igreja, foi o principal sucesso para as medidas conservadoras tomadas pela ditadura. Apesar do anticomunismo ser um argumento forte para justificar a ação da ditadura, o conservadorismo militar, que se desenvolveu em repressão através, por exemplo, da censura aos meios de comunicação de massa, foi pautado nas mudanças de costumes que o mundo vinha passando.

Dessa forma, a revolução dos costumes questionou e mudou padrões de comportamento de homens e mulheres. Principalmente os referentes a sexualidade da mulher que tanto foi reprimida pelo sistema, como por interesses agora mais esclarecidos. Dessa forma, o incômodo que tais mudanças causavam em setores conservadores, como os militares e a elite política e econômica, foi o motivo principal que levou as ações repressoras por parte da ditadura, assim como o próprio golpe e a solidificação da moralização da sociedade brasileira. Se os valores morais estavam sendo questionados pela nova geração e os hábitos postos em transição, passando a serem mais vistos através dos veículos de comunicação de massa e da imprensa como um todo, a resposta a tal modernização foi a repressão para tentar silenciar tal movimento.

É nessa conjuntura histórica que o seriado *Malu Mulher* foi ao ar pela Rede Globo de Televisão; exibindo temas referentes as pautas do movimento feminista e mesmo dentro da indústria cultural, proporcionou o incômodo desse grupo social conservador. Ecoaram o discurso militar da moral e dos bons costumes, cuja principal finalidade para tais mudanças era a chegada do comunismo que destruiriam as instituições consideradas mais sagradas da sociedade brasileira. Por isso, as opiniões contrárias ao direito a decisão da interrupção voluntária da gravidez, presentes nas cartas de leitores que se corresponderam a partir do episódio de *Malu Mulher*, não surpreendem, mas reafirmam a dinâmica repressora da estrutura capitalista.

É dessa mesma estrutura de obstrução da verdade que desencadeiam ações repressoras que vivemos atualmente no Brasil e no mundo através da ascensão de governos conservadores de extrema direita.

A conjuntura atual pode ser lida, fundamentalmente, pelas políticas populares de governos de centro-esquerda que governaram o Brasil e grandes potências mundiais nos últimos 12 anos. Tais governos garantiram o desenvolvimento de políticas públicas a favor das minorias negras, mulheres e LGBTQs, que foram e são historicamente oprimidas e exploradas pelo sistema. O empoderamento garantido pelas políticas públicas para estes grupos nos últimos anos foi tão transgressor, mesmo dentro da superestrutura, que desencadeou, em mesma proporção, uma resposta conservadora. Se hoje, vivemos um movimento feminista capaz de organizar uma manifestação contra um candidato a presidência com discurso fascista, que mobilizou milhares de pessoas em todo o Brasil, é necessariamente pela possibilidade de visibilidade e subversão garantido por aquele governo de 12 anos atrás. Portanto, a luta feminista é a luta de todos que são explorados nessa lógica capitalista e ela só existe com a finalidade de transformar a ordem política, econômica e social.

## 5. FONTES:

1º CADERNO: 2º clichê: Feministas vão a Polínter apoiar 2 jovens que foram presas por fazerem aborto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 16, 17 jan. 1980a. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/58?pesq=aborto](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/58?pesq=aborto)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

1º CADERNO: Delegado se irrita com a versão do paisagista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1980b. 15 p.

1º CADERNO: Júri absolve mineiro que matou a mulher. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 set. 1980c. 22 p.

1º CADERNO: Mulheres protestam contra violência do homem mineiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1980d. 16 p.

1º CADERNO: Tribunal do Júri de Cabo Frio julgará de novo “Doca” Street. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 set. 1980e. 7 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>> Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>> Acesso em: 01 mar. 2019.

CADERNO B: “Nosso corpo nos pertence” As mulheres proclamam, nos muros, sua autodeterminação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 set. 1980f. 12 p.

CADERNO B: Cartas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 jul. 1979a. 2 p.

CADERNO B: Cartas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 jun. 1979b. 2 p.

CADERNO B: Cartas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 set. 1979c. 2 p.

CADERNO B: Cartas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1979d. 2 p.

CADERNO B: Cartas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1979e. 2 p.

CADERNO B: Cartas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1979f. 2 p.

CADERNO B: Cartas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jul. 1979g. 2 p.

CADERNO B: Cartas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 ago. 1979h. 2 p.

CADERNO B: Como é chatinha essa Malu. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 set. 1980g. 2 p.

CADERNO B: Heróis e heroínas nacionais contra os “enlatados”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mai. 1979i. 9 p.

CADERNO B: televisão: A juíza Joan Klein diz que ninguém está acima da lei nos Estados Unidos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1980h.

CADERNO B: televisão: Autocensura pode transformar Malu numa mulher sem problemas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1º set. 1979j. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_09/204561](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/204561)>. Acesso em: 19 jul. 2018.

CADERNO B: televisão: Heróis e Heroínas nacionais contra os “enlatados”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 de mai. 1979l. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_09/198936](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/198936)>. Acesso em: 15 Jul. 2018.

CADERNO B: televisão: Malu está voltando muito mais mulher. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, 30 mar. 1980i. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_10/4364](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/4364)>. Acesso em: 20 jul. 2018.

COLETIVO DE MULHERES/RJ et al. **Manifesto “Quem Ama Não Mata”**, 1980. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848995\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuhNacional.2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848995_ARQUIVO_ArtigoAnpuhNacional.2011.pdf)> Acesso em: 01 mar. 2019.

MALU MULHER. Produção de Daniel Filho. Rio de Janeiro: Globo, 1979-1980. Disponível em: <<https://www.dailymotion.com/video/x10gke3>> Acesso em: 07 mar. 2019.

MALU MULHER. Produção de Daniel Filho. Rio de Janeiro: Globo, 1979-1980. Disponível em: <<https://www.net.com.br/resultado-de-busca?q=malu+mulher>> Acesso em: 07 mar. 2019.

MEMÓRIA Globo, Disponível em <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/malu-mulher/censura.htm>> Acessado em: 15/02/2019

NÓS MULHERES. São Paulo: França Pinto, v. 2, n. 2, set./out. 1976.

NÓS MULHERES. São Paulo: França Pinto, v. 6, n. 6, ago./set. 1977.

NÓS MULHERES. São Paulo: França Pinto, v. 8, n. 8, jun./jul. 1978.

QUEM: Lenita apura o ofício de roteirista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 dez. 1979m. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_09/209592](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/209592)>. Acesso em: 20 jul. 2018.

## 6. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Trocando em miúdos: Gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 27 n. 79, jun. 2012. p. 125-137. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a08.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Teledramaturgia para o público feminino Gênero, sexualidade e consumo na TV dos anos 1970 aos 90. In: Encontro Anual ANPOCS, 36, 2012, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos**. Águas de Lindóia: [s.n.], 2012. p. 1-24. Disponível em: <

<https://www.anpocs.com/index.php/papers-31-encontro/st-7/st28-1/3080-heloisaalmeida-genero/file>> Acesso em: 29 jan. 2019.

ÁLVAREZ, Sonia. Los feminismos latino-americanos se globalizan: tendencias de los años 90 y retos para un nuevo milenio. In: DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org). **La política de las culturas y las culturas de la política**: revisando los movimientos sociales latinoamericanos. Bogotá: Taurus, 2001.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p. 458-463. 2º sem 1995.

\_\_\_\_\_. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; OUTRAS. **Livro da Saúde das mulheres Negras**. Rio de Janeiro: Pallas e Crioula, 2000. p. 42-61.

BARROS, Cindhi; SPANNENBERG, Ana Cristina. Do impresso ao digital: a história do Jornal do Brasil. **Revista Observatório**. Palmas, v. 2, n.1, p. 230-250. mai. 2016.

BARRETT, Michèlle. As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 109-125. 1999.

Disponível:<<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/13112009111954barret.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BARSTED, Leila A. L. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, n.0, p.104- 30. 2 sem. 1992.

BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 15, p. 37-68, set./dez. 2014.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRAGA, J. L. O sistema social crítico interpretativo. In: PRADO, J. L. A. (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p. 27-43.

BRAGA, Luiz. **Realismo Maravilhoso**: Apropriações e referências estéticas na telenovela Saramandaia (1976), de Dias Gomes. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BUZAID, Alfredo. **Em defesa da moral e dos bons costumes**. Brasília: Ministério da Justiça, 1970, p. 41.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Comunicação e Arte da USP, São Paulo, SP, Brasil.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CITELI, Maria Teresa. A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002). **Revisão Crítica**. Rio de Janeiro, CEPESC, 2005.

CLAM+10. Histórias do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?infoid=7000&sid=7>> Acesso em: 28 jan. 2019.

CORDEIRO, Janaína. Do golpe de 1964 ao “milagre brasileiro”: a campanha da mulher pela democracia (CAMDE). Ação política e imaginário coletivo. **Iberoamérica Social**: revista-red de estudios sociales. Sevilla, v. 1, p.49-69, 2016. Disponível em <<https://iberoamericasocial.com/do-golpe-1964-ao-milagre-brasileiro-campanha-da-mulher-pela-democracia-camde-acao-politica-e-imaginario-coletivo/>> Acesso em: 01 de fev. 2019.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, p. 13-29, 2001.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1 sem, 2005.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito do feminismo. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

COSTA, Ana Alice. **Avances y definiciones del movimiento feminista em Brasil**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, México, 1981.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (org.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELGADO, Herleide; GOMES, Cárita. Mulheres e transição democrática brasileira (1975-1988): inserção da mulher no espaço público como um passo à democracia. In: BEÇAK, Rubens; OLIVEIRA, Armando Albuquerque. (org.). **Teorias da democracia e direitos políticos [Recurso eletrônico on-line]**. Florianópolis: CONPEDI, 2016.

DELPHY, Christine. Feminismo e Recomposição da Esquerda. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 187-199, jan. 1994.

DINIZ, Simone. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil. In: DINIZ, Simone, SILVEIRA, Lenira P. e MIRIM, Liz A. (org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-**



**2005) alcances e limites.** São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 7-15.

DUARTE, Celina Rabello. A lei Falcão no projeto de abertura. In: Boletim Intercom. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.** São Paulo, v. 5. n. 39, p. 3-5, set./out. 1982.

DUMONT, Lígia. Os múltiplos aspectos e interfaces da leitura. **Revista de Ciência da Informação.** Belo Horizonte, v. 3, n. 6, dez. 2002.

\_\_\_\_\_, Lígia; ESPÍRITO SANTO, Patrícia. As cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: o que querem informar os assinantes do jornal Estado de Minas. **Perspectivas em Ciência da Informação.** Belo Horizonte, v. 19, n.2, p.174-190, abr./jun. 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FICO, C. “Prezada censura”: cartas ao regime militar. **Revista Topoi.** Rio de Janeiro, n. 5, set. 2002.

\_\_\_\_\_. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: Ferreira, J. e Delgado, L. (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FILHO, Daniel. **Antes que me Esqueçam.** 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

\_\_\_\_\_. **O circo eletrônico: fazendo TV no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Memória Roda Viva: entrevistas.** Disponível em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/550/entrevistados/daniel\\_filho\\_2001.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/550/entrevistados/daniel_filho_2001.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FRANÇA, V. R. V. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

GLEDHILL, Christine. Pleasurable Negotiations. In: PRIBRAM, E. Deidre (ed.). **Female Spectators – Looking at Film and Television.** London: Verso, 1988. p. 64-89.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante.** 1987. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, Angela (org). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GONZALEZ, Lélia. Introdução. In. GOLDEBERG, Anette e LUZ, Medel (org.) **O Lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Mujeres, crisis y movimiento**: America Latina y El Caribe. Isis Internacional, v. 9, p. 133-141, jun. 1988. Disponível em <[http://sidocfeminista.org/images/books/01671/01671\\_00.pdf](http://sidocfeminista.org/images/books/01671/01671_00.pdf)> Acesso em: 01 mar. 2019.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987.

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e democracia**: Uma reflexão política sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio Editora, 1975, p. 70.

HAMBURGER, Esther. Indústria cultural brasileira vista daqui e de fora. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira**. São Paulo: ANPOCS/Editora Sumaré; Brasília: Capes, 2002. p. 53-84.

\_\_\_\_\_. **O Brasil antenado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. A expansão do "feminino" no espaço público brasileiro: novelas de televisão nas décadas de 1970 e 80. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 153-175, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/7742/7111>> Acesso em: 7 jun. 2018

\_\_\_\_\_. Da janela do meu quarto. **Significação**: Revista de Cultura Audiovisual. São Paulo. v. 35, n. 30, p. 167-184, 2008. Disponível em: <<file:///D:/Documents/MESTRADO/HAMBURGER,%20Ester.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Telenovelas e Interpretações do Brasil. In: **Lua Nova**, São Paulo, 82, p. 61-86, 2011.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis v. 17, n. 1, p. 215-241, jan./abr. 2009.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAHIRE, B. Masculin-féminin: l'écriture domestique. In: FABRE, D. (Org.). **Par écrit**: ethnologie des écrites quotidiennes. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1997. p. 145-161.

LEAL, Ondina Fachel. **A Leitura Social da Novela das Oito**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

LEMOS, Renato. Poder Judiciário e poder militar (1964-69). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor et KRAAY, Hendrik. (orgs.) **Nova História Militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 410-415.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil. **Cadernos AEL: mulher, história e feminismo**. Campinas: IFCH, n.3/4, p. 46-67. 1996.

MARCELINO, Douglas Átila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação. (Mestrado em História Social). Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MELO, Jacira Vieira de. **Trabalho de formiga em terra de tamanduá: A experiência feminista com vídeo**. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Arte da USP, São Paulo, SP, Brasil, 1993.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: Uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e Democracia. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.20 n.3, set./dez. 2012.

MILLNER, Andrew. Cultural Materialism, Culturalism and Post Culturalism: The Legacy of Raymond Williams. **Theory, Culture & Society**. London, Thousand Oaks and New Delhi: SAGE, v. 11, p. 43-73, 1994.

MORAES, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. **Contracampo: Brazilian journal of communication**. Niterói, n.1, 1997. Disponível em: < <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/364/167>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MORAIS, Maria Lygia. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 17, n. 32, p. 107-121, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. **Telenovela: história e produção**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PEDRO, Joana Maria Pedro. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul. In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 115-137.

\_\_\_\_\_. Os Feminismos e os Muros de 1968 no Cone Sul. **Clio: Série Revista de Pesquisa Histórica**. Pernambuco, n. 26, p. 59-82, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. Movimentos Sociais: espaços privilegiados das mulheres enquanto sujeito político. In: Costa, Albertina de Oliveira, Bruschini, Cristina(orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1992.

QUINALHA, Renan Onório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese. (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 2. sem, 1990.

ROCHA, Maria Isabel. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. **Revista brasileira estudos de população**. São Paulo, v. 23, n. 2. Jul./Dez. 2006. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200011)> Acesso em: 20. Jan. 2019.

ROSADO, Maria José. O tema do aborto na Igreja Católica: divergências silenciadas. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 64, n. 2, 2012. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252012000200012&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252012000200012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 8. jan. 2019.

SÁ, Cristiane Ferreira de. **A mulher na ordem do dia: estudo de temas em Malu Mulher (1979/80) e mulher (1998/1999)**. Dissertação. (Mestrado em Estudos Interdisciplinares). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 16, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, Cecília MacDowe. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 89, [S.l.], p. 153-170, Jun. 2010. Disponível em <[https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_RCCS\\_89\\_Cecilia\\_Santos.pdf](https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_RCCS_89_Cecilia_Santos.pdf)> Acesso em: 28/02/2019

SARQUES, Jane Jorge. **A ideologia sexual de Os Gigantes**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1986.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, p. 31-48. 2001.

\_\_\_\_\_. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, mai./ago. 2004.

SCAVONE, Lucila. Ciência e militância: os estudos de gênero no Brasil. In: **XXV Encontro Anual da ANPOCS**, 2011. Caxambu, 35º Encontro Anual da ANPOCS/Textos completos, 2011. p. 1-18.

\_\_\_\_\_. Nosso corpo nos pertence: discurso feminista do corpo. **Gênero**. Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1. sem. 2010

\_\_\_\_\_. Políticas feministas do aborto. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n 2, p. 675-680, maio/ago. 2008.

SCHOLZ, Sally J. **Feminism: a beginner's guide**. Oxford: Oneworld, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução de: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 3. ed. Recife: Editora: S.O.S. Corpo, 1996.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **“Em defesa da moral e dos bons costumes”**: censura de periódicos no regime militar. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Evandro Lins e. **Defesa tem a palavra**. 3º ed., Rio de Janeiro: Aide Ed., 1991.

SILVA, Thiago de Sales. **“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”**: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SOIHET, Rachel. Feminismo ou Feminismos? Uma questão no Rio de Janeiro nos anos 1970/1980. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2006. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/R/Rachel\\_Soihet\\_40.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/R/Rachel_Soihet_40.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Defrontando-se com os preconceitos: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **XIII Encontro de História ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em

<[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1211578316\\_ARQUIVO\\_MesaDefrontandocom.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1211578316_ARQUIVO_MesaDefrontandocom.pdf)> Acesso em: 28 jan. 2019.

TELES, Amelinha e LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à Imprensa Feminista: A construção do Feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1998)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

\_\_\_\_\_. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TELES, Janaína. **Ditadura e repressão: paralelos e distinções entre Brasil e Argentina**. [S.l.] [s.n.], 2014.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TIBURI, Márcia. **Aborto como Metáfora**. 2013. Disponível em <<http://muitasbocasnotrombone2.blogspot.com/2013/10/direitos-das-mulheres-o-aborto-como.html>> Acesso em 28 jan. 2019.

VARIKAS, Eleni. O pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 59-80. 1996.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

WOLFF, Cristina Sheibe & POSSAS, Lídia. Escrevendo a história no feminino. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13 n. 3, p. 585-589. set./dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300007/7710>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

## 7. ANEXOS:

Cartas do *Jornal do Brasil*, 21 de junho de 1979

### Semente Maligna

Assistindo a um seriado de televisão, *Malu Mulher*, chocou-me particularmente a forma leviana com que um tema da maior relevância – a vida humana – foi abordado. A forma de demonstrar a emancipação feminina, enfocou-se de maneira superficial a gravidez vivida fora do casamento e apresentou-se como solução a institucionalização do aborto, ou seja, a legalização da violência.

Pensei nos milhares de cabeças juvenis, desesperadas e sem qualquer convicção, a espera do que lhes forneçam mecanismo acabados de defesa, como solo fértil ao plantio da maligna semente – e angustia-me. Por que não uma mensagem de fé, amor, coragem e afirmação legítima dos valores femininos ao invés de um registro truncado e sem profundidade, que mostra mulheres egoístas em sua insegurança, acovardadas diante da realidade, incapaz de lutar por aquilo em que acreditam e, o que é pior, submissas aos tabus e preconceitos a ponto de renegarem, em si, o que de divino lhes proporcionou a natureza?

O grito de liberdade que ansiávamos ouvir não veio; e nem nos ensinaram ali que independência e responsabilidade não sobrevivem uma sem a outra. O grunhido que escutamos foi: sejamos irresponsáveis porque outros irresponsáveis nos darão guarda e ainda levantaram a bandeira para a legalização da irresponsabilidade criminosa.

Errar é inerente ao ser: tentar reparar o erro com dignidade é o mínimo que podemos fazer para neutraliza-lo. Lutemos para dar condições saudáveis ao desenvolvimento da vida, nunca pelo seu extermínio. É difícil, eu sei; todavia, não é de acomodados que as grandes transformações dependem para ocorrer. O vazio da atualidade é de local e fé. Asseguro-lhes, porém, que não é esse o meu vazio.

Lea Nunes dos Santos – Rio de Janeiro.

Cartas do *Jornal do Brasil*, 22 de Junho de 1979

## Aula de Egoísmo

Dia 14, Festa Triunfal do Corpo de Deus. À noite, liguei a TV para assistir a um dos programas que soube estar “dando mais íbope” ultimamente, *Malu Mulher*. Fiquei realmente surpresa com a verificação da incoerência da mesma rede de televisão. Durante o intervalo comercial, a propaganda do Ano Internacional da Criança, Ano Um da Criança Brasileira. E logo em seguida, utilizando-se das mais penetrantes imagens da TV – como Regina Duarte e Lucélia Santos – a propaganda de mais de meia, quase uma hora, do aborto. O que deve levar a um verdadeiro questionamento por parte do pessoal da produção é a utilização do talento artístico de profissionais da comunicação social clamando pela legalização das clínicas de aborto.

Com uma interpretação excelente, a “mulher-ex-namoradina do Brasil” grita, em todos os quadrantes e cantinhos do território nacional, que realmente os valores continuam fora de ordem, mas tudo bem. É com tanta relação sexual pré e extramatrimonial, muitas vezes não se pode evitar que uma gravidez ocorra, mas, em nome da liberação feminina, da ascensão econômica, da falta de responsabilidade – do homem e da mulher, ela a futura mãe, deve abortar. Uma maneira de dizer: odeie o seu filho, mate-o. Ame exclusivamente, a você mesma. Seja egoísta no mais alto nível. Interrompa o plano de Deus. Matar um bebê indefeso não é mal algum, porque a testemunha desse crime beneficia-se dele economicamente, e o outro criminoso será a própria mãe da vítima. Ninguém vai saber, nem a sua consciência. Será que estão querendo dizer que não há mais amor no mundo? Que o amor, em uma de suas formas mais belas, pura, simples, antiga e tão atual – o amor de mãe – já não existe mais? Será que os autores daquele capítulo do seriado já pensaram, alguma vez, em agradecer as respectivas mães por não tê-los abortado?

Cláudia Beatriz Agueda, Rio de Janeiro

Cartas do *Jornal do Brasil*, 30 de Junho de 1979

Plano de Inferioridade



Felicito a Sra Cláudia Beatriz Agueda pelo excelente comentário ao repugnante programa *Malu Mulher*, que a TV Globo teve a infelicidade de levar ao ar em 14 de Junho, com total desrespeito à sensibilidade moral de quantos a eles assistiram. Lamentavelmente, a mesma emissora que promove arrecadação de material em favor do menor põe em plano de inferioridade um direito fundamental da criança, que é o direito à vida desde o seio materno.

Com tal programa, não apenas inescrupuloso mas acima de tudo repulsivo e chocante, insinua-se a conveniência do aborto legal, dando-se a impressão de que o crime não está em matar uma criança antes de nascer, mas em assassiná-la sem que haja uma lei humana que o permita. Quando as coisas se revelam em tal estado de desgraça, temos de reunir energias morais para enfrentar o desânimo que nos ameaça quantos aos rumos da sociedade. Antônio Benedito de Carvalho, Juiz de Fora (MG).

...

Assisti, dia 14 de Junho, ao programa *Malu Mulher*. Causou-me tristeza ver transmitido por emissora importante um programa que poderia ser tão positivo, mas infelizmente, é destruidor de valores que pertencem a todas as gerações. Vi, com desgosto, o programa fazer apologia do aborto, e até mesmo sugerir sua prática e legalização. É estranho que em uma época da História em que se fala, com certo, em ecologia, em defesa da fauna e flora, a TV, por meio de programas atraentes, venha a incentivar a destruição do ser humano indefeso e inocente. Como cristão e brasileira, quero lançar um protesto contra tão nefasto programa. Júlia Parente Furtado, Rio de Janeiro.

...

Gostaria de expressar minha concordância com a carta “Aula de Egoísmo”, de Cláudia Beatriz Agueda, publicada em 22/06/79. Pesquisas recentes no campo da Psicoembriologia, envolvendo análise da memória extracerebral, revelam que a vida intra-uterina é percebida e registrada pelo feto, que em muitos casos liga-se ao seu corpo material logo nas primeiras semanas de gravidez. As consequências do aborto para a mulher e para a criança – dizem – são nefastas (...) Mais do que nunca, cientistas em todo o mundo recomendam a prudência. E é isso que eu gostaria de dizer a milhares

de mulheres que pensam em abortar; se não for por amor, que seja por prudência. Maurício Guilherme Gomes Pedrosa, Rio de Janeiro.

...

A TV Globo deu um passo importante ao produzir e exibir dramatizações de textos nacionais. O mesmo passo que vai da indignância intelectual e do primarismo emocional de uma Janete Clair ao sofisticado brilho dos autores de *Plantão Policial*. Mas há uma série, *Malu Mulher*, de início uma empostação de comédia, na qual o todo-poderoso Boni de Oliveira vetou tudo, exigindo real dramaticidade dos episódios “Nada de água com açúcar”.

E aqui está: o acento cômico não se contrapõe à seriedade de uma proposta artística. Aí estão os filmes de Woody Allen e os episódios de *Plantão Policial*. Comédias românticas foram os excelentes filmes de Billy Wilder, todos carregados de corrosivas e dramáticas notações sobre a vida americana. Mas prevaleceu a vontade de Boni. Optou-se por uma armação “séria”, semidoutrinária, quase discursiva, e o resultado dessa empostação veio a se revelar dia 14 de Junho em *Malu Mulher*, tão ridículo quanto irresponsável. Ali se fazia, a sério, propaganda do aborto, de uma forma especialmente nociva porque superficial e inconsequente.

Não se pode conceber que um assunto denso e que envolve um crime contra a vida humana, além de grave problema moral, seja veiculado de forma leviana, como foi leviana a defesa do aborto pelos simpáticos do programa, bem como sua condenação pelos odiosos e antipáticos. Está aí a seriedade que Herr Boni queria. A TV veiculada para um povo pobre, sofrido e desinformado, a solução charmosamente apresentada pela namorada-desquitada do Brasil: cometer um crime contra a vida humana. João Luis Coelho da Rocha, Rio de Janeiro.

...

Foi com emoção que li, dia 21 de Junho, a carta de Lea Nunes dos Santos sobre o seriado *Malu Mulher*, da TV Globo. Toda a revolta que sentia ao ver não só a defesa do terrível aborto mas a influência da Rede Globo e o prestígio da atriz Regina Duarte alastrando ideias a tal nível de desumanização, foi abordada com grande destreza por D. Lea.

Desejo nossa liberação na sociedade; todas as mulheres devem ter acesso aos campos de trabalho, pesquisa e estudo; sinto a grande pressão sobre os nossos anseios de participar da vida, do dia-a-dia, em pé de igualdade. Mas espero, com todas as forças possíveis, que não precise assumir meu lugar nessa mesma sociedade pisando no que há de mais vital para a humanidade: a vida. Teresa Cristina Dantas Cunha Gonçalves, Rio de Janeiro.

Cartas do *Jornal do Brasil*, 7 de Julho de 1979

Mulheres

Venho protestar contra a campanha de desmoralização da mulher e, conseqüentemente, da humanidade, pois é nos joelhos da mulher que se plasma o cidadão. A TV Globo leva ao ar *Malu Mulher*, novela que contribui para desvalorizar a mulher, oferecendo-a como objeto de consumo.

Os meios de comunicação poderiam ser poderosíssima força construtiva, revelando o que há de nobre no mundo. Há outro modo de lutar por um mundo melhor, no qual o amor não esteja dissociado da justiça. Biografias de mulheres como Raissa Maritain, Elizabeth Sereur e Clara de Assis ajudariam a formar um povo mais feliz.

Suzana D. Calache – Rio de Janeiro

...

Parabéns a TV Globo pelo excelente programa *Malu Mulher*, que tem tido a coragem de enfrentar um problema que aflige uma grande parte do povo brasileiro e cuja solução é o aborto legalizado.

Todos sabem que quem pode o praticar, e quem não pode tem de colocar no mundo uma criança indesejada que irá cair num dos seguintes tipos de desgraça: 1) abandono; 2) espancamento; 3) marginalidade 4) carência total; etc.

Terei um pouco mais de esperanças neste mundo, caso o aborto seja legalizado e venha em socorro, principalmente, daquelas que não podem pagar.

Cleusa Nunes Silva – Rio de Janeiro

Cartas do *Jornal do Brasil*, 16 de Julho de 1979

### Aborto no vídeo

Os seriados de tevê, quer os enlatados, quer os nossos, inclusive as novelas, são da maior pobreza, deixando muito a desejar ao telespectador. *Malu Mulher* chocou-me profundamente pela maneira leviana com que um dos temas de maior importância – a vida humana – foi focalizada. A tão propalada emancipação feminina foi tratada de maneira superficial e nociva – a gravidez fora do casamento – e apresentado como solução a legalização nefasta do aborto.

Com imensa tristeza pensei nos meus filhos e netos, nos milhares de jovens completamente despreparados e sem qualquer convicção esperando nessa novela algo de construtivo e nobre – como um solo rico e fértil para o plantio – e angustiei-me ante o seu conteúdo alicerçado numa triste e falsa base.

Por que não procuramos dar aos jovens uma mensagem de amor, de fé, de coragem e mesmo de afirmação dos legítimos e dignos valores femininos, em vez de um registro sem profundidade e completamente truncado e desvirtuado onde põe em evidência mulheres inseguras e cheias de egoísmo, que se acovardam vergonhosamente frente a realidade, comprovando a sua total incapacidade de lutar por aquilo em que acreditam?

O grito de liberdade que as pessoas jovens esperavam ouvir foi esperado em vão, pois não veio, não lhes foi ensinado que independência e responsabilidade só podem andar de mãos dadas. Antônio Emílio Vieira Barroso – Rio de Janeiro.

...

Mando um recado para a estranha criatura, que não pode ser mulher e muito menos mãe, Cleusa Nunes Silva, do Rio de Janeiro, que teve a infelicidade de declarar na sessão Cartas que “Terei um pouco mais de esperanças neste mundo, caso o aborto seja legalizado...” Ela que condena à morte tantos seres inocentes por julga-los destinados ao abandono, espancamento, marginalidade e carência, ainda não percebeu que está abandonada espiritualmente, brutalizada pela clareza do seu coração, marginalizada da corrente da vida, partidária que é da destruição e da morte, carente de amor, e por isto, segundo o seu conceito, não devia ter nascido.

Se todas as mulheres – ou a maioria delas – tivessem a sua mentalidade, ela certamente não teria escapado, teria sido abortada, afim de que fossem confirmadas as suas esperanças de um mundo melhor, que necessita, mais do que nunca, de exemplos e depoimentos mais dignos e de pessoas com sensibilidade. Como mulher e mãe que sou, deixo aqui a minha perplexidade e a minha revolta. Ilka Matheus Tavares – Niterói (RJ)

...

Espantei-me ao constatar que ainda existem pessoas que não assimilam nada que a televisão tem de bom a nos oferecer e se continuarem assim, nunca assimilarão (...) Nas cartas (...) observo que essas pessoas ainda proclamam o falso pudor, e por conseguinte, considero-as desprovidas de caráter pois, além disso, já devem ter praticado o aborto (quem sabe?) (...) Ela com 20 anos, meus irmãos com 18 e 17, minha mãe com 49 e minha irmã com apenas 10 assistimos ao programa e não mudamos de concepção a respeito do assunto em tela. César Lira Quintlere – Itaboraí (RJ)

...

A propósito do aborto , a Sra Cleusa Nunes Silva escreveu, dia 7, que quem pode o pratica, quem não pode tem de por no mundo uma criança indesejada que cairia na desgraça.

Honestamente, tenho visto exatamente o contrário. Pessoas que se multiplicam para socorrer inocentes mal nascidos, genitores generosos que assumem a criança, quando tudo favorecia elimina-la.

A ideia de legalizar o aborto é o desconhecimento da grandeza que ainda há no mundo. Eu gostaria de dizer a leitora e a todos que uma razão de esperança que me anima é ver tanta gente que continua crer em Deus e na vida. Se alguma coisa nos falta, creio, não é a licença de matar os indesejados, nem o feticídio pago com o dinheiro público, mas vencer o desespero que solapa os espíritos. Padre Ney Affonso de Sá Earp, do Movimento de Defesa da Vida – Rio de Janeiro.

...

Acho estranho, muito estranho mesmo, ver a reação das pessoas quando um assunto como o aborto é mostrado de forma real e sem pieguismo num programa corajoso e sem

meias palavras como *Malu Mulher*, de longe o melhor trabalho feito na televisão em termos de fato reais que balançam as acomodadas estruturas sociais. Todos os episódios apresentados até hoje são uma apunhalada no véu preconceituoso de nossa sociedade. (...) É muito bonito a gente falar que é contra o aborto, que é um assassino, que todo ser humano tem direito de nascer e outras verdades incontestáveis. Eu, pessoalmente, sou também contra o aborto. Mas sou vigorosamente contra essa falsa moral que faz do sexo um pecado, um estigma maligno, o culpado primeiro e único de todas as mazelas do mundo. (...)

O aborto não teria razão de existir se fôssemos mais naturais, mais humanos em relação ao sexo. Quantos pais aceitariam naturalmente e com alegria o fato de sua filha querida, que é humana, que vibra, que tem glândulas sexuais no seu organismo saudável, que sofre todo o tipo de estímulos visuais, que precisa exercer as necessidades biológicas e emocionais de seu organismo e de sua mente aparecesse grávida? Aceitariam a filha e o neto em gestação? Dariam a ela condições morais e emocionais para levar adiante a gravidez de cabeça erguida? Sem sentimentos de culpa, sem marginaliza-la, sem forçar um casamento que, na maioria das vezes, acarreta um mal muito maior? E a sociedade, que condições de vida – monetária e emocional – daria ou dá a uma mãe solteira? (...)

O ponto principal (...) é que *Malu Mulher* não fez a apologia do aborto e sim denunciou um comércio consentido, por omissão, por nossa virtuosa sociedade. São as clínicas de aborto onde, em nome de um sórdido código de cumplicidade – você precisa, eu faço, estamos quites – morrem ou são destruídas para sempre moças de todas as categorias sociais. Acho que o importante no momento não é a legalização ou não do aborto. O primordial, o básico, é uma conscientização de que o sexo é natural, normal e acontece com mais frequência do que muitos querem aceitar entre pessoas não legalmente casadas. Por isso eu pergunto (...): em nossa sociedade de padrão duplo, ao rapaz é facultado o direito de ter relações sexuais quando bem entender. (...) As moças é ensinado que não se deve fazer isso. (...) Está armado o palco da tragédia. Como é que fica? Os rapazes terão relacionamento sexual com quem? Com bonecas de cera, com fantasmas? (...)

Aí está o início de todo o emaranhado problema de nossa virtuosa sociedade que vocifera, esbraveja, desde o punho fechado no sexo pré-matrimonial, nos anticoncepcionais, na prostituição e no aborto. (...) E o aborto é simplesmente o ponto

final, triste e trágico, que acontece todos os dias, toda hora, em todo lugar, por causa dessa confusão de preconceitos e maldades que fizemos em torno do sexo. Um assunto simples, maravilhoso e gratificante que não se resume apenas em partes anatômicas do corpo, mas é a própria essência do ser humano, dos sentimentos, das sensações, da entrega total a pessoa que se ama. Therezinha de Jesus Lopes Ahouagi – Juiz de Fora (MG)

Cartas do *Jornal do Brasil*, 25 de Julho de 1979

Fiquei estarelecida quando, dia 30 de Junho, li uma bateria de cartas condenando o programa *Malu Mulher*. Não entendi os protestos dessas pessoas. O que elas querem? Que todos os jovens tenham 40 anos na cabeça? Que errar é imperdoável? Uma Sra Júlia Parente Furtado misturou ecologia, fauna e flora com destruição de seres humanos indefesos e inocentes. Essa destruição eu entendo em guerras ideológicas, em que a grande maioria sofre, as vezes nem sabendo por quê.

Cada pessoa tem o direito de dispor do que é melhor para si e, no caso, do que é melhor para o filho que seria colocado neste mundo. Por causa de cabeças paradas no tempo e no espaço, o aborto fica sendo crime e não um ato consciente. O programa não foi uma apologia do aborto, e sim uma pequena amostra do que acontece diária e impunemente nas clínicas carnicieras. E uma minoria ativa teme a opinião pública, porque infelizmente a grande maioria do povo brasileiro não se manifesta. Fernanda Levi – Rio de Janeiro.

...

Sobre o capítulo do dia 14 de Junho da série *Malu Mulher* e as acusações revoltadas contra o tema abordado (aborto), dou-lhes direito à opinião, mas que não caiam no radicalismo. As cartas publicadas no *Jornal do Brasil* diziam que era pleno direito de uma criança que a deixassem (...) se é direito essa mesma criança morrer antes de completar um ano, por falta de recursos médicos, ou melhor, de dinheiro. Gostaria também de saber se é justo essas crianças serem abandonadas, aumentando ainda mais o número de menores com esse problema, mendigando pelas ruas, sujos e maltrapilhos, sujeitos a dezenas de doenças, sem estudar, sem futuro. É justo, senhores? Pergunto

também aos que escreveram exigindo moralidade na TV, se fazem uso de anticoncepcional. Eles também evitam que as crianças nasçam. Acredito que são programas como esse que alertam o povo e as autoridades para problemas sociais como o aborto, feito em precárias condições, sem nenhuma assistência às pacientes. Denise Dias – Rio de Janeiro.

...

(...)De maneira nenhuma senti que o programa era incentivo ao aborto. Era sim, específico de uma determinada situação, onde aquela menina (Lucélia Santos) não poderia ter aquele filho. Dentro do ponto de vista dela, havia que fazer uma opção. E eu achei a ideia bastante sadia. Condenar o aborto não é a opção, porque já é um fato tão real que a simples condenação acaba sem força diante da realidade. Todo mundo tem consciência do que está fazendo, das condições que tem de enfrentar qualquer coisa. Adrienne Galano – Rio de Janeiro.

...

Carta do *Jornal do Brasil*, 8 de Agosto de 1979

A TV Globo, no 4º episódio da série *Malu Mulher*, teve o mérito de levantar pela primeira vez nos meios de comunicação de massa a questão do aborto no Brasil. O programa mostra, de maneira muito verídica, como uma mulher de classe média pode resolver o problema de um filho não planejado. A maneira como o assunto é tratado neste episódio deixa a nu a hipocrisia como a qual a sociedade brasileira enfrenta o problema do aborto: apesar de ilegal, ele é acessível às mulheres que têm condições econômicas para submeter-se à escandalosa comercialização resultante desta ilegalidade jurídica. No entanto, *Malu Mulher*, concentrando-se na classe média, não aborda, o problema de uma maneira global. Como mulheres nos preocupamos com este dilema, que tão frequentemente nos atinge, independentemente de classe, raça ou nacionalidade. Em particular, lembramos que a grande maioria das mulheres brasileiras não tem condições que permitam o acesso a clínicas onde o aborto é realizado com condições mínimas de segurança e por isso são obrigadas ou a recorrer a fazedores de anjos ou a ter um filho que não tem condições econômicas, psicológicas, materiais, sociais, etc de assumir.



Nós defendemos o direito de todas as mulheres terem o controle sobre seus corpos, o que implica que elas tenham o mais amplo acesso a contracepção, acompanhada de controle médico adequado e a opção do aborto como último recurso. Estas são as condições necessárias para a eliminação da hipocrisia no aborto no Brasil. Beth Lobo, Bruna Franehetto, Anna Leite, Darey Esquivel, E. Pinto, E.Gonzalez, Eliana Reis, Dorine Plantega, Claudomira Mello, Ligia Rodrigues, Leila Pereira, Lula Nunes, Maria Alice Rocha, Mira Lopez, Maria José Lima Miriam Abramovai, Nina Magalhães, Stella Maria Mendonça, Martha Teles e Marhel Oliveira – Rio de Janeiro

Carta do *Jornal do Brasil*, 21 de Setembro de 1979

#### Irresponsabilidade masculina

O assunto aborto, explorado em um dos episódios de *Malu Mulher* e que tanta polêmica tem provocado, não foi (como não o é na vida real) abordado sob o prisma da responsabilidade do homem. Não havendo partenogênese, obviamente a mulher não engravida sozinha. Entretanto, na hora de tomar uma atitude quanto a deixar ou não florescer uma vida em botão, ela está sempre só. No exato momento em que, apavorada com as possíveis consequências de um aborto, ela procura uma clínica fazedora de anjos, seu irresponsável companheiro talvez esteja produzindo, e outro corpo feminino, um novo ser cujo destino pouco lhe importará. E assim novos abortos, novas crianças indesejadas, novas vidas cortadas, novas maternidades frustradas estarão acontecendo.

Nosso Código Civil, retrógado e, principalmente, machista, não dá a mulher solteira o direito de registrar seu filho, dando-lhe a paternidade. Será que essa criança foi trazida pela cegonha? Entretanto, o pai solteiro dá seu grande nome a um filho, registrando-o sem omitir a maternidade. Por que? Essa criança a cegonha não trouxe? Os machões brasileiros negam-se a reconhecer os filhos que geraram fora do casamento e nada, nada mesmo, os obriga a fazê-lo. Nem lei, nem justiça, nem humanidade (saberão o que é isso?).

(...) A mocinha avançadinha do episódio polêmico de *Malu Mulher* não teve coragem de enfrentar as consequências de seu ato e muito menos de expor o assunto a seu companheiro para que juntos tomassem uma decisão. Se a única saída fosse o aborto,

que procurassem a clínica clandestina (?), mas que o homem também assumisse o problema. Isso não foi feito porque, embora estejamos no limiar do século XXI, a mentalidade masculina é a mesma de todos os séculos, sendo agora, um pouco pior: se a mulher quer liberdade sexual, que se vire quando vier um filho; o pai machão estará livre. Que assim seja. Norma Silva Hawer – Rio de Janeiro